



Montepio

Caixa Económica Montepio Geral

RELATÓRIO E CONTAS

1º SEMESTRE 2011



ÍNDICE

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS

I – RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. Perímetro de Consolidação e Principais Indicadores	4
2. Enquadramento da Actividade.....	7
3. Acontecimentos Relevantes: Aquisição do Finibanco Holding, SGPS, S.A. e Integração do Finibanco, S.A.	14
4. Síntese do Desempenho das Entidades do Grupo Montepio.....	15
5. Canais de Distribuição e Recursos Humanos	18
6. Evolução da Actividade e das Principais Áreas de Negócio.....	20
7. Gestão de Riscos	28
8. Análise Financeira e Solidez	34
9. Notações de <i>Rating</i>	42
10. Principais Riscos e Incertezas para o Segundo Semestre	44
II – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA	46
III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA.....	47
Balanços e Demonstrações de Resultados Consolidadas e Individuais	47
Notas às Demonstrações Financeiras e Relatórios de Revisão Limitada.....	51

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2010-2012 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES <i>Professor Universitário</i>
1º Secretário	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO <i>Advogado</i>
2º Secretário	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA <i>Economista</i>
Suplente	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES <i>Jurista</i>
Suplente	Associado n.º 45 553-0	JOSÉ LUÍS ESPARTEIRO DA SILVA LEITÃO <i>Economista</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA <i>Jurista</i>
Vogais	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 59 784-1	RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA <i>Economista</i>
	Associado n.º 467 785-1	ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO <i>Advogado</i>

CONSELHO FISCAL

Presidente	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES <i>Professor Universitário</i>
Vogais	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO <i>Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito</i>
Suplente	Associado n.º 51 323-6	JOSÉ GOMES HONORATO FERREIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 28 116-0	VITOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) <i>Economista</i>

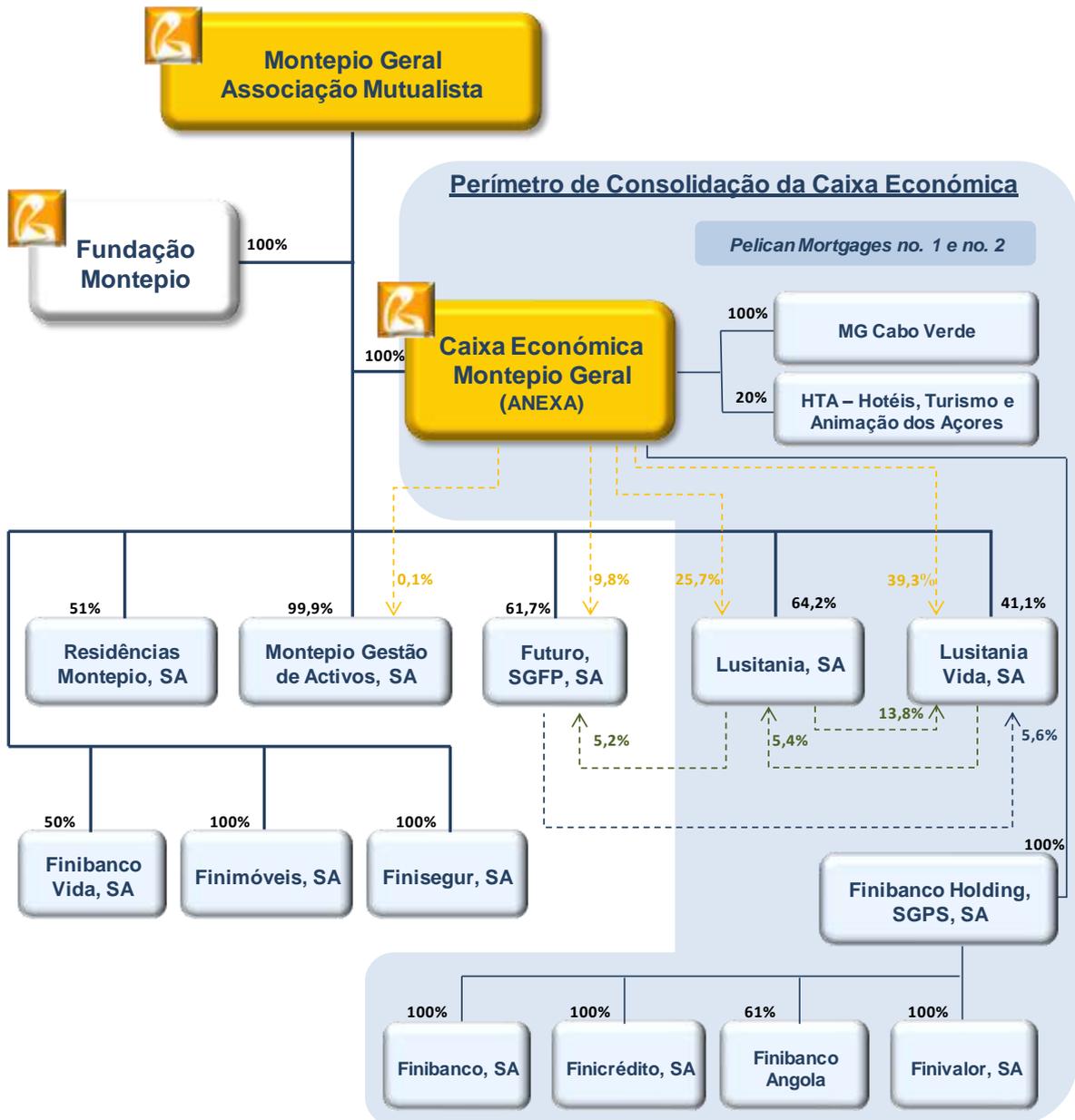
CONSELHO GERAL

Efectivos	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ <i>Oficial do Exército na situação de reforma</i>
	Associado n.º 49 005-8	ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA <i>Economista</i>
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA <i>Economista</i>
	Associado n.º 32 368-8	ARMANDO AUGUSTO PINTO DA SILVA <i>Jurista</i>
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA <i>Economista</i>
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE <i>Engenheiro Civil</i>
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES <i>Economista</i>
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS <i>Director do Montepio em situação de reforma</i>
	Associado n.º 31 807-5	JOSÉ JOAQUIM ROSA <i>Licenciado em Gestão Bancária</i>
	Associado n.º 37 711-3	NORBERTO DA CUNHA JUNQUEIRA FERNANDES FÉLIX PILAR <i>Economista</i>

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Perímetro de Consolidação e Principais Indicadores

Perímetro de Consolidação



A Criação de Valor para o Associado é o objectivo corporativo principal do Grupo Montepio. Nesse sentido, em 31 de Março, por via da aquisição de 100% do Finibanco Holding, SGPS, SA, ao Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), o perímetro de consolidação da Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) passou a ser composto pelas seguintes entidades:

- Actividade Doméstica:
 - Lusitania, Companhia de Seguros, SA (Consolidação da Equivalência Patrimonial);
 - Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA (Consolidação da Equivalência Patrimonial);

- HTA Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA (Consolidação da Equivalência Patrimonial);
 - Finibanco Holding, SGPS, SA (Consolidação Integral).
- Actividade Não Doméstica:
- Banco Montepio Cabo Verde, IFI, SA (Consolidação Integral);
 - Finibanco Angola, SA (Consolidação Integral).

Inclui ainda, os Veículos de Titularização de Crédito *Pelican Mortgages* no.1 e no.2 (Consolidação Integral).

Principais Indicadores

(milhares de euros)

INDICADORES	Dez.10	Jun.10	Jun.11 (a)
• ACTIVIDADE			
Activo Líquido	18 249 290	17 668 715	21.679.562
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	995 478	977 274	1.119.483
Total do Crédito a Clientes	15 040 645	15 012 227	17.426.767
Depósitos Totais	10 021 794	9 329 242	12.579.081
• RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício	51.407	30.596	5.068
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,36%	2,46%	2,27%
Cash-Flow / Activo Líquido Médio	1,10%	1,16%	0,90%
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,29%	0,35%	0,05%
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	5,18%	6,27%	0,89%
• QUALIDADE DO CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	3,24%	3,43%	3,24%
Rácio de Crédito com incumprimento (b)	3,82%	4,04%	4,08%
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos a mais de 90 dias	107,21%	96,61%	121,80%
• EFICIÊNCIA			
Custos Operacionais / Activo Líquido Médio	1,38%	1,41%	1,47%
Gastos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (<i>cost to income</i>) (b)	58,68%	57,40%	65,00%
• LIQUIDEZ			
Rácio de Alavancagem (c)	148,12%	159,38%	135,56%
Activos Elegíveis para Refinanciamento jundo do BCE	3.433.820	2.077.953	2.901.361
• SOLVABILIDADE			
Rácio de Solvabilidade	12,8%	12,6%	12,9%
Tier 1	9,1%	8,8%	9,0%
Core Tier 1	9,3%	8,9%	9,0%
• REDE DE DISTRIBUIÇÃO E COLABORADORES (Unidades)			
Balcões			
Rede Doméstica	329	327	503
Rede Internacional - Angola			7
Escritórios de Representação	6	6	6
Colaboradores - Quadro de Pessoal			
Actividade Doméstica	2.896	2.941	4 124
Actividade Internacional - Angola			96

(a) Inclui o efeito da aquisição da Finibanco Holding, SGPS,SA., facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

(b) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal

(c) Rácio calculado de acordo com a definição para efeito do objectivo fixado pelo BdP

2. Enquadramento da Actividade

Enquadramento Macroeconómico

Durante a primeira metade de 2011, a conjuntura económica mundial prosseguiu marcada por ligeiros sinais de recuperação económica, cujos primeiros indícios remontam à segunda metade de 2009. Todavia, estes sinais para além de ténues permanecem ainda desequilibrados, consubstanciada no comportamento menos robusto dos mercados desenvolvidos em contraste com o grande dinamismo da maioria das economias emergentes e em desenvolvimento. No início de Junho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve praticamente inalteradas as previsões para 2011 (+4,3%) e 2012 (+4,5%). No entanto, o facto de a actividade nos EUA ter-se revelado mais fraca do que o antecipado a par do recrudescimento da volatilidade nos mercados financeiros, introduziram riscos adicionais às previsões macroeconómicas.

Estados Unidos

Nos EUA, o PIB terá crescido a um ritmo anualizado inferior a 1,0%, durante o 1º semestre, quando as perspectivas no início do ano eram de que a economia pudesse crescer ligeiramente acima do potencial, estimado entre 2,5% a 2,8% pelos responsáveis da Reserva Federal (*Fed*). Este menor dinamismo está associado a diversos choques de natureza temporária: *i*) condições meteorológicas extremas, que afectaram em particular a actividade na construção; *ii*) a interrupção dos fornecimentos de peças à indústria automóvel, em resultado do sismo no Japão; e *iii*) a escalada dos preços dos combustíveis. O consumo privado foi bastante afectado pelos dois últimos factores, pelo que, depois de ter crescido a um ritmo anualizado de 3,6%, abrandou para 2,1% no 1ºT2011 e quase estagnou no 2ºT2011.

Em resultado da desaceleração da actividade económica e dos receios relativamente à sustentabilidade das finanças públicas na Europa e nos EUA (concretizada através do *downgrade* da dívida norte americana por parte da agência de *rating Standard & Poor's* já no início do 2º semestre), as acções perderam valor nos últimos dois meses do semestre, implicando um efeito riqueza negativo, com impacto sobre a confiança dos consumidores e dos empresários, e conseqüentemente ao nível da criação de emprego e do investimento. Ainda que parte do abrandamento económico tenha sido temporário, preocupações adicionais decorrentes da persistência dos baixos níveis de confiança dos consumidores e do abrandamento do ritmo de criação de postos de trabalho, alimentam os efeitos de *feedback* negativos sobre o crescimento. Este facto constituiu-se como o risco central para o cenário de aceleração do crescimento na 2ª metade do ano, podendo os receios de perda de vigor da economia converter-se numa “profecia auto realizável”. É essencial que o ciclo virtuoso: emprego, consumo, lucros e, novamente, emprego não seja interrompido, sob pena de a economia recuar para uma “equação económica” semelhante à do verão de 2010, mas com menores “graus de liberdade”, pelo facto de a aceleração da inflação ter retirado margem de manobra para implementar medidas não convencionais de injeção de estímulos à economia.

A inflação homóloga subiu de 1,5%, em Dezembro de 2010, para 3,6%, em Junho de 2011, reflectindo a evolução dos preços da energia e da generalidade das matérias-primas. Além disso, a subida de preços de alguns bens importados, bem como as interrupções de fornecimentos provenientes do Japão, tiveram impacto na aceleração da própria inflação *core* ou subjacente (i.e, excluindo a alimentação e a energia), que passou, no mesmo período, de 0,8% para 1,6%, tendo inclusivamente o crescimento anualizado nos últimos três meses acelerado para 2,9%, em Junho.

Angola*

Em Angola, a economia deverá crescer 7,8% este ano, segundo as estimativas do FMI, acelerando o ritmo de expansão após dois anos de abrandamento, de uma taxa de crescimento do PIB de 13,8%, em 2008, para 2,4% e 1,6% em 2009 e 2010, respectivamente. Para o próximo ano, o FMI espera um crescimento ainda superior (+10,5%), em parte pela esperada entrada em funcionamento o projecto de gás natural liquefeito (GNL). No entanto, segundo o Fundo, dever-se-á assistir a um novo abrandamento nos anos seguintes para crescimentos na ordem dos 6,0-6,5%. Ao nível dos preços, o FMI prevê uma intensificação das pressões inflacionistas em 2011, com a inflação média anual a atingir os 14,6%, depois de já ter acelerado no ano anterior de 13,7% para 14,5%, impulsionada pelos preços dos combustíveis após a redução dos subsídios, pela depreciação da moeda e pelas falhas de abastecimento causados por atrasos na importação de bens, fonte de cerca de 90% dos bens de consumo. A partir de 2012, o FMI prevê que a inflação comece a diminuir.

Zona Euro

O 1º semestre de 2011 foi marcado pela consolidação da recuperação económica na Zona Euro, mas, também, pela intensificação das divergências geográficas, com a Alemanha a assumir-se como o grande motor do crescimento e os países periféricos a serem especialmente penalizados pelos processos de consolidação orçamental em curso. Depois de um 1ºT2011 em que o PIB expandiu 0,8% em cadeia, recuperando o vigor perdido no 4ºT2010, onde a actividade foi especialmente penalizada pela vaga de frio sentida nalguns países, a economia terá denotado uma natural desaceleração no 2ºT2011, embora para um crescimento de apenas 0,2%. Este abrandamento ocorreu em simultâneo com o aumento dos riscos de fracos crescimentos adicionais, decorrentes, designadamente, da evolução da crise da dívida soberana.

A taxa de desemprego aliviou dos 10,0%, observados no final de 2010, para 9,9%, em Junho, permanecendo próxima dos máximos de 10,2% de Julho de 1998, igualados um ano atrás, continuando a dar conta de um mercado muito pressionado e, igualmente, marcado por consideráveis divergências geográficas. Na Alemanha, a taxa de desemprego já está em mínimos desde 1992, enquanto, no extremo oposto, em Espanha atingiu máximos desde, pelo menos, 1983.

* A rede de distribuição internacional do Montepio passou a incorporar 7 balcões em Angola através da aquisição do Finibanco Angola, SA

A taxa de inflação homóloga registou uma considerável subida, de 2,2%, em Dezembro de 2010, para 2,7%, em Junho, e com a componente *core* a apresentar também um agravamento, de 1,0% para 1,6%, passando a estar em linha com a sua média histórica e justificando os receios inflacionistas do Banco Central Europeu (BCE). Os responsáveis do BCE foram denotando uma crescente preocupação com os efeitos de 2ª ordem, não obstante continuarem a admitir que as pressões inflacionistas resultam, essencialmente, de factores temporários, como sejam o aumento dos preços das *commodities* e os efeitos das medidas de austeridade adoptadas por alguns Estados-Membros, ao nível da carga fiscal dos preços de bens e serviços, visando combater a crise da dívida soberana. A Autoridade iniciou o ciclo de aperto da política monetária em Abril, subindo a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento do Eurosistema, a *Refi Rate*, em 25 pontos base (p.b.), para 1,25%. Esta foi a 1ª subida desde Julho de 2008 e após esta taxa ter permanecido num mínimo histórico desde Maio de 2009. Mais recentemente, no início do 2º semestre, o BCE subiu a *Refi Rate* para 1,5%, como tinha sinalizado na sua reunião de Junho.

Portugal

A actividade económica portuguesa evoluiu em contra-ciclo com a Zona Euro. O PIB contraiu 0,6% em cadeia, no 1ºT2011, depois de já ter registado uma queda dessa intensidade no final de 2010, tendo estagnado no 2ºT2011. Esta quebra da actividade no 1º semestre reflectiu, essencialmente, as medidas de austeridade implementadas pelo Governo português no início do ano, nomeadamente o aumento de impostos e os cortes de remunerações dos funcionários públicos.

Em meados de Abril, o Estado português formalizou um pedido de assistência financeira à Comissão Europeia, ao BCE e ao FMI (comumente designada por “Troika”), num contexto de crescentes dificuldades de financiamento dos agentes públicos e privados, as quais se manifestaram no acentuado aumento dos *spreads* das taxas de juro da dívida soberana e terão resultado da interacção entre uma série de desenvolvimentos económicos e financeiros. Ao nível económico, o país registou, crescimentos muito modestos e um significativo abrandamento do produto potencial, ao longo da última década. O mercado de trabalho foi incapaz de criar empregos em termos líquidos, apresentando sinais de uma forte segmentação, com a taxa de desemprego a aumentar de forma persistente.

Ao fraco desempenho económico juntou-se ainda o aumento sucessivo do endividamento da economia e uma diminuição da poupança interna, levando a uma acentuada deterioração da posição de investimento internacional. Adicionalmente, em termos financeiros, assistiu-se a uma deterioração significativa das finanças públicas, o que originou crescentes preocupações relativas à sua sustentabilidade.

À aceleração da inflação e à subida das taxas de juro veio juntar-se o anúncio de um novo e vasto conjunto de medidas associadas ao programa de ajustamento económico e financeiro acordado com a “Troika”, que provocam uma deterioração das perspectivas quanto à evolução da procura interna.

Os objectivos do programa de ajustamento económico e financeiro, que cobre o período de 2011-2014 e contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros, visam permitir o retorno da economia portuguesa a uma trajectória de crescimento sustentado, num quadro de estabilidade financeira e restaurando a confiança dos participantes nos mercados financeiros internacionais. O programa centra a sua intervenção em três grandes áreas: *i*) um conjunto de significativas reformas estruturais de forma a aumentar o crescimento potencial, criar empregos e melhorar a competitividade da economia; *ii*) uma estratégia para uma consolidação orçamental credível, baseada em medidas de carácter estrutural e de maior controlo orçamental sobre o conjunto das obrigações do Estado; *iii*) a promoção de esforços no sentido de garantir um processo de desalavancagem ordenada do sector financeiro, através de mecanismos de mercado e suportado por um fundo de apoio à recapitalização dos bancos.

Ao nível do mercado laboral, segundo o INE, a taxa de desemprego para o 2ºT2011 foi de 12.1%, representando uma redução de 0.3 p.p. face ao trimestre anterior, mas que deverá reflectir apenas a sazonalidade. Embora a introdução de alterações metodológicas do método de recolha da informação não permitam uma comparação directa com os dados anteriores, a taxa de desemprego no 1º semestre deverá corresponder a um máximo desde, pelo menos, 1977 (início das séries longas trimestrais do Banco de Portugal - BdP). Assim, a situação do mercado laboral permanece como um dos principais constrangimentos para a economia, devendo-se observar uma deterioração adicional deste mercado, reflectindo a correcção dos desequilíbrios macroeconómicos do país nos próximos tempos.

A inflação, medida pela variação homóloga do IPC, registou um considerável agravamento de 2,5%, em Dezembro de 2010, para 3,4%, em Junho, reflectindo, essencialmente, os preços das *commodities*, mas também as medidas associadas ao processo de consolidação orçamental. Em concreto, o impacto dos aumentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) registados em meados de 2010 e início de 2011, assim como um aumento significativo dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação. No entanto, a subida da inflação deverá assumir um carácter largamente temporário, com o BdP no seu Boletim Económico de Verão a projectar uma inflação média anual de 3,4%, para este ano, mas prevendo o seu regresso para níveis mais modestos (+2,2%), passando a traduzir uma evolução mais em linha com os habituais determinantes macroeconómicos, num contexto de virtual estabilização do preço do petróleo e de crescimento moderado do preço das importações de bens não energéticos e dos custos salariais.

Em termos de perspectivas para a actividade económica, o BdP veio traçar um cenário pouco favorável e relativamente semelhante ao admitido pela *Troika*. A Autoridade Monetária prevê uma contracção de 2,0%, em 2011, e de 1,8%, no próximo ano, reflectindo uma acentuada e generalizada redução da procura interna pública e privada, designadamente do consumo e do investimento. As exportações líquidas serão a única componente a evidenciar um contributo favorável para o crescimento da economia neste horizonte de projecção, beneficiando da recuperação económica mundial e da redução das importações.

Trata-se, neste sentido, de um quadro recessivo que decorre, fundamentalmente, da necessidade de reforço da consolidação das finanças públicas do país, bem como da gradual desalavancagem do sector privado, incluindo o sistema financeiro. A este respeito, o cenário macroeconómico base do FMI durante a vigência do acordo aponta para uma contracção do crédito ao sector privado de 1,3%, este ano, e de 0,5%, em 2012, devendo regressar ao crescimento apenas em 2013 e superar o crescimento do PIB Nominal somente em 2016. Para atingir estes objectivos, o BdP admite um processo de desalavancagem gradual e ordenada do sector bancário, que lhe permita uma estrutura de financiamento mais estável, menos dependente dos mercados internacionais de dívida por grosso e do financiamento do Eurosistema. Este processo que acabará por condicionar o acesso dos agentes económicos ao crédito, constituindo um constrangimento adicional para a evolução da actividade económica, em particular para o consumo de bens duradouros e para o investimento privado.

Mercados Financeiros

Durante o 1º semestre, o sentimento de mercado sofreu oscilações, reflectindo, essencialmente, o desenvolvimento de duas questões de fundo inter-relacionadas: a crise da dívida soberana e as expectativas de evolução da economia mundial. Durante um primeiro período, registou-se uma diminuição da aversão ao risco, beneficiando de dados macroeconómicos apontando para a consolidação da recuperação económica global, em simultâneo com o facto da crise da dívida soberana ter estado relativamente controlada, fruto do acordo em torno do Mecanismo Europeu de Estabilização (MEE). Exceptua-se o caso de Portugal, em relação ao qual a generalidade dos activos permaneceu sob pressão.

Numa segunda fase, que durou praticamente até ao final do semestre, os níveis de risco aumentaram, provocando quedas nos índices accionistas. As perspectivas para o crescimento da economia global pioraram, fruto de vários factores: *i)* fortes subidas nos preços das *commodities*, associadas ao consumo crescente das economias emergentes e aos confrontos no Norte de África e Médio-Oriente; *ii)* o desastre vivido no Japão, que provocou atrasos nas entregas de matérias-primas um pouco por todo o mundo; *iii)* receios de um *hard landing* das economias emergentes, particularmente da China, em face das medidas contra-cíclicas; *iv)* a dissipação dos estímulos da política monetária às economias ocidentais.

No que diz respeito à crise da dívida soberana, e mesmo depois de consumada a ajuda a Portugal, persistiu o perigo da insustentabilidade das finanças públicas gregas, sendo aventada a hipótese de um novo pacote de ajuda (depois daquele acordado em Maio de 2010) e, mais para o final do trimestre, algum consenso em torno da necessidade da participação dos privados numa eventual reestruturação da dívida do país. Ademais, mesmo as tranches do anterior pacote estiveram em causa, perante os protestos populares e a oposição dos partidos extra-Governo em aprovar as novas medidas de austeridade. Na última semana do semestre, o sentimento de mercado convalesceu, depois de o parlamento grego ter conseguido aprovar as novas medidas, o que permitiu desbloquear os fundos do pacote de ajuda anterior e abriu caminho para a aprovação de um novo pacote.

No total do semestre, as **Acções** acabaram por valorizar face ao final de 2010, beneficiando de duas épocas de resultados trimestrais que continuaram a surpreender positivamente os analistas de acções, bem como dos referidos desenvolvimentos ocorridos na última semana, em que os mercados ocidentais observaram as maiores valorizações. No 1º semestre de 2011, nos EUA, o índice *Dow Jones* ganhou 7,2%, o *S&P 500* 5,0% e o *Nasdaq* 4,5%. Na Europa, a crise da dívida soberana foi mais penalizadora, com o *Eurostoxx 50* a subir apenas 2,0% e o *PSI-20* a registar perdas (-3,5%). O impacto da subida dos preços das *commodities* sobre o rendimento disponível real dos consumidores foi particularmente sentido nas economias emergentes, o que contribuiu para o *Shanghai Composite* desvalorizar 1,6%.

Em relação à **Dívida Pública de Referência**, denotaram-se comportamentos diversos entre os segmentos curto e longo das *Yield Curve*. Começando por este último, e numa primeira fase, as *Yields* subiram na generalidade dos países, mostrando alguma distância à crescente pressão em torno da Dívida periférica. Em Itália e Espanha, o *spread* face à dívida alemã até ia diminuindo. Todavia, à medida que os receios em torno de uma entrada em incumprimento da Grécia foram aumentando, recrudescer a procura de activos de refúgio, provocando a valorização dos títulos de dívida dos países de referência e conseqüente queda das *Yields*. No final do semestre, as *Yields* dos *Bunds* a 10 anos subiram 6 p.b., mas as dos *Treasuries* desceram 13 p.b.. Nos prazos mais curtos, a descolagem das *Yields* foi mais marcada, reflectindo, essencialmente, as expectativas em relação à condução da política monetária nos espaços do Euro e do Dólar. Assim, as *Yields* a dois anos dos *Treasuries* diminuíram cerca de 14 p.b., espelhando as expectativas de que a *Fed* mantivesse as taxas de juro nos actuais níveis durante largos meses, particularmente a partir do momento em que a economia americana começou a dar sinais de perda de ímpeto. Inversamente, na Zona Euro, as *Yields* dos *Bunds* aumentaram 75 p.b., num semestre em que o BCE aumentou a *Refi Rate* em 25 p.b., para 1,25% (tendo subido para 1,5%, no início do 2º semestre), em virtude do desempenho das economias *core* da região e do aumento das pressões inflacionistas. Este comportamento foi igualmente observável no **Mercado Monetário Interbancário**, com as taxas *Libor* do Dólar a diminuírem em todos os prazos, entre 5 a 6 p.b., reflectindo as expectativas de manutenção da taxa de juro directora da *Fed* nos 12 meses seguintes. Por seu lado, as *Euribor* subiram fortemente, 54 p.b. no prazo de 3 meses.

No **Mercado Cambial**, o Euro apreciou face às 3 principais divisas. A Moeda Única revelou uma tendência ascendente durante grande parte do semestre beneficiando das expectativas dos investidores em relação ao aperto da política monetária por parte do BCE. Todavia, os ganhos foram mitigados nos dois últimos meses do semestre, nomeadamente devido aos receios em torno da situação da Grécia. As maiores subidas deram-se face ao Dólar (+8,6%) e ao Iene (+7,7%), reflectindo as expectativas em relação à manutenção de políticas monetárias altamente acomodáticas nas duas economias. Em relação à Libra, o Euro apreciou-se 5,4%.

A **Dívida Pública** dos chamados países periféricos foi bastante penalizada, mas com evoluções distintas. Os *spreads* das *Yields* de Espanha e Itália a 10 anos comparativamente à alemã terminaram o semestre praticamente inalterados, o que mudou no início de Julho, com a pressão dos mercados a

acentuar-se bastante, forçando os respectivos governos a apresentar novas medidas de austeridade. Também coordenada foi a evolução dos *spreads* das Dívidas da Grécia (+381 p.b.) e da Irlanda (+258 p.b.), num movimento ascendente iniciado em meados de Abril, quando o mercado começou a recear uma entrada em incumprimento da Grécia e, por conseguinte, também dos outros países já intervencionados. Finalmente, o *spread* da Dívida portuguesa foi aquele que mais subiu, 423 p.b., para 787 p.b.. A Dívida nacional esteve inicialmente sob pressão, para que o país recorresse à ajuda internacional, mas foi na 2ª metade do semestre que registou as maiores subidas, devido ao contágio da situação da Grécia.

A **Dívida Privada** observou melhorias em alguns segmentos ao longo do semestre. O índice *Itraxx* (5 Anos), o índice de referência para a Zona Euro de *CDS* (*Credit Default Swaps*) na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *Spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito – ficou praticamente inalterado nos 106 p.b.. Dentro deste, a situação das empresas financeiras registou uma melhoria, com o *spread* a diminuir 43 p.b. para 120 p.b., mas permanecendo acima do valor registado pelos demais sectores, sublinhando os receios que ainda persistem relativamente ao sistema financeiro. Também o índice de *Speculative Grade*, o índice *Itraxx Cross-over* (5 Anos), diminuiu, 39 p.b., para 397 p.b., reflectindo a diminuição da aversão ao risco e a melhoria da situação financeira das empresas, que são, tipicamente, mais sensíveis ao ciclo económico, na medida em que a economia mundial continuou a crescer a bom ritmo, favorecendo crescimentos robustos nos lucros.

As **Commodities** valorizaram no 1º semestre de 2011, com os índices compósitos *Reuters/Jefferies CRB* e *S&P GSCI* a subirem 1,6% e 5,9%. Até ao final de Abril, evidenciaram uma tendência ascendente, impulsionadas pelos dados macroeconómicos positivos e pela diminuição da oferta de algumas mercadorias, devido ao desastre vivido no Japão e aos conflitos no Médio Oriente e norte de África. Os ganhos foram limitados pelas fortes perdas registadas no início de Maio, com o mercado a descontar o efeito das expectativas em relação a um abrandamento da economia global. Acresceu a isto, no final do semestre, a crise da dívida soberana, com os receios em relação ao contágio de um incumprimento da Grécia a alastrarem ao mercado das *commodities*, com excepção do Ouro que continuou a ser beneficiado pelo aumento da incerteza, valorizando 5,7% durante o semestre.

3. Acontecimentos Relevantes: Aquisição do Finibanco Holding, SGPS, S.A. e Integração do Finibanco, S.A.

Como previsto e, oportunamente comunicado ao mercado, em 31 de Março 2011, a CEMG adquiriu, ao Montepio Geral - Associação Mutualista, 100% do capital da Finibanco – Holding, SGPS, na sequência da OPA concretizada em 2010, com vista a consolidar as actividades e operações das subsidiárias da Finibanco-Holding, SGPS, S.A. nas suas respectivas actividades, operações e redes.

Com essa aquisição a CEMG passou a deter a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Finibanco, S.A., da Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e da Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A.. e, ainda, uma participação de 61% do capital social e dos direitos de voto da sociedade de direito angolano, Finibanco Angola, S.A..

Em consequência dessa aquisição, procedeu-se, em 4 de Abril de 2011, à transmissão da totalidade dos activos e passivos (trespasse) do Finibanco, S.A. para a CEMG, com excepção dos imóveis propriedade do Finibanco, S.A., e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e dos contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro.

Essa operação permitiu, não só o alargamento do perímetro de consolidação, como maior abrangência comercial da CEMG, por via de uma rede de distribuição acrescida de 174 balcões, e novas condições de funcionamento em áreas diversificadas dos serviços financeiros, que contribuam para concretizar a estratégia definida.

No passado dia 4 de Abril teve início o projecto de integração dos balcões do Finibanco, S.A. na CEMG e dos diversos processos subjacentes à integração das carteiras de activos e passivos trespassadas, designado por projecto “banco único”. Para além da mudança de imagem de todos os balcões do Finibanco, SA, ocorrida nesse dia, o projecto envolve diversas etapas e trabalhos, de que se destacam a comunicação com clientes e interna, a integração da oferta e precário, dos sistemas operativos e de informação, dos processos de gestão de risco e funcionais, de contabilização e de reporte prudencial.

O projecto “banco único” tem vindo a decorrer ao longo do 1º semestre, prevendo-se a sua conclusão até ao final ano, tal como previsto.

Como se depreende, as restantes entidades do Finibanco Holding, SGPS, SA adquiridas pela CEMG: Finicrédito, Finivalor e Finibanco Angola estão excluídas deste projecto e manterão a sua imagem.

A aquisição do Finibanco teve como principais impactos, os aumentos nas carteiras de crédito, de depósitos e o crescimento nos gastos operacionais decorrentes do processo de integração em curso.

	CEMG Valor	Contributo FNB	
		Valor	%
Total do Crédito a Clientes (m€)	17.426.767	2.589.086	14,9%
Depósitos Totais (m€)	12.579.081	2.238.501	17,8%
Rácio de Alavancagem	135,56%		-11,9 p.p.
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	3,2%		0,3 p.p.
Gastos Operacionais (m€)	153.771	28.639	18,6%

4. Síntese do Desempenho das Entidades do Grupo Montepio

Actividade Mutualista e Bancária

No primeiro semestre, o Montepio Associação Mutualista prosseguiu com a execução do Plano Estratégico 2011-2013 assente em 5 orientações estratégicas:

Uma primeira orientação centra-se na aceleração do crescimento da actividade mutualista, através, designadamente, da transformação de clientes das diversas empresas do grupo em Associados, aproveitando o potencial dos diversos canais de distribuição das empresas.

A segunda orientação refere-se à fidelização dos Associados e retenção dos capitais aplicados. O objectivo de aumento da receita por Associado e a estabilização dos fluxos de capitais e as acções de aprofundamento da gestão de Associados e de dinamização associativa deverão assumir um papel fundamental para este desígnio.

Uma terceira orientação refere-se ao aumento da qualidade de serviço, a qual será determinante para os eixos anteriores, no qual se prevê melhorias dos sistemas transaccionais e de gestão e em particular nos interfaces com as empresas do grupo, bem como a introdução de métricas de qualidade de serviço nos canais de distribuição.

Como quarta orientação está previsto desenvolver e diversificar a oferta. Dando continuidade à política que tem vindo a ser seguida de satisfação integral das necessidades dos Associados nos domínios de acção do mutualismo, serão prosseguidos os investimentos no domínio da gestão de equipamentos sociais e da prestação de serviços de saúde e assistenciais e a política de benefícios complementares e de discriminação positiva da condição de associado nas condições de oferta do Grupo Montepio.

A quinta orientação refere-se à melhoria da gestão e do sistema de controlo interno, o qual tem subjacente a contínua modernização e optimização da organização e do processo de gestão financeira e prudencial da AM, nos domínios da liquidez e solvabilidade, em linha com o rigor e as exigências a que estão sujeitas as entidades financeiras e bancárias.

Considerando as 5 orientações estratégicas acima referidas a Associação Mutualista mantém a sua estratégia de crescimento, de melhoria da capacidade de resposta aos Associados e de participação activa na promoção do desenvolvimento do mutualismo e da Economia Social em Portugal.

O número de Associados situou-se em 489.280, apresentando uma variação homóloga de +8,0%. Observou-se um acréscimo, de 7,0%, no número de subscrições de modalidades mutualistas, como reflexo de um maior nível de fidelização e da apetência pelas soluções mutualistas.

As poupanças captadas junto dos Associados (Receitas Associativas) atingiram o expressivo crescimento de 46,3%, o que traduz a adequação da oferta da Associação Mutualista às necessidades da sociedade num contexto particularmente difícil.

O Activo Líquido da Associação Mutualista situou-se em 2.832,2 milhões de euros o que representa um crescimento de 4,7%. O Capital Próprio, constituído pelos Fundos Próprios, Excedentes Técnicos, Reservas e Resultados, ascendeu a 412,8 milhões de euros (representando um acréscimo de 1,4%).

Os Resultados da Associação Mutualista aumentaram 13,0%, no primeiro semestre de 2011, atingindo 43,3 milhões de euros.

Relativamente à Caixa Económica, as prioridades a atingir referem-se ao aumento da captação de poupanças de clientes e redução do *funding* de mercados, ao acelerar da diversificação da carteira de crédito, diversificando o perfil de clientes, de mercados e de riscos, propiciando também a diversificação das fontes e estrutura do produto bancário, à redução da progressão do incumprimento e aumento da recuperação de crédito, à contenção dos custos operacionais e aumento da eficiência, a que se junta a contenção da degradação da taxa de intermediação financeira.

Tendo estas orientações presentes, a execução do primeiro semestre esteve orientada para a integração dos activos da Finibanco *Holding*, SGPS, e por outro lado, para a minimização dos impactos do contexto adverso à actividade, procurando adequados níveis de solidez, liquidez e rentabilidade, reforçando a sustentabilidade da geração de valor para os Associados.

Fundação Montepio e Responsabilidade Social

O Grupo Montepio tem vindo a reforçar a sua actuação no domínio da Responsabilidade Social, através da Fundação Montepio, a qual se assume como o veículo de execução das acções e projectos na vertente de apoio social e de promoção do desenvolvimento da economia social, tendo por base as orientações estratégicas definidas.

Os apoios proporcionados pela Fundação Montepio aos sectores mais vulneráveis, tendo em vista a inclusão e coesão social, são muito relevantes num quadro socioeconómico de particulares dificuldades.

Em 2011, prossegue o Programa de Educação Financeira, entendendo-se que a educação e a formação têm um papel essencial na prevenção da exclusão social.

Pelo quarto ano consecutivo, o Projecto Frota Solidária atribuiu viaturas, mais de vinte, a Instituições Particulares de Solidariedade Social, com as verbas provenientes da consignação fiscal.

Tendo em vista a promoção da economia social e do terceiro sector, e o fortalecimento do seu papel na sociedade, o Montepio continuou a promover a realização de seminários e conferências, em parceria com outras entidades e órgãos de informação.

O primeiro semestre ficou também marcado pela realização de diversas acções de voluntariado empresarial, no âmbito do Programa de Voluntariado existente no Montepio desde 2006.

Actividade Seguradora

No primeiro semestre de 2011, a actividade de seguros Não Vida evoluiu para uma quota de 6,0% face a 5,8% em Junho de 2010. É de relevar a quota de mercado de 13% detida pela Lusitania Mar face a 7,9% no período homólogo.

No Ramo Vida, o Grupo Montepio actua através da Lusitania Vida, companhia que complementa a oferta mutualista nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, a oferta da Lusitania, através da comercialização de soluções mistas, geradoras de importantes receitas. No primeiro semestre de 2011, observou-se um aumento de quota de mercado situando-se, em 1,6% face a 0,9% em Junho de 2010.

5. Canais de Distribuição e Recursos Humanos

Canais de Distribuição

O processo de aquisição da Finibanco Holding, SGPS, permitiu à CEMG aumentar a sua rede de canais de distribuição no território nacional e alargar a presença para novos mercados internacionais, nomeadamente Angola.

No final de Junho de 2011, a CEMG detinha uma rede doméstica de 503 balcões, que compara com 327 em Junho de 2010, complementada com 236 Promotores do projecto de *Assurfinance* Montepio-Lusitania. A rede internacional do Montepio passou a incorporar 7 balcões em Angola, através da aquisição do banco Finibanco Angola, SA, para além da Instituição Financeira Internacional localizada em Cabo Verde e dos 6 Escritórios de Representação já existentes.

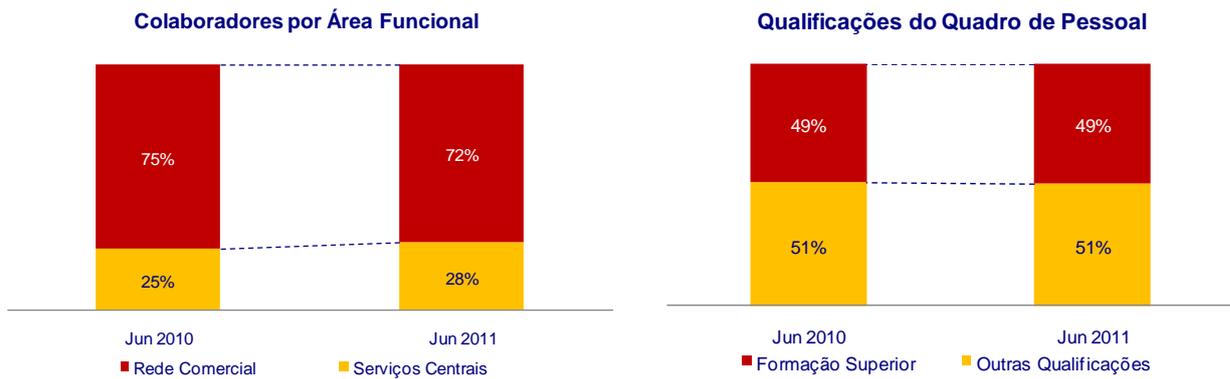
A actividade dos canais à distância tem contribuído para o incremento da eficiência da distribuição e do serviço prestado aos Clientes, tendo o peso das operações migradas para os canais complementares atingido 71%, em termos de número total de operações processadas. No final do 1º semestre de 2011 o parque global de ATM Multibanco atingiu 1.043 máquinas instaladas, 201 das quais por via da integração do Finibanco, permitindo à CEMG aumentar a sua quota de mercado neste negócio para 7,44% (+1,56 p.p.), reforçada pela rede própria Chave 24. O sítio público (www.montepio.pt) continua a registar um aumento significativo no número de acessos, tendo-se obtido cerca de 15 milhões de visitas desde Junho de 2010. O dia 19 de Junho marcou o lançamento do novo site do Montepio, que aposta numa total renovação da sua imagem digital, com o incremento de funcionalidades, serviços e maior proximidade com o utilizador. O serviço Montepio24 Particulares, que inclui os serviços Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24, totalizava 579 mil aderentes no final do primeiro semestre de 2011, o que representa um crescimento homólogo de 6%, enquanto que o serviço Montepio24 Empresas atingiu 55 mil aderentes no mesmo período, traduzindo um crescimento significativo de 16%. Relativamente ao serviço Finidirecto, resultante da fusão com o Finibanco, registou-se um crescimento de 9% no número de Clientes aderentes, atingindo-se o valor de 66 mil aderentes.

Os TPA's (Terminais de Pagamento Automático) têm tido um papel fundamental na captação e fidelização de Clientes no segmento de "*Small Business*", contribuindo para o aumento de saldos médios em D.O.. No final do 1º semestre de 2011, a CEMG apoiava 14.566 terminais, representando uma quota de mercado de 5,19%.

Recursos Humanos

No final do primeiro semestre de 2011, o quadro de pessoal da Caixa Económica era composto por 4.124 colaboradores, o qual inclui a transferência de 1.299 colaboradores resultante do processo de integração do Finibanco.

Em Junho de 2011 o perímetro de consolidação da Caixa Económica passou a integrar a Finibanco Holding, SGPS com 266 colaboradores, dos quais 96 pertencem ao Banco Finibanco Angola.



Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Em Junho de 2011, e já com a integração dos colaboradores do Finibanco, a Caixa Económica mantinha mais de 70% dos colaboradores afectos à Rede Comercial e 49% com um nível de qualificação superior.

Seguindo as prioridades formativas definidas para 2011, a actividade do 1º semestre caracterizou-se por um enfoque na formação de integração dos novos colaboradores do ex-Finibanco, no desenvolvimento de competências associadas às obrigações legais e regulamentares e de contribuição para o crescimento da actividade mutualista.

Neste âmbito, foram ministradas cerca de 43 mil horas de formação assistidas, envolvendo 3.296 participações, com um investimento total de cerca de 126,5 mil euros, destacando-se as acções formativas nas seguintes vertentes:

- **Mutualismo:** “Mutualismo – Soluções Montepio”; “Economia Social - Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade”;
- **Crédito:** “Conferência Risk Europe 2011”; “Gestão e Recuperação de Crédito”; “Rendibilidade do Crédito – Rendibilidade do Capital de Risco”; “Análise Económico-Financeira de Empresas”; “As garantias bancárias e os produtos financeiros derivados”;
- **Gestão da Relação com os Clientes:** “Empresas Familiares - Criar valor a longo prazo”;
- **Controlo e Segurança:** “Integração de Sistemas de Informação e Apoio ao Negócio”; “Conhecimento da Moeda Metálica de Euro”; “Conhecimento da Nota de Euro”; “MoneyGram - Prevenção de Fraudes”; “Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo”; “Segurança Bancária”; “Corporate Compliance”;
- **Comportamental:** “Mudança Positiva – O poder do optimismo na mudança e no bem-estar”; “Normas Comportamentais na Banca de Retalho”; “Expomanagement - Inspiring Leaders”; “Língua Gestual”.

6. Evolução da Actividade e das Principais Áreas de Negócio

6.1 Oferta de Produtos e Serviços por Segmentos

Dando continuidade à estratégia definida, a CEMG continuou a orientar a sua oferta de produtos e serviços para o aumento da captação de poupanças de clientes e para a diversificação da carteira de crédito, adequando-a ao perfil dos segmentos estratégicos definidos, com especial enfoque nos segmentos dos Particulares, Pequenos Negócios, Micro-Empresas e Pequenas e Médias Empresas (PME), assim como junto de entidades do Terceiro Sector.

Por via da aquisição de 100% do Finibanco Holding, SGPS, SA, a CEMG aumentou a sua a carteira de negócios e definiu estratégias de acompanhamento de negócio considerando os seguintes segmentos operacionais:

- Banca de Particulares;
- Banca de Empresas;
- Terceiro Sector.

Para cada segmento foram delineados planos de actividade que visam dar resposta ao objectivo global de desalavancagem da actividade creditícia (pelo aumento da captação de depósitos) e redução da exposição de crédito total (pela diminuição ao sector do imobiliário).

Banca de Particulares

No primeiro semestre de 2011, a estratégia para o segmento de Particulares, cuja carteira cresceu 1,5% face ao período homólogo, privilegiou a captação de depósitos, incentivando a poupança das famílias, e a vinculação de clientes, através da oferta de produtos de *cross-selling* em soluções.

Complementarmente e dando continuidade à estratégia seguida no ano anterior e com o objectivo de vinculação de clientes, de forma a fortalecer a relação com a CEMG enquanto Banco Principal, efectuou-se o lançamento da *Solução Montepio Viva* para o segmento +55 anos. Esta solução veio complementar a oferta *Soluções Consigo e Valor*, disponíveis na carteira de oferta para o segmento de Particulares. Como complemento da *Solução Montepio Viva* foi realizado o lançamento do Depósito Montepio Poupança VIVA.

A actividade no 1º semestre de 2011 foi caracterizada pela disponibilização de uma oferta de recursos estável e diversificada que permitiu atingir elevados níveis crescimento. Foram comercializadas aplicações financeiras sob a forma de depósitos a prazo, predominando o médio prazo (2 a 4 anos).

Para clientes com perfis com apetência por maturidades mais curtas foram lançados Depósitos a Prazo a 2 anos, dos quais se destaca o Montepio Poupança Hoje – o primeiro produto a ser comercializado pelos Balcões adquiridos ao Finibanco Holding, SGPS, SA.

Com o objectivo incentivar a pequena e média poupança, através de entregas regulares e mensais, foi lançado Depósito Poupança Activa, com o prazo de um ano, renovando posteriormente por mais um.

Para o prazo de 3 anos continuou a promover-se as séries mensais do Montepio Aforro Prémio e Montepio Aforro Mais, que já tinham sido comercializadas ao longo de 2010. Foi ainda lançado o Depósito Montepio Somar é Ganhar 3 anos no âmbito da venda cruzada de produtos.

Para contribuir para uma maior estabilidade da carteira dos recursos, foram igualmente disponibilizadas aplicações com maturidades igual ou superior a 4 anos, designadamente o Montepio Super Poupança 2011, bem como o Montepio Capital Certo (5 a 8 anos).

No seguimento do trabalho desencadeado em 2010, manteve-se o incentivo à utilização dos canais à distância através da oferta permanente de produtos de recursos exclusivos destes canais, designadamente a Conta Montepio 24, o Super Depósito Net e o Super Depósito Net Plus, os quais foram objecto de uma actualização constante da política de *pricing*. Foi também lançado, o Depósito Net Crescente (3 meses), direccionado para o segmento *Affluent*.

Continua a salientar-se o papel do Montepio enquanto agente de educação financeira e entidade promotora da poupança através de acções específicas com a realizada no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança:

- com o lançamento do novo Depósito a Prazo Super Poupança Bué. Um depósito a prazo (2 anos) para jovens, dos 0 aos 17 anos de idade com condições especiais de remuneração;
- dedicou-se a atenção numa estrela dos mais pequenos: o Panda, em complemento das acções realizadas em anos anteriores, onde o histórico mealheiro do Montepio assumiu uma posição relevante, em 2011.

Assim, no dia 1 de Junho iniciou-se a campanha «Tu podes ser super a poupar. O Panda ensina-te».



Ao nível da estratégia de comunicação, o primeiro semestre de 2011 foi pautado maioritariamente pelas campanhas de captação de recursos, com especial enfoque para:

	<p>MONTEPIO POUPANÇA HOJE</p>
	<p>Este depósito revestiu-se de grande importância, uma vez que foi o primeiro produto divulgado na rede composta pelos 510 Balcões da CEMG.</p>

	<p>MONTEPIO SUPER POUPANÇA</p> <p>Tratou-se da primeira campanha, em 2011, de captação de recursos com comunicação <i>above-the-line</i>, tendo sido utilizados, além dos Balcões, os meios televisão, rádio, <i>internet</i> e imprensa. Com esta campanha de divulgação, o índice de Notoriedade Espontânea (<i>Publivaga/Markttest</i>) da marca Montepio passa de 0,8%, na semana anterior, para 2,8% na semana de veiculação do spot televisivo.</p>
	<p>SOLUÇÕES POUPANÇA E PROTECÇÃO</p> <p>A PRIMEIRA GRANDE CAMPANHA MULTI-MEIOS DE 2011.</p> <p>Esta campanha veio assinalar/reforçar alguns momentos distintos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A aquisição e integração do Finibanco; - A materialização de uma nova linha de comunicação, baseada no pressuposto estratégico de evidenciar o Mutualismo como <i>driver</i> de comunicação da marca e dos produtos Montepio; - O desenvolvimento de um novo <i>layout</i> das peças de comunicação, com a utilização do elemento 'escadas', como símbolo de 'crescimento' (Valores que crescem consigo); - O lançamento da brochura 'Associação Mutualista', uma peça de Balcão sobre o MGAM, sobre o Mutualismo e as vantagens de ser Associado.

Na área de Fundos de Investimento Mobiliário, ao longo do primeiro semestre de 2011 a oferta manteve-se, sendo composta por uma carteira de 17 fundos geridos pela participada Montepio Gestão de Activos – SGFI.

Com a integração do negócio do Finibanco Holding, SGPS, o fundo Finipredial passou a integrar a oferta de fundos de investimento imobiliário do Grupo Montepio.

Em parceria com as Seguradoras Lusitania e Lusitania Vida, o Montepio, reformulou o seguro Montepio Mais, que passou a designar-se Montepio Protecção Mais. É um seguro a 8 anos, de subscrição fácil e imediata, que tem a particularidade de combinar as vertentes de protecção e de poupança.

No final do 1º semestre de 2011, o Montepio detinha uma carteira de 219.567 cartões de crédito activos, dos quais 14.449 resultam do processo de migração dos cartões de crédito Finibanco para a carteira Montepio. Por sua vez, a utilização dos cartões registou um crescimento em 9,5% face ao período homólogo e a facturação um aumento em 8,8%.

Em Maio, foi lançado o Cartão ORIGEM, o qual além das habituais vantagens de um Cartão de Crédito, tem associado um programa de fidelização que permite aos Clientes, com a sua utilização, acumular pontos que podem ser trocados por prémios.

Para o lançamento deste cartão foi efectuado um *mailing* a todos os titulares do Cartão MEGA, informado da sua substituição e foi produzido um catálogo com toda a informação do cartão e o respectivo programa de fidelização associado. Pela primeira vez, foi elaborado e produzido um *mailing* com materiais 100% recicláveis e como comprovativo desta atitude o Montepio tem pela primeira vez, o “*Selo de Mérito Ecológico*” em todas as peças de comunicação.

Uma maior selectividade na concessão do novo crédito, associada à significativa desaceleração da procura, a qual se justifica pela conjuntura de retracção no mercado do crédito, leva a um menor número de contratações face ao período homólogo.

Sendo, contudo, de destacar a disponibilização de uma nova linha de crédito, lançada em parceria com a Mobilidade Positiva, designada Montepio Mais Mobilidade, que inclui um seguro de protecção, e que é exclusiva no mercado.

Banca de Empresas

No primeiro semestre de 2011, o Montepio manteve o seu empenho em apoiar as empresas e negócios, com um crescimento de 4,1% na carteira de clientes.

Para o efeito reestruturou e consolidou a carteira de oferta dirigida a este segmento com o objectivo de disponibilizar uma melhor qualidade de serviço.

Na área de recursos é de salientar a comercialização de diversas séries de aplicações financeiras sob a forma de Depósitos a Prazo, nomeadamente o Montepio Mais Negócios e o Montepio Aforro Negócios, que foram reformulados, passando a ter maturidades mais curtas, ajustadas às necessidades das empresas.

Com o objectivo de promover a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento das actividades económicas através da aposta no aumento da eficiência no consumo da energia e na promoção das energias renováveis, foi criada uma linha de crédito específica para o financiamento destes investimentos pelas empresas, em linha das preocupações de responsabilidade social prosseguida pelo Montepio.

Na actual conjuntura económica, o Montepio continuou a apoiar as micro e pequenas e médias empresas, tendo registado crescimento no crédito concedido a empresas fora do sector da construção civil, dando continuidade à estratégia de diversificação da carteira de crédito.

A situação económica difícil que o país atravessa, justificou o lançamento de novas iniciativas de apoio ao tecido empresarial, que mereceram a pronta adesão do Montepio. Assim, foram assinados protocolos para criação da *Linha de Crédito Export Investe*, de âmbito nacional, e da *Linha de Crédito Açores Investe II* e *Apoio à Reestruturação da Dívida Bancária das Empresas dos Açores II*, estas últimas de âmbito regional.

Ao nível da estratégia de comunicação, é de realçar a continuação da parceria com o Diário Económico, com a realização da Conferência “Ganhar com as Energias Renováveis”, que teve lugar no Porto. Esta conferência contou com a presença de mais de 220 participantes, e foram concretizados os objectivos de:

- apresentação de temas relevantes para o segmento empresas;
- proporcionar o contacto com a marca Montepio;
- divulgar a oferta do Montepio.



Banca para o Terceiro Sector

Também no Terceiro Sector, o Montepio continuou a afirmar-se como o Banco parceiro das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Devido à sua própria génese mutualista, o Montepio compreende e apoia o objectivo Social destas Instituições.

No primeiro semestre o especial destaque é para a melhoria na oferta e para a Conferência “Voluntariado – Que Valor Económico?”, que se realizou em Abril, na cidade de Lisboa, em parceria com o Diário Económico.

Em simultâneo, o Montepio esteve igualmente presente como patrocinador de diversos eventos, entre os quais:

- Congresso da CNIS com o tema “Rumo Solidário para Portugal”;
- Conferência “Economia, Demografia e Sustentabilidade” organizada pelo OJE em parceria com a APFN (Associação Portuguesa das Famílias Numerosas);
- Conferência “Voluntariado” organizada pelo DN/Notícias Magazine.

Em qualquer um destes eventos proporcionou-se o contacto com a marca, foram debatidas temáticas de relevo para o segmento e foi divulgada a oferta comercial do Montepio, com especial enfoque para o Seguro Montepio Voluntariado.

6.2 Evolução da Actividade

Recursos de Clientes

O primeiro semestre de 2011, caracterizou-se por um elevado esforço na captação de recursos que resultou numa carteira de 13.745 milhões de euros, face a 10.269 milhões de euros no período homólogo. Este crescimento ocorreu num contexto de taxas de referência a níveis muito reduzidos e de elevada concorrência no preço, na retenção e na angariação de depósitos.

Como resposta a estes desafios foi realizada a diversificação da oferta de produtos, nomeadamente para o segmento de Particulares o que permitiu ao Montepio continuar a afirmar-se como instituição vocacionada para a Poupança.

Os recursos de Clientes aumentaram 33,9%, o que representa uma variação de 3.476 milhões de euros, relativamente a Junho de 2010. Excluindo o negócio gerado pela rede integrada com a aquisição do Finibanco, a carteira de recursos de Clientes teria observado uma variação de 10,6%, pelo que se pode registar que esta aquisição, permitiu dar cumprimento à estratégia do Montepio de desalavancagem da carteira expressa pela melhoria do rácio de transformação que se situou em 135,6% face a 159,4% no período homólogo de 2010.

(milhares de euros)

	Dez.10	Jun.10	Jun.11	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	7 785 112	7 650 937	9 828 333	2 177 396	28.5
do qual:					
Particulares	7 112 017	6 634 019	9 204 838	2 570 819	38.8
Depósitos de Empresas	1 851 556	1 318 942	2 244 536	925 594	70.2
Depósitos de Outros Segmentos	385 126	359 363	506 212	146 849	40.9
Títulos Colocados em Clientes	888 405	939 646	1 165 895	226 249	24.1
TOTAL	10 910 199	10 268 888	13 744 976	3 476 088	33.9

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Crédito a Clientes

A carteira de crédito a clientes totalizou 17.427 milhões de euros, apresentando um crescimento de 16,1% face aos 15.012 milhões de euros em Junho de 2010.

Retirando o efeito do negócio gerado pela rede oriunda do Finibanco, a carteira de crédito teria evidenciado uma contracção homóloga em 1,2%, como resultado da manutenção de um elevado grau de selectividade e de uma menor procura de crédito de particulares.

Prosseguindo a estratégia de diminuição da exposição da carteira de crédito ao sector imobiliário, observou-se a uma redução em 0,5% no segmento de habitação face ao período homólogo de 2010.

(milhares de euros)

	Dez.10	Jun.10	Jun.11	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Banca Particulares e Pequenos Negócios					
Total da Carteira	10 127 908	10 260 070	10 573 540	313 470	3.1
Particulares	9 835 409	9 982 472	10 272 898	290 426	2.9
do qual:					
Habitação	8 485 379	8 623 587	8 577 409	-46 178	-0.5
Individual	433 297	426 303	476 772	50 469	11.8
Pequenos Negócios	292 499	277 598	300 642	23 044	8.3
Por Memória:					
Garantias e Avais	19 381	18 743	23 173	4 430	23.6

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

A carteira de crédito ao segmento de Empresas aumentou em 39,1% atingindo 6.543 milhões de euros. Promovendo a estratégia de diversificação das actividades, a carteira de crédito à construção apresentava um peso de 31,9% na carteira de crédito total face a 35,5% no período homólogo do ano anterior.

O crédito ao investimento continuou a ser o pilar do trabalho que o Montepio tem vindo a realizar de apoio ao tecido empresarial português, em segmentos de baixo risco e vocacionados para a exportação, com uma taxa de variação homóloga de 40,7%.

No crédito ao investimento pode ainda realçar-se o apoio às PME's ao abrigo das linhas protocoladas celebradas com o Estado e que visam o crescimento das exportações e da economia.

(milhares de euros)

	Dez.10	Jun.10	Jun.11	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Banca de Empresas					
Total da Carteira de Crédito	4 860 447	4 704 766	6 543 279	1 838 513	39.1
do qual:					
Construção	1 509 342	1 670 149	2 090 218	420 069	25.2
Investimento	1 814 127	1 697 780	2 388 014	690 234	40.7
Por Memória:					
Garantias e Avais	339 660	340 032	434 065	94 033	27.7

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Recursos de Desintermediação

A evolução da actividade de recursos de desintermediação registou um crescimento de 21,9% e foi impulsionada maioritariamente pelo desempenho dos produtos de médio e longo prazo: fundos de investimento imobiliário. Este crescimento foi induzido pelo fundo de investimento Finipredial que evidenciava uma carteira de 293 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2011.

(milhares de euros)

	Dez 10		Jun 10		Jun 11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimento Mobiliário	291 425	29.9	332 404	31.9	335 459	26.5	3 055	0.9
Fundos de Tesouraria	146 276	15.0	186 136	17.9	140 246	11.1	-45 890	-24.7
Fundos de Obrigações	5 576	0.6	6 236	0.6	23 769	1.9	17 533	281.2
Fundos de Ações	68 327	7.0	69 025	6.6	89 378	7.0	20 353	29.5
Fundos de Fundos	71 246	7.3	71 007	6.8	81 342	6.4	10 335	14.6
Fundos PPA					724	0.1	724	-
Fundos de Investimento Imobiliário	251 469	25.9	269 541	25.9	533 009	42.0	263 468	97.7
Fundos de Pensões Abertos	213 637	22.0	204 284	19.6	198 434	15.6	-5 850	-2.9
Seguros de Capitalização	215 638	22.2	234 977	22.6	201 999	15.9	-32 978	-14.0
TOTAL	972 169	100.0	1 041 206	100.0	1 268 901	100.0	227 695	21.9

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Oferta Mutualista

No final do mês de Junho, a Associação Mutualista tinha uma carteira de Associados de 489.280, subscritores e beneficiários de soluções mutualistas de poupança, de médio e longo prazo, e de previdência, o que representa uma variação de 8,0% face ao ano anterior. Os fundos sob gestão ascendiam a 2.480 milhões de euros, a que corresponde uma variação homóloga de 5,0%. Esta evolução reflecte o elevado ritmo de crescimento evidenciado pela generalidade das modalidades mutualistas.

De entre as modalidades de capitalização, os Capitais de Reforma e as emissões de séries do “Montepio Capital Certo”, continuaram a dominar a oferta mutualista, representando 74,5% do total. É, igualmente, de destacar o desempenho das modalidades de poupança reforma, com um acréscimo de 14,5%, em termos homólogos, que reflecte o esforço da rede comercial na sensibilização dos Clientes em idade activa para a necessidade de poupar para criar um complemento para a reforma.

(milhares de euros)

	Dez.10		Jun.10		Jun.11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Modalidades Mutualistas de Capitalização	1 877 800	77.9	1 836 248	77.8	1 940 049	78.2	103 801	5.7
Capitais de Reforma e Montepio Capital Certo	1 789 308	74.2	1 756 694	74.4	1 850 330	74.5	93 636	5.3
Modalidades Colectivas	8 623	0.4	8 778	0.4	8 708	0.4	-70	-0.8
Poupança Reforma	79 869	3.3	70 776	3.0	81 011	3.3	10 235	14.5
Modalidades Mutualistas de Protecção	533 503	22.1	526 058	22.2	540 232	21.8	14 174	2.7
TOTAL	2 411 303	100.0	2 362 306	100.0	2 480 281	100.0	117 975	5.0

7. Gestão de Riscos

Desenvolvimentos

No âmbito da gestão e controlo do risco foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Participação no exercício de *stress testing* ao abrigo da Instrução nº. 4/2011, do Banco de Portugal;
- Reporte e controlo dos principais riscos: de crédito, de mercado, de contraparte e operacional;
- Envolvimento nas actualizações regulares de preço de crédito;
- Realização de Comité de Risco e Controlo Interno, com periodicidade mensal.

Salienta-se ainda o trabalho de integração de processos e estruturas ao nível da análise, decisão e gestão de risco, decorrente da aquisição da Finibanco, S.A. e respectivas participadas pela CEMG. Neste sentido, procedeu-se à segmentação entre as funções de *Risk Office* e as funções de análise de crédito, através da criação de duas Direcções distintas, respectivamente a Direcção de Risco e a Direcção de Análise de Crédito.

Risco de Crédito

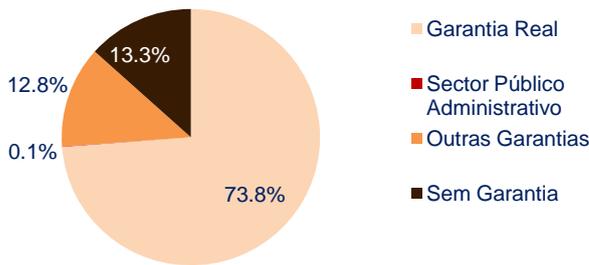
A análise das operações de crédito tem por base a utilização obrigatória de modelos de avaliação de risco, desenvolvidos internamente e cumprindo as exigências do Novo Acordo de Basileia.

O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

No segmento de crédito a empresas observa-se um aumento, comparativamente ao ano anterior, do peso da exposição a clientes com *rating* interno de maior risco. Cerca de 62% da carteira permanece classificada em classes de risco baixo ou muito baixo.

Na carteira de crédito a particulares, a distribuição das operações contratadas em 2011, quando analisadas por classe de risco (*scoring* reactivo), manteve-se semelhante à do ano anterior, com concentração nas classes de risco baixo e médio. No segmento de habitação a classe média de *scoring* regista uma ligeira melhoria face à produção do ano anterior (de 4,21 para 4,19), enquanto em crédito individual a classe média regista uma ligeira deterioração (de 3,78 para 3,81). Verifica-se igualmente no segmento de habitação uma melhoria na distribuição da carteira por níveis do rácio de financiamento/garantia (*Loan To Value* - LTV), tendo o valor médio da carteira activa registado uma redução de 70,1% em Jun.10 para 68,8% em Jun.11.

Não obstante o valor do crédito e juros vencidos registar 661,1 milhões de euros, continuou a observar-se um baixo risco, em virtude dos tipos de garantias que lhe estão associadas, uma vez que a carteira de crédito com uma garantia real representava 73,8% do total, das quais, cerca de 89,4% são garantias hipotecárias. Excluindo o efeito gerado pela aquisição do Finibanco, o montante total do crédito e juros vencidos teria registado uma redução de 14,1%.

Distribuição da Carteira por Tipo de Garantia – Junho 2011

Tipo de Garantia Real


Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

O crédito e juros vencidos há mais de 3 meses, que representava 85,4% do total, atingiu 564,6 milhões de euros, correspondendo a 3,2% da carteira de crédito bruto face a 3,4% em Junho de 2010. O rácio de crédito com incumprimento global de acordo com a Instrução nº. 16/2004 do Banco de Portugal situou-se em 4,1%.

No final de Junho, a imparidade para riscos de crédito ascendeu a 687,8 milhões de euros, tendo a cobertura do saldo do crédito e juros vencidos há mais de 3 meses por imparidades atingido 121,8% (+25,2 p.p.), enquanto que o crédito e juros vencidos há mais de 12 meses ficaram cobertos em 147,9% (+34,7%).

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

Indicadores	Dez.10	Jun.10	Jun.11	(milhares de euros)	
				Variação	
				Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	15 040 645	15 012 227	17 426 767	2 414 540	16.1
Crédito e Juros Vencidos	577 490	600 874	661 062	60 188	10.0
Crédito Vencido há mais de 3 meses	486 740	514 413	564 644	50 231	9.8
Crédito Vencido há mais de 12 meses	430 425	439 112	465 164	26 052	5.9
Imparidade para Riscos de Crédito	521 811	496 964	687 759	190 795	38.4
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total					
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	3.2	3.4	3.2	-0.2p.p.	
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 12 meses	2.9	2.9	2.7	-0.2p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	3.8	4.0	4.1	0.1p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	1.4	1.7	1.1	-0.6p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)					
Crédito Vencido há mais de 3 meses	107.2	96.6	121.8	25.2p.p.	
Crédito Vencido há mais de 12 meses	121.2	113.2	147.9	34.7p.p.	

(a) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Risco de Concentração

Verificou-se uma evolução positiva nos níveis de concentração sectorial e geográfica, em particular com a integração da carteira de crédito do Finibanco, S.A..

Em termos de risco de concentração sectorial registou-se nova evolução positiva, com redução do índice de concentração sectorial de 24,8% para 17,2%, entre Jun.10 e Jun.11, tendo o sector da construção reduzido o peso na carteira de crédito a empresas.

No que respeita à concentração geográfica, os distritos de Lisboa e Porto mantêm-se as regiões com maior peso na carteira de crédito. Com a integração da carteira do Finibanco, SA, o peso da exposição em Lisboa registou uma redução de 0,6 p.p., entre as posições de Jun.10 e Jun.11, para 36,2%, enquanto que no Porto obteve-se um aumento de 1,8 p.p., para 16,7%.

Relativamente ao risco de concentração individual, que mede o risco decorrente de exposição significativa a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas, verificou-se um ligeiro aumento do índice de concentração individual das 100 maiores exposições de 0,18% para 0,19%, entre Jun.10 e Jun.11.

Risco em Activos Financeiros

A carteira de títulos do Montepio registou um aumento de 409,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2011, tendo ultrapassado os 3,9 mil milhões de euros. Este aumento deveu-se às obrigações cuja variação foi de +374,4 milhões de euros salientando-se, ainda, a manutenção da estrutura da carteira face a Dez.10.

Estrutura da Carteira de Títulos por Tipo de Activos

(milhares de euros)

Tipo de Activos	Dez 10		Jun 11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	3 299 320	92.6	3 673 692	92.5	374 372	11.3
Papel Comercial	247 025	7.0	279 876	7.1	32 851	13.3
Acções	15 198	0.4	17 342	0.4	2 144	14.1
Total	3 561 543	100.0	3 970 910	100.0	409 367	11.5

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

O risco de crédito da carteira de títulos manteve-se controlado, com a principal componente de obrigações concentrada em classes de *rating investment grade*, representando 91,5% da carteira (excluindo titularizações e obrigações hipotecárias), predominando a exposição a títulos de dívida pública portuguesa.

Estrutura da Carteira de Obrigações por Classes de Rating (Excluindo Obrigações Hipotecárias e Titularizações)

(milhares de euros)

Classes de Rating	Dez 10		Jun 11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	42 810	2.2	56 004	2.4	13 194	30.8
AA+	92 046	4.8	5 982	0.3	-86 064	-93.5
AA	55 607	2.9	127 894	5.5	72 287	130.0
AA-	60 700	3.1	67 282	2.9	6 582	10.8
A+	1 211 724	62.8	40 214	1.7	-1 171 510	-96.7
A	113 439	5.9	79 029	3.4	-34 410	-30.3
A-	98 213	5.1	56 939	2.5	-41 274	-42.0
BBB+	78 026	4.0	1 543 437	66.8	1 465 411	1878.1
BBB	35 982	1.9	45 047	2.0	9 065	25.2
BBB-	34 059	1.8	91 733	4.0	57 674	169.3
BB+	58 668	3.0	37 112	1.6	-21 556	-36.7
BB	2 725	0.1	5 236	0.2	2 511	92.1
BB-	12 642	0.7	25 214	1.1	12 572	99.4
CCC	0	0.0	32 549	1.4	32 549	-
NR	33 017	1.7	96 429	4.2	63 412	192.1
Total	1 929 658	100.0	2 310 101	100.0	380 443	19.7

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Risco de Liquidez

O Montepio tem dado ênfase à manutenção de níveis adequados de liquidez, com a diversificação das fontes de financiamento, favorecendo os recursos estáveis junto de clientes de retalho.

No final de Junho, a redução da *pool* de activos elegíveis para refinanciamento junto do Banco Central Europeu (BCE) para 2,9 mil milhões de euros face ao final de 2010 teve como principais causas:

- a diminuição do preço dos instrumentos de dívida pública portuguesa e das titularizações;
- o aumento dos *haircuts* da generalidade dos activos;
- a perda de elegibilidade de títulos de dívida emitida, nomeadamente por bancos portugueses, na sequência das baixas de *rating* ocorridas no primeiro semestre de 2011;
- a alocação parcial da *pool* a operações *repo* com contrapartes externas.

O agravamento das condicionantes de acesso ao *funding* externo implicou um aumento do recurso às operações de refinanciamento junto do Eurosistema, atingindo 2,22 mil milhões de euros em 30 de Junho. No entanto, e tendo em conta a amortização de 500 milhões de euros do programa de EMTN do Montepio em Janeiro de 2011, foi possível não concentrar a totalidade das necessidades de liquidez nas Operações de Refinanciamento, encontrando soluções alternativas.

Com vista a reduzir o envolvimento com o BCE no que diz respeito às facilidades do Eurosistema, a Caixa Económica tem vindo a prosseguir contactos no sentido de diversificar fontes de financiamento tendo concluído operações *repo* com contrapartes externas de cerca de 320 milhões de euros.

Pool de Activos Elegíveis para Refinanciamento junto do BCE

(milhares de euros)

Designação	Dez 10		Jun 10		Jun 11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Pool de Activos Elegíveis	3 433 820	100.0	2 077 953	100.0	2 901 361	100.0	823 408	39.6
2 - Utilização da Pool	1 540 000	44.8	900 000	43.3	2 220 000	76.5	1 320 000	146.7
3 - Pool Activos Disponíveis (1 - 2)	1 893 820	55.2	1 177 953	56.7	681 361	23.5	-496 592	-42.2

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

O Mercado Monetário Interbancário (MMI) apresentou-se com reduzida actividade, centrado fundamentalmente em Portugal e em maturidades muito curtas, até uma semana. Apesar do aumento do risco da República Portuguesa ter sido um factor que condicionou os negócios com outras jurisdições, foi possível à CEMG manter linhas junto de contrapartes estrangeiras, que não estavam utilizadas a 30 de Junho de 2011. A posição da CEMG no final do primeiro semestre de 2011 apresentava um saldo líquido de 170 milhões de euros de excedente de aplicações, com uma taxa média de cedências de 2,25%, valor superior em um ponto percentual à taxa *refi* do BCE (1,25%).

No gradual processo de desalavancagem desde 2008, a CEMG tem vindo a desenvolver uma política assente no crescimento dos depósitos de clientes, em particular das pequenas e médias poupanças, a par da redução da carteira de crédito.

Como resultado desta prioridade estratégica foi possível uma vez mais, reduzir, em termos homólogos, o nível de transformação dos depósitos e de recursos de clientes (incluindo títulos colocados em clientes) em crédito, em 23,8 p.p. e 20,7 p.p., respectivamente.

Grau de Transformação dos Depósitos em Crédito (%)

	Dez 10	Jun 10	Jun 11	Varição
	Valor	Valor	Valor	Valor
Crédito a Clientes Líquido ⁽¹⁾ / Depósitos Totais de Clientes	148.1	159.4	135.6	-23.8 p.p.
Crédito a Clientes Líquido ⁽¹⁾ / Recursos Totais de Clientes ⁽²⁾	136.0	144.8	124.1	-20.7 p.p.

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

(1) - Inclui Papel Comercial

(2) - Inclui Títulos Colocados em Clientes

A CEMG tem apresentado *gaps* dinâmicos de liquidez positivos, com *mismatches* acumulados positivos para os diversos intervalos temporais até 12 meses, o que traduz uma situação de liquidez equilibrada. No final de Junho, o *mismatch* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes acrescido dos activos líquidos era de 843 milhões de euros.

Gaps Dinâmicos de Posição de Liquidez em 30 de Junho de 2011

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À Vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
Mismatches Acumulados	984	981	388	467	843

Risco de Taxa de Juro

Na identificação, medição e controlo do risco de taxa de juro da carteira bancária do Montepio seguem-se os princípios recomendados pelo *Bank for International Settlements (BIS)*, a par de um acompanhamento regular da exposição a este risco em sede do Comité de Activos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*).

Em Jun.11, o *gap* de *repricing* acumulado a 12 meses foi estimado em 2,2 mil milhões de euros (1,3 mil milhões de euros em Dez.10) prevendo-se um impacto na Margem Financeira de +21,9 milhões de euros (+12 milhões de euros em Dez.10) no caso de uma alteração instantânea das taxas de juro em +100 p.b..

Risco Operacional

O risco operacional materializa-se nas perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de factores externos.

Durante o primeiro semestre de 2011, prosseguindo o processo de melhoria contínua desenvolveram-se as actividades associadas à identificação, monitorização, mitigação e reporte deste tipo de risco.

Em termos de exposição ao risco operacional, os eventos de perda ocorridos neste semestre diminuíram em cerca de 13,8% o montante de perda associada face ao período homólogo, sendo os eventos relacionados com fraude externa os que apresentam maior expressão.

Testes de Esforço (*Stress Tests*)

No primeiro trimestre de 2011, a CEMG participou num novo exercício de testes de esforço ao balanço e resultados, contemplando um cenário longo de desalavancagem do sistema bancário.

Os exercícios realizados pela CEMG, considerando diversas situações extremas ao nível do risco de crédito, da evolução das taxas de juro, das condições de liquidez e de risco operacional, permitiram confirmar a adequação dos níveis de fundos próprios detidos. Estes exercícios contemplaram, ainda, a análise do Fundo de Pensões, tendo-se observado o efeito decorrente do movimento conjunto das taxas de juro, alteração no preço das acções e alterações nos preços no mercado imobiliário.

Dos vários cenários adversos ao sector bancário analisados no último exercício, referente à posição de Dez.10, através de choques individuais nos diversos riscos acima referidos, obtiveram-se impactos negativos sobre os rácios de solvabilidade cujo intervalo de variação se situou entre os 0,01 e 1,09 pontos percentuais, mantendo-se acima dos valores mínimos considerados adequados.

Para além dos testes de esforço e análises de sensibilidade reportadas semestralmente ao Banco de Portugal, a CEMG realiza regularmente diversos *stress tests* cujos resultados são divulgados e debatidos no Comité de Activos e Passivos - ALCO. Os testes realizados pretendem proporcionar uma visão analítica da posição da CEMG em termos de liquidez e resultados do exercício quando sujeita a cenários adversos relativos, por exemplo, a taxas de juro, *spreads* de crédito, reembolsos de depósitos, margens de avaliação de activos elegíveis aplicadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e notação de *rating* da Caixa Económica.

Os resultados das análises efectuadas evidenciam a conformidade das estratégias traçadas e asseguram o cumprimento dos níveis de solidez e sustentabilidade.

8. Análise Financeira e Solidez

O desempenho da CEMG no primeiro semestre foi fortemente condicionado por factores internos e externos.

Ao nível externo é de realçar o agravamento da crise da dívida soberana em toda a Zona Euro, as medidas de austeridade implementadas pelo governo português e a aceleração da inflação que veio penalizar, ainda mais, os rendimentos reais das famílias.

Ao nível interno, pelo impacto do processo de integração do Finibanco, que envolve diversas etapas e trabalhos, o que gerou no segundo trimestre um acréscimo de custos decorrentes dos referidos processos de integração.

Análise do Balanço

Estrutura do Activo

No contexto de instabilidade descrito, a CEMG, confirmou, no primeiro semestre de 2011, a adequação da estratégia prosseguida e a importância do seu papel no sector financeiro e bancário nacional traduzido no crescimento das suas actividades e melhoria do perfil de liquidez do activo. O activo líquido registou uma taxa de crescimento de 22,7%, situando-se nos 21.680 milhões de euros.



Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

As Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito totalizaram 838 milhões de euros, assumindo um peso de 3,9% no total do activo face a 2,0% no período homólogo de 2010.

O Crédito a Clientes (líquido) diminuiu o seu peso no activo, passou de 82,3% em Junho de 2010, para 77,4% no final do primeiro semestre de 2011.

Estrutura do Passivo e Recursos Próprios

O passivo aumentou 23,2% atingindo 20.560 milhões de euros, no qual se destaca o crescimento dos recursos de clientes em 33,9%, particularmente em depósitos de clientes e de instituições de crédito em 34,8% (+3.250 milhões de euros). Em contraste, continuou a observar-se uma redução dos recursos de mercados financeiros em empréstimos subordinados e não subordinados, sindicados e certificados de dívida, de 31,0% (-1.422 milhões de euros).

(milhares de euros)

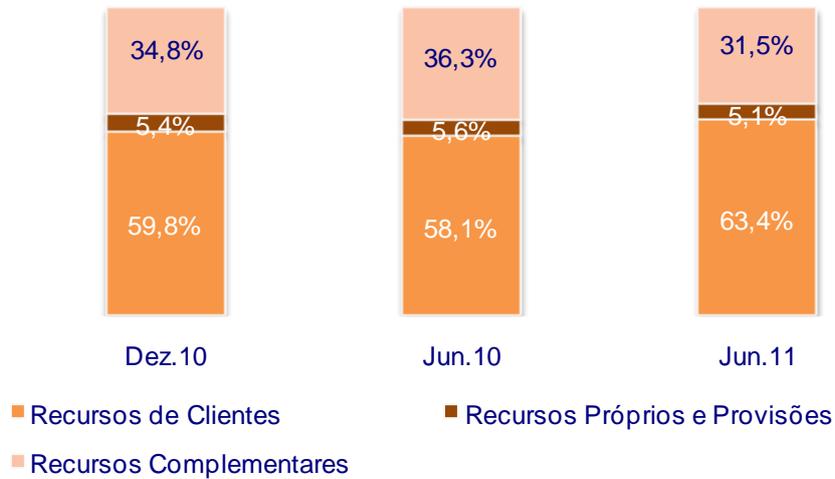
Designação	Dez.10		Jun.10		Jun.11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Recursos de Clientes	10 910 199	59.8	10 268 888	58.1	13 744 976	63.4	3 476 088	33.9
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	10 021 794	54.9	9 329 242	52.8	12 579 081	58.0	3 249 839	34.8
Títulos Colocados em Clientes (Obrigações de Caixa)	888 405	4.9	939 646	5.3	1 165 895	5.4	226 249	24.1
2 - Recursos Complementares	6 342 302	34.8	6 421 133	36.3	6 825 793	31.5	404 660	6.3
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	1 964 609	10.8	1 064 350	6.0	2 757 346	12.7	1 692 996	159.1
Empréstimos Subord. e não Subord., Sindicados e Cert. Dívida	3 721 753	20.4	4 587 375	26.0	3 165 321	14.6	-1 422 054	-31.0
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	387 183	2.1	414 093	2.3	461 187	2.1	47 094	11.4
Outros Passivos	268 757	1.5	355 315	2.0	441 939	2.1	86 624	24.4
3 - Capital e Provisões	996 789	5.4	978 694	5.6	1 108 793	5.1	130 099	13.3
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL	18 249 290	100.0	17 668 715	100.1	21 679 562	100.0	4 010 847	22.7

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Prosseguindo a estratégia delineada, o financiamento da actividade continuou a ser assegurado maioritariamente pelos recursos de clientes, que aumentaram a sua expressão no total do passivo e capital próprio para 63,4% (face a 58,1% em Junho de 2010), enquanto os recursos complementares de mercados reduziram o seu peso para 31,5%. Dos recursos de clientes é de salientar o peso dos depósitos em 58,0%, sendo que as obrigações de caixa, colocadas pela rede comercial, representam 5,4%, tendo contribuído para a estabilidade dos recursos dadas as características aforradoras, uma vez que se trata de produtos com maturidades mais elevadas (2 a 5 anos).

Os recursos próprios e provisões foram reforçados totalizando 1.109 milhões de euros, no final de Junho de 2011, face a 979 milhões de euros em Junho de 2010. Com o objectivo de manter os níveis de solidez da Caixa Económica, a Associação Mutualista realizou um aumento de 345 milhões de euros do Capital Institucional.

PASSIVO E CAPITAL



Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Análise da Rendibilidade

Resultado Líquido

No final do primeiro semestre, o Resultado Líquido do Exercício consolidado atingiu 5,1 milhões de euros, equivalente a uma Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) de 0,89%.

	Dez.10		Jun.10		Jun.11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	270 948	64.2	129 140	60.1	158 342	66.9	29 202	22.6
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	73 970	17.5	34 858	16.2	43 725	18.5	8 867	25.4
Produto Bancário Comercial	344 918	81.7	163 998	76.4	202 067	85.4	38 069	23.2
Resultado de Mercados (a)	66 854	15.8	45 420	21.1	35 876	15.1	-9 544	-21.0
Rendimento de Participações Financeiras	474	0.1	429	0.2	430	0.2	1	0.2
Resultado na Venda Imóveis de Recuperação Crédito	-2 411	-0.6	-1 551	-0.7	-1 952	-0.8	-401	-25.9
Outros Resultados	12 477	3.0	6 500	3.0	139	0.1	-6 361	-97.9
Produto Bancário	422 312	100.0	214 796	100.0	236 560	100.0	21 764	10.1
Gastos com Pessoal	143 457	34.0	74 184	34.5	92 486	39.1	18 302	24.7
Gastos Gerais Administrativos	83 495	19.8	39 279	18.3	48 843	20.6	9 564	24.3
Amortizações	20 850	4.9	9 837	4.6	12 442	5.3	2 605	26.5
Gastos Operacionais	247 802	58.7	123 300	57.4	153 771	65.0	30 471	24.7
Resultado Bruto	174 510	41.3	91 496	42.6	82 789	35.0	-8 707	-9.5
Provisões e Imparidades Líquidas	125 057	29.7	60 770	28.3	76 838	32.5	16 068	26.4
Crédito	112 992		53 709		61 615		7 906	14.7
Títulos	2 152		1 169		6 770		5 601	479.1
Outras	9 913		5 892		8 453		2 561	43.5
Resultados de Associados e Empreendimentos Conjuntos (equivalência patrimonial)	1 954		-130		-950		-820	-630.8
Resultado do Exercício Antes de Impostos	51 407	12.2	30 596	14.2	5 001	2.1	-25 595	-83.7
Impostos								
Correntes					-3 219		-3 219	
Diferidos					4 256		4 256	
Interesses Minoritários					-970		-970	
Resultado do Exercício	51 407	12.2	30 596	14.2	5 068	2.1	-25 528	-83.4

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

(a) Inclui rendimento de acções, excepto de participações financeiras.

Para a evolução do Resultado Líquido do Exercício contribuiu positivamente o desempenho do produto bancário comercial, com um crescimento de 23,2%, num período de recessão e de menor concessão de crédito.

Ao invés, salientam-se, pela negativa, os seguintes impactos:

- A redução em 21,0% dos resultados de mercados, influenciado pela menor performance dos resultados na venda de activos financeiros disponíveis para venda;
- A progressão dos gastos operacionais em +24,7%, determinada pelos custos de integração do Finibanco, pelas contribuições com reformas antecipadas e pelo aumento dos custos com a integração dos colaboradores na segurança social;
- O reforço do provisionamento com um acréscimo do nível de provisões e imparidades em 26,4%, face ao período homólogo de 2010.

Os níveis de rentabilidade alcançados situaram-se abaixo dos valores obtidos no ano anterior, ou seja, a Rentabilidade do Activo (ROA) fixou-se em 0,05% (0,29% em 2010) e a Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) situou-se em 0,89 % (5,18% em 2010).

	Dez.10 Valor	Jun.10 Valor	Jun.11 Valor	Variação	
				Valor	%
Rácios de Rentabilidade					
Rentabilidade do Activo (ROA)	0.29%	0.35%	0.05%	-0.30 p.p.	
Rentabilidade do capital (ROE)	5.18%	6.27%	0.89%	-5.38 p.p.	
Cash-Flow Total (mil euros)	197 314	101 203	94 348	-6 855	-6.8
Amortizações	10.6%	9.7%	13.2%	3.5 p.p.	
Provisões Líquidas e Imparidade	63.4%	60.1%	81.4%	21.3 p.p.	
Resultado do Exercício	26.1%	30.2%	5.4%	-24.8 p.p.	

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Margem Financeira

No primeiro semestre de 2011, a actividade de intermediação bancária foi especialmente condicionada pelas desfavoráveis condições de mercado, pelo forte nível de concorrência pela captação de recursos de clientes, bem como pela redução dos níveis de crescimento económico e da procura de crédito.

A margem financeira totalizou 158 milhões de euros e registou uma taxa de variação homóloga 22,6% (+29 milhões de euros) face a Junho de 2010.

	(milhões de euros)					
	Jun.10			Jun.11		
	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos
Activos Financeiros	17 194	2.03%	350	19 902	5.29%	522
Crédito a Clientes	15 078	1.41%	213	16 675	3.74%	309
Outras Aplicações	2 116	2.19%	46	3 227	5.46%	87
Swaps			91			126
Passivos Financeiros	16 530	1.33%	221	19 076	3.85%	364
Depósitos	9 241	0.84%	78	11 575	2.33%	134
Outros Passivos	7 289	1.06%	77	7 501	3.15%	117
Swaps			66			113
Resultado / Margem		1.51%	129		1.60%	158
Euribor 3M - média do período		0.47%			1.15%	

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Na evolução das taxas de juro médias evidencia-se um acréscimo da taxa média dos activos financeiros (+3,26 p.p.) superior ao verificado na taxa média dos passivos financeiros (+2,52 p.p.), destacando-se o aumento da taxa média dos depósitos em +1,49 p.p. como resultado da forte concorrência. O comportamento das taxas dos activos foi influenciado pela estrutura da carteira do crédito adquirida ao Finibanco SA.. A *Euribor* média do período registou uma variação de 0,47% para 1,15% (+0,68 p.p.). Esta evolução foi determinante para que a taxa de intermediação financeira passasse de 1,51% para 1,60%.

Serviços a Clientes

Os proveitos relacionados com a prestação de serviços a clientes, no valor de 44 milhões de euros, correspondem a um aumento de 25,4% face ao período homólogo do ano anterior, estando esta evolução influenciada pela aquisição dos activos do Finibanco, contudo convém salientar o peso destes no activo total da CEMG (13,9%).

Esta performance foi suportada pela diversificação da oferta, pela inovação dos serviços, pela contínua melhoria dos padrões de qualidade e excelência dos produtos e serviços.

A linha orientadora de continuar a promover o aumento da vinculação de clientes tem vindo a proporcionar maiores níveis de fidelização dos clientes e tem contribuído para o crescimento da rentabilidade da CEMG.

Resultados de Mercados

No primeiro semestre de 2011, observou-se uma reduzida liquidez nos mercados financeiros e uma redução dos *ratings* de alguns Estados da Zona Euro.

A CEMG caracterizou o seu trabalho por prudência e rigor e uma postura relativamente conservadora que permitiu que os resultados de mercados totalizassem 35,9 milhões de euros (-21,0%), influenciados pelos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor (-5,9 milhões de euros) e de activos financeiros disponíveis para venda (-6,5 milhões de euros).

(milhares de euros)

	Dez.10	Jun.10	Jun.11	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de Act. e Passivos Avaliados ao Justo Valor Atr. de Resultados	45 857	31 968	26 104	-5 864	-18.3
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	46 665	33 085	25 459	-7 626	-23.0
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-240	-28	-175	-147	525.0
Derivados de Cobertura	-1 996	-1 503	-213	1 290	-85.8
Outras Operações Financeiras	1 428	414	1 033	619	149.5
Resultados na Venda de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	12 692	8 980	2 517	-6 463	-72.0
Resultados da Reavaliação Cambial	2 344	1 175	2 742	1 567	133.4
Resultados de Alienação de Obrigações	-759	-400	-330	70	-17.5
Resultados Diversos	6 656	3 659	4 713	1 054	28.8
Rendimento de Acções	64	38	130	92	242.1
TOTAL	66 854	45 420	35 876	-9 544	-21.0

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, que incorporam os custos com o pessoal, os gastos administrativos e as amortizações do exercício, situaram-se em 153,8 milhões de euros, o que representa uma variação de +24,7%. Este desempenho foi influenciado pelo impacto dos custos inerentes ao processo de integração do Finibanco SA, envolvendo diversas etapas e trabalhos, de que se destacam a mudança de imagem de todos os Balcões que ocorreu no início de Abril, a melhoria dos níveis de comunicação com clientes, a integração da oferta, do preçário e dos sistemas operativos e de informação, dos processos de gestão de risco, de contabilização e de reporte prudencial. Contudo, salienta-se como contributo favorável a política de grande rigor e contenção na gestão de custos.

Adicionalmente, no que respeita aos gastos com pessoal, que registaram uma variação de +24,7%, salienta-se, por um lado, o aumento de 2,6 milhões de euros de encargos com reformas antecipadas, e por outro, o crescimento dos gastos com a integração dos colaboradores na Segurança Social, o que gerou um aumento de 8,4 milhões de euros.

O rácio de eficiência *Cost-to-Income* (peso dos gastos operacionais no produto bancário) fixou-se em 65,0%, face a 57,4% no final do primeiro semestre de 2010. Esta evolução resultou do acréscimo dos gastos operacionais (+24,7%) superior ao crescimento do produto bancário (+10,1%).

(milhares de euros)

	Dez.10		Jun.10		Jun.11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	143 457	57.9	74 184	60.2	92 486	60.1	18 302	24.7
Gastos Gerais Administrativos	83 495	33.7	39 279	31.8	48 843	31.8	9 564	24.3
Gastos de Funcionamento	226 952	91.6	113 463	92.0	141 329	91.9	27 866	24.6
Amortizações	20 850	8.4	9 837	8.0	12 442	8.1	2 605	26.5
Gastos Operacionais	247 802	100.0	123 300	100.0	153 771	100.0	30 471	24.7
Produto Bancário	422 312		214 796		236 560		21 764	10.1
RÁCIOS								
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	34.0%		34.5%		39.1%		4.6	p.p.
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	19.8%		18.3%		20.6%		2.3	p.p.
Amortizações / Produto Bancário	4.9%		4.6%		5.3%		0.7	p.p.
Cost-to-Income (Gastos Operacionais / Produto Bancário)	58.7%		57.4%		65.0%		7.6	p.p.
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	53.7%		52.8%		59.7%		6.9	p.p.

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

As amortizações situaram-se em 12,4 milhões de euros, evidenciando um aumento de 26,5%, resultante, essencialmente dos investimentos em tecnologia, com impacto na área do equipamento informático.

Provisões e Imparidades

No primeiro semestre de 2011 continuou-se a implementar melhorias nos processos de análise de risco e nas estruturas de recuperação de crédito, a par de alguns desenvolvimentos nos domínios da informação e do controlo, com o objectivo de reduzir a progressão dos níveis de incumprimento, decorrentes da situação conjuntural adversa que atingiu os agentes económicos.

(milhares de euros)

	Dez.10		Jun.10		Jun.11		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões e Imparidades Líquidas de Crédito	112 992	90.4	53 709	88.4	61 615	80.2	7 906	14.7
Constituição de provisões e imparidades	525 339		265 702		248 011		-17 691	-6.7
Recuperação de provisões e imparidades	412 347		211 993		186 396		-25 597	-12.1
Imparidades Líquidas de Títulos	2 152	1.7	1 169	1.9	6 770	8.8	5 601	479.1
Constituição de imparidades	3 514		1 371		7 702		6 331	461.8
Recuperação de imparidades	1 362		202		932		730	361.4
Provisões e Imparidades Líquidas de Outros Activos	9 913	7.9	5 892	9.7	8 453	11.0	2 561	43.5
Constituição de provisões e imparidades	14 535		8 169		8 933		764	9.4
Recuperação de provisões e imparidades	4 622		2 277		480		-1 797	-78.9
Total das Provisões e Imparidades Líquidas	125 057	100.0	60 770	100.0	76 838	100.0	16 068	26.4
Constituição de provisões e imparidades	543 388		275 242		264 646		-10 596	-3.8
Recuperação de provisões e imparidades	418 331		214 472		187 808		-26 664	-12.4

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Para a variação global registada no total das provisões e imparidades (+16,1 milhões de euros) foi relevante:

- o reforço do nível de provisões e imparidades de crédito (+7,9 milhões de euros), para fazer face ao aumento de risco de alguns segmentos de actividade;
- o aumento em 5,6 milhões de euros, da imparidade líquida de títulos para fazer face a menores cotações e deterioração da qualidade de alguns emitentes;
- o crescimento em 2,6 milhões de euros da imparidade para outros activos, resultante da maior antiguidade dos imóveis.

Fundo de Pensões

No final de Junho, o património do fundo de pensões ascendia a 612,8 milhões de euros, mantendo-se sensivelmente o nível de cobertura das responsabilidades mínimas em 97,4% e tendo melhorado o nível de cobertura das responsabilidades situado em 88,9%.

(milhares de euros)			
	Dez.10	Jun.10	Jun.11
	Valor	Valor	Valor
1	Responsabilidades totais		
	341 688	332 211	424 735
	255 452	248 769	264 323
	Total 1	597 140	689 058
2	Responsabilidades não exigidas ou diferidas		
	16 040	15 380	19 954
	19 061	19 061	20 761
	17 434	23 972	19 545
	Total 2	52 535	60 260
3	Responsabilidades mínimas a financiar (1-2)		
	544 605	522 567	628 798
4	Valor dos Activos do Fundo		
	545 097	505 664	612 755
5	Coberturas das:		
	100.1%	96.8%	97.4%
	91.3%	87.0%	88.9%
6	Movimentos efectuados no ano com impacto no valor do Fundo:		
6.1	48 750	12 309	120
6.2	9 812	-2 545	-8 329
6.3	Encargos (-)		
6.4	18 348	8 983	9 718
6.5	Total 6 (6.1+6.2-6.3-6.4)	40 214	-17 927

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- taxa de desconto de 5,5%;
- taxa de crescimento salarial de 3,0%;
- taxa de crescimento das pensões de 2,0%;
- manutenção da tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

As responsabilidades totais situaram-se em 689,1 milhões de euros e registaram uma taxa de crescimento de 18,6%. Por outro lado, a parcela das responsabilidades não exigidas ou de financiamento diferido (IAS, 8 a 10 anos e tábua de mortalidade, 24 anos) totalizou o valor de 60,3 milhões de euros, que, deduzido às responsabilidades totais, traduz o valor total das responsabilidades mínimas obrigatórias a financiar, no montante de 628,8 milhões de euros.

Solvabilidade

Tendo em vista a manutenção de adequados níveis de capital e o reforço da solidez, o Capital Institucional da Caixa Económica aumentou, em termos homólogos, 385 milhões de euros, por dotação da Associação Mutualista.

No final de Junho de 2011 e numa base consolidada, o Rácio de Solvabilidade atingiu 12,9% tendo sido superior em 0,3 p.p. em relação a Junho de 2010. O Rácio *Core Capital* atingiu 9,0% (8,9% em Junho de 2010).

Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade

Rubricas	(milhares de euros)				
	Dez 10	Jun 10	Jun 11	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Totais	1 324 048	1 278 221	1 698 424	420 203	32.9
(+) <i>Capital Institucional</i>	800 000	760 000	1 145 000	385 000	50.7
(+) <i>Reservas e Resultados</i>	219 334	225 345	206 094	-19 251	-8.5
(-) <i>Deduções Regulamentares</i>	79 675	90 477	161 110	70 633	78.1
1.1 (=) Fundos Próprios de Base	939 658	894 867	1 189 984	295 117	33.0
(+) Fundos Próprios Complementares	388 952	389 540	523 247	133 707	34.3
(-) Outras deduções	4 562	6 186	14 807	8 621	139.4
2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	824 313	814 792	1 053 621	238 829	29.3
3. Activos e equivalentes ponderados pelo risco (2 x 12.5)	10 303 907	10 184 896	13 170 263	2 985 367	29.3
4. Rácios					
Solvabilidade (1/3)	12.8%	12.6%	12.9%	0.3 p.p.	
Tier 1 (1.1/3)	9.1%	8.8%	9.0%	0.2 p.p.	
<i>Core Capital</i>	9.3%	8.9%	9.0%	0.1 p.p.	

Nota: Junho 2011 inclui o efeito da aquisição do FNB, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade

9. Notações de *Rating*

Em 5 de Abril de 2011 e na sequência directa da revisão em baixa da notação de *rating* da República Portuguesa, a agência Fitch Ratings, decidiu rever, igualmente em baixa, as notações de *rating* da Caixa Económica Montepio Geral:

- Dívida sénior de curto prazo: B, de F2;
- Dívida sénior de médio e longo prazo: BB, de BBB+;
- Dívida Individual: C/D, de C;
- Dívida Subordinada: BB-, de BBB.

A perspectiva (*Outlook*) de evolução das mencionadas classificações passou para “Estável”, deixando as mesmas de estar sob “*Rating Watch Negative*”.

As principais razões apontadas pela agência para esta revisão, para além da já referida redução do *rating* da República Portuguesa, foram as maiores dificuldades enfrentadas pelos bancos portugueses no acesso a financiamento via mercado de capitais, o conseqüente aumento da dependência face ao Banco Central Europeu e a perspectiva de um maior risco de negócio, em função do acentuar da recessão económica.

Em 6 de Abril de 2011, a agência Moody's Investors Service procedeu a uma revisão em baixa do *rating* dos principais bancos portugueses. Na sequência dessa acção, a classificação dos diferentes instrumentos de financiamento da Caixa Económica Montepio Geral ficou estabelecida do seguinte modo:

- Dívida sénior de curto prazo: NP, de P-3;
- Dívida sénior de médio e longo prazo: Ba1, de Baa3;
- Dívida Individual: Ba2, de Ba1;
- Dívida Subordinada: Ba3 (manteve).

A perspectiva (*Outlook*) de evolução destas classificações passou de “Estável” para “sob revisão para possível baixa”.

A menor capacidade do governo português em apoiar o sistema bancário, na sequência da revisão em baixa da notação da República Portuguesa, que havia sido anunciada pela Moody's em 15 de Março de 2011 e a enfraquecida solidez financeira da maioria dos bancos nacionais, foram as principais causas para esta revisão.

Em 27 de Junho de 2011, a agência DBRS Inc., atribuiu, pela primeira vez, notações de *rating* à Caixa Económica Montepio Geral. A dívida sénior de médio e longo prazo foi avaliada em BBB (*low*) e a dívida sénior de curto prazo em R-2 (*low*). De igual modo, foi atribuído à dívida subordinada de prazo determinado (*Lower Tier II*) a notação de BB (*high*).

As referidas classificações reflectem, segundo a DBRS, a importante presença e expansão do Grupo Montepio em Portugal, em termos de gama de produtos, clientes e cobertura geográfica, potenciada pela recente aquisição da Finibanco Holding, SGPS, S.A.. As classificações reflectem ainda, de acordo com a agência, a maior pressão a que a Caixa Económica Montepio Geral se encontra sujeita, derivada do actual contexto de limitado acesso a financiamento via mercado de capitais e do impacto potencialmente negativo que a presente conjuntura económica poderá ter, em termos de rentabilidade do negócio. Estas classificações foram mantidas em “Tendência Negativa”.

Assim, as actuais notações do Montepio são as seguintes:

Agências de Rating	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Fitch Ratings	B	BB	Estável
Moody's	NP	Ba1	Negativo
DBRS	R-2 (<i>low</i>)	BBB (<i>low</i>)	Negativo

10. Principais Riscos e Incertezas para o Segundo Semestre

Para o segundo semestre antevê-se a continuação do contexto de excepcional adversidade e dificuldade extrema, configurando um quadro de grande incerteza e risco para as instituições financeiras, para o qual estão definidas respostas e estão a ser tomadas medidas para mitigação dos respectivos impactos negativos.

Para além das dificuldades económicas que têm determinado um contexto muito desfavorável, a actividade do primeiro semestre de 2011 foi fortemente marcada por circunstâncias excepcionais de grande adversidade, relacionadas com o agravamento das condições financeiras do país, potenciado pelo efeito de contágio da crise de dívida soberana vivida por outros parceiros da zona euro, abruptas descidas do *rating* da República para *non investment grade* e, como consequência, descidas dos *ratings* das instituições de crédito.

Tais condições tornaram praticamente inviável o acesso ao *funding* dos mercados financeiros, com repercussões na capacidade de crescimento e no normal exercício da actividade das instituições de crédito e conduziram o Estado a um pedido de ajuda financeira internacional junto do FMI, do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e da Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira (União Europeia e Banco Central Europeu).

Para obtenção dessa ajuda, foi acordado entre o Estado português e o conjunto das 3 entidades FMI/CE/BCE (designado por troika) um Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding – MoU*), no qual ficaram estabelecidas as condições gerais de política económica necessárias para que o país obtenha a referida assistência, a vigorar nos próximos 3 anos, no sentido de equilibrar as contas públicas e propiciar condições para o crescimento económico e o emprego.

No que se refere ao sector financeiro, as medidas preconizadas, com vista a preservar a sua estabilidade e liquidez, foram a gradual desalavancagem da actividade, a redução do recurso ao refinanciamento junto do BCE e o reforço dos níveis de solvabilidade em *core tier 1* no sentido de cumprir os novos requisitos de capital estabelecidos no Programa de Assistência Financeira a Portugal.

Foram ainda definidas medidas de reforço da regulação e supervisão bancárias, de reestruturação, saneamento e liquidação das instituições de crédito e de reforço do Fundo de Garantia de Depósitos, bem como do enquadramento legal de insolvência de empresas e de particulares.

De forma a concretizar estas medidas, foi solicitado aos oito principais grupos bancários nacionais, por via do Banco de Portugal, para além de diversos dados estatísticos sobre crédito com incumprimento e o cálculo de novos indicadores nesse domínio, a elaboração de um plano de desalavancagem e financiamento (*funding and capital plan*) para vigorar desde o segundo semestre de 2011 até final de 2015.

As condições e os objectivos definidos deixam antever uma acentuada retracção de todo o sector bancário já no segundo semestre do ano, com acrescida restritividade, aumentos de *spreads* e redução do crédito, a par da acentuada competitividade na captação de depósitos de clientes e de aumentos de capital, para compensar a redução dos níveis de refinanciamento junto do BCE e do *funding* dos mercados financeiros.

Em simultâneo, a perspectiva de agravamento da situação de recessão económica do país deverá repercutir-se no aumento da imparidade de crédito, redução de resultados e da rendibilidade.

No quadro da sua estratégia de diversificação, a CEMG tem vindo a obter reduções significativas dos níveis de alavancagem desde 2008, por via da redução da exposição ao crédito imobiliário, da habitação e da construção, que se traduziu em ligeiras, mas progressivas, reduções da carteira de crédito, enquanto os depósitos têm evidenciado crescimentos apreciáveis. Perspectiva-se o aprofundamento desta política a par de uma gestão com enfoque na melhoria da eficiência, por via da racionalização de custos e obtenção de poupanças de sinergias permitindo uma maior qualificação de serviço e o desenvolvimento da relação diferenciadora com os Associados e Clientes.

II – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, referente ao primeiro semestre de 2011, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e contém uma descrição dos principais riscos e suas perspectivas, em conformidade com os requisitos legais.

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Maria Helena Martins Cardoso

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Balancos e Demonstrações de Resultados

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de euros)

	Activo Bruto	2011 Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	2010 Activo Líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	400 791		400 791	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	112 947		112 947	74 353
Activos financeiros detidos para negociação	139 681		139 681	124 589
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 685		3 685	3 952
Activos financeiros disponíveis para venda	3 020 485	17 899	3 002 586	2 430 568
Aplicações em instituições de crédito	324 166	136	324 030	338 662
Crédito a clientes	17 479 815	687 759	16 792 056	14 554 133
Investimentos detidos até à maturidade	48 314		48 314	58 144
Derivados de cobertura	6 730		6 730	7 734
Activos não correntes detidos para venda	282 331	47 262	235 069	162 374
Propriedades de investimento	19 309		19 309	
Outros activos tangíveis	326 249	175 785	150 464	89 287
Activos intangíveis	120 195	40 053	80 142	18 254
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	58 794	341	58 453	37 060
Activos por impostos correntes	2 538		2 538	
Activos por impostos diferidos	4 933		4 933	
Outros activos	297 872	38	297 834	110 156
TOTAL DE ACTIVO	22 648 835	969 273	21 679 562	18 249 290
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			2 220 044	1 540 266
Passivos financeiros detidos para negociação			71 270	47 615
Recursos de outras instituições de crédito			992 208	901 742
Recursos de clientes e outros empréstimos			12 609 862	10 007 563
Responsabilidades representadas por títulos			3 426 188	3 836 243
Passivos financeiros associados a activos transferidos			461 187	387 183
Derivados de cobertura			6 102	6 894
Provisões			4 310	1 311
Passivos por impostos diferidos			1 084	
Outros passivos subordinados			493 346	380 986
Outros passivos			274 478	144 009
TOTAL DE PASSIVO			20 560 079	17 253 812
CAPITAL				
Capital			1 145 000	800 000
Outros instrumentos de capital			15 000	
Reservas de reavaliação			- 287 740	- 75 623
Outras reservas e resultados transitados			232 274	219 694
Resultado do exercício			5 068	51 407
Interesses minoritários			9 881	
TOTAL DO CAPITAL			1 119 483	995 478
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			21 679 562	18 249 290

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Maria Helena Martins Cardoso

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 30 DE JUNHO DE 2010
(milhares de euros)

	2011	2010
Juros e rendimentos similares	524 152	357 240
Juros e encargos similares	365 810	228 100
MARGEM FINANCEIRA	158 342	129 140
Rendimentos de instrumentos de capital	561	467
Rendimentos de serviços e comissões	52 819	42 126
Encargos com serviços e comissões	9 094	7 268
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	26 104	31 968
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2 517	8 980
Resultados de reavaliação cambial	2 742	1 175
Resultados de alienação de outros activos	-12.431	-1.986
Outros resultados de exploração	15 000	10 194
PRODUTO DA ACTIVIDADE	236 560	214 796
Custos com pessoal	92 486	74 184
Gastos gerais administrativos	48 843	39 279
Depreciações e amortizações	12 442	9 837
Provisões líquidas de reposições e anulações	519	25
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	61 622	53 691
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6 770	1 169
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	7 927	5 885
Resultados de associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	-950	-130
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSE MINORITÁRIOS	5 001	30 596
Impostos		
Correntes	-3.219	
Diferidos	4.256	
Interesses Minoritários	-970	
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	5 068	30 596

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Maria Helena Martins Cardoso

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(milhares de euros)

	2011			2010
	Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	350 923		350 923	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79 973		79 973	58 405
Activos financeiros detidos para negociação	113 036		113 036	124 589
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 685		3 685	3 952
Activos financeiros disponíveis para venda	5 708 744	25 121	5 683 623	5 256 811
Aplicações em instituições de crédito	594 619	136	594 483	338 662
Crédito a clientes	16 763 090	533 742	16 229 348	14 352 766
Investimentos detidos até à maturidade	48 263		48 263	58 093
Derivados de cobertura	6 730		6 730	7 734
Activos não correntes detidos para venda	242 896	47 262	195 634	162 374
Outros activos tangíveis	287 565	167 977	119 588	89 188
Activos intangíveis	148 061	37 648	110 413	18 254
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	384 547		384 547	43 297
Activos por impostos correntes	9		9	0
Outros activos	291 144		291 144	129 871
TOTAL DE ACTIVO	25 023 285	811 886	24 211 399	20 884 020
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			2 220 044	1 540 266
Passivos financeiros detidos para negociação			79 633	47 538
Recursos de outras instituições de crédito			1 406 099	1 262 546
Recursos de clientes e outros empréstimos			12 259 863	9 654 340
Responsabilidades representadas por títulos			3 182 842	3 578 677
Passivos financeiros associados a activos transferidos			3 081 982	3 182 375
Derivados de cobertura			6 102	6 894
Provisões			121 857	101 499
Outros passivos subordinados			471 401	380 986
Outros passivos			252 772	134 880
TOTAL DE PASSIVO			23 082 595	19 890 001
CAPITAL				
Capital			1 145 000	800 000
Instrumentos de capital			15 000	
Reservas de reavaliação			- 285 292	- 74 569
Outras reservas e resultados transitados			240 989	227 097
Resultado do exercício			13 107	41 491
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO			1 128 804	994 019
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			24 211 399	20 884 020

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Maria Helena Martins Cardoso

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 30 DE JUNHO DE 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Juros e rendimentos similares	508 698	346 994
Juros e encargos similares	360 528	218 149
MARGEM FINANCEIRA	148 170	128 845
Rendimentos de instrumentos de capital	1.785	2.104
Rendimentos de serviços e comissões	50.066	42.126
Encargos com serviços e comissões	8.144	7.268
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27.216	31.638
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.726	8.334
Resultados de reavaliação cambial	711	1.137
Resultados de alienação de outros activos	-2.244	-1.986
Outros resultados de exploração	12.346	10.194
PRODUTO BANCÁRIO	232 632	215 124
Gastos com pessoal	89 651	73 731
Gastos gerais administrativos	45 256	39 251
Amortizações do exercício	12 040	9 835
Provisões líquidas de reposições e anulações	-735	-1.388
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	58 629	60 620
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6 757	1 169
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	7 927	5 885
RESULTADO DO EXERCÍCIO	13 107	26 021

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Maria Helena Martins Cardoso

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia - Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Caixa Económica Montepio Geral

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas Intercalares**

30 de Junho de 2011 e 2010



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO PELO AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ('CVM'), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 da Caixa Económica Montepio Geral, as quais compreendem o Balanço consolidado em 30 de Junho de 2011 (que evidencia um total de 21.679.562 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da CEMG de 1.119.483 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da CEMG de 5.068 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e correspondentes notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

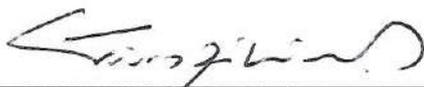
5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira consolidada;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada da Caixa Económica Montepio Geral em 30 de Junho de 2011, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 26 de Agosto de 2011

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC N.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 5 a 120)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados Consolidados para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2011	30 de Junho 2010
Juros e rendimentos similares	3	524.152	357.240
Juros e encargos similares	3	365.810	228.100
Margem financeira		158.342	129.140
Rendimentos de instrumentos de capital	4	561	467
Rendimentos de serviços e comissões	5	52.819	42.126
Encargos com serviços e comissões	5	(9.094)	(7.268)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	26.104	31.968
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	2.517	8.980
Resultados de reavaliação cambial	8	2.742	1.175
Resultados de alienação de outros activos		(12.431)	(1.986)
Outros resultados de exploração	9	11.993	9.014
Total de proveitos operacionais		233.553	213.616
Custos com pessoal	10	92.486	74.184
Gastos gerais administrativos	11	48.843	39.279
Depreciações e amortizações	12	12.442	9.837
Total de custos operacionais		153.771	123.300
Imparidade do crédito	13	58.628	52.511
Imparidade de outros activos	14	14.684	7.054
Outras provisões	15	519	25
Resultado operacional		5.951	30.726
Resultados por equivalência patrimonial	16	(950)	(130)
Resultado antes de impostos		5.001	30.596
Impostos			
Correntes		(3.219)	-
Diferidos		4.256	-
Interesses minoritários		(970)	-
Resultado líquido do período		5.068	30.596

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2011	31 de Dezembro 2010
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	400.791	240.024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	112.947	74.353
Aplicações em instituições de crédito	19	324.030	338.662
Crédito a clientes	20	16.792.056	14.554.133
Activos financeiros detidos para negociação	21	145.563	130.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3.685	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	23	3.002.586	2.430.568
Derivados de cobertura	24	1.955	2.810
Activos por impostos correntes		2.538	-
Activos por impostos diferidos	37	4.933	-
Investimentos detidos até à maturidade	25	48.314	58.144
Investimentos em associadas e outras	26	58.453	37.060
Activos não correntes detidos para venda	27	235.069	162.374
Propriedades de investimento	28	19.309	-
Outros activos tangíveis	29	150.464	89.287
<i>Goodwill</i> e activos intangíveis	30	80.142	18.254
Outros activos	31	296.727	108.804
Total do Activo		21.679.562	18.249.290
Passivo			
Recursos de bancos centrais	32	2.220.044	1.540.266
Recursos de outras instituições de crédito	33	992.208	901.742
Recursos de clientes	34	12.609.862	10.007.563
Responsabilidades representadas por títulos	35	3.426.188	3.836.243
Passivos financeiros detidos para negociação	21	77.152	53.891
Derivados de cobertura	24	1.120	1.408
Provisões	36	4.310	1.311
Passivos por impostos diferidos	37	1.084	-
Outros passivos subordinados	38	493.346	380.986
Outros passivos	39	734.765	530.402
Total do Passivo		20.560.079	17.253.812
Situação Líquida			
Capital	40	1.145.000	800.000
Outros instrumentos de capital	41	15.000	-
Reservas de justo valor	43	(296.188)	(85.706)
Outras reservas e resultados transitados	42 e 43	240.722	229.777
Resultado líquido do período		5.068	51.407
Interesses minoritários	43	9.881	-
Total da Situação Líquida		1.119.483	995.478
		21.679.562	18.249.290

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	<u>30 de Junho 2011</u>	<u>30 de Junho 2010</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	515.929	343.733
Comissões recebidas	52.083	42.001
Pagamento de juros	(304.533)	(213.375)
Pagamento de comissões	(8.212)	(6.655)
Despesas com pessoal e fornecedores	(123.301)	(111.752)
Recuperação de crédito e juros	3.008	1.180
Outros pagamentos e recebimentos	145.978	80.483
Impostos	(3.849)	-
	<u>277.103</u>	<u>135.615</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(2.352.351)	356.223
Outros activos	(222.495)	(72.699)
	<u>(2.574.846)</u>	<u>283.524</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para com clientes	2.549.288	184.374
Recursos para com instituições de crédito	(130.094)	(544.913)
Recursos de Bancos Centrais	900.000	900.000
	<u>3.319.194</u>	<u>539.461</u>
	<u>1.021.451</u>	<u>958.600</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	561	467
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(23.391)	(122.420)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	267	121
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(789.258)	(741.126)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	213	1.514
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	9.160	(24.397)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(80.796)	931
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(110.378)	119.388
Alienação de imobilizações	62.191	607
Aquisição de imobilizações	(3.281)	(11.954)
	<u>(934.712)</u>	<u>(776.869)</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Distribuição de resultados	(23.085)	(20.300)
Aumento de capital	360.000	-
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	248.011	(27.534)
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(599.669)	(111.071)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	16.985	1.668
	<u>2.242</u>	<u>(157.237)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	88.981	24.494
Caixa e equivalentes no início do período	<u>169.994</u>	<u>168.998</u>
Caixa (nota 17)	95.641	99.128
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	74.353	69.870
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>258.975</u>	<u>193.492</u>

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações na Situação Líquida Consolidada
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	986.214	760.000	-	225.876	14.115	(28.600)	14.823
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Alterações de justo valor	(20.020)	-	-	-	-	(20.020)	-
Resultado líquido do período	30.596	-	-	-	-	-	30.596
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	10.576	-	-	-	-	(20.020)	30.596
Distribuição de resultados	(20.300)	-	-	-	-	-	(20.300)
Equivalência patrimonial	784	-	-	-	1.489	-	(705)
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	7.635	-	-	(7.635)
Reserva especial	-	-	-	1.889	-	-	(1.889)
Saldos em 30 de Junho de 2010	977.274	760.000	-	235.400	15.604	(48.620)	14.890
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Alterações de justo valor	(37.086)	-	-	-	-	(37.086)	-
Resultado líquido do período	20.811	-	-	-	-	-	20.811
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(16.275)	-	-	-	-	(37.086)	20.811
Equivalência patrimonial	(5.521)	-	-	-	(5.521)	-	-
Aumento de capital	40.000	40.000	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	995.478	800.000	-	235.400	10.083	(85.706)	35.701
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Alterações de justo valor	(210.482)	-	-	-	-	(210.482)	-
Resultado líquido do período	5.068	-	-	-	-	-	5.068
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(205.414)	-	-	-	-	(210.482)	5.068
Distribuição de resultados	(23.085)	-	-	-	-	-	(23.085)
Equivalência patrimonial	(1.765)	-	-	-	(1.635)	-	(130)
Diferenças de consolidação	(15.612)	-	-	-	-	-	(15.612)
Aumento de capital	345.000	345.000	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	15.000	-	15.000	-	-	-	-
Interesses minoritários	9.881	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	8.345	-	-	(8.345)
Reserva especial	-	-	-	2.075	-	-	(2.075)
Saldos em 30 de Junho de 2011	1.119.483	1.145.000	15.000	245.820	8.448	(296.188)	(8.478)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e 2011

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30 de Junho 2011	30 de Junho 2010
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	40	(210.482)	(48.620)
Resultado líquido do período		5.068	30.596
Total de rendimento integral do período		(205.414)	(18.024)

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 30 de Junho de 2011

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “CEMG”) é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG (ver nota 26). Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da CEMG com referência a 30 de Junho de 2011 incluem o efeito desta aquisição, pelo que este facto deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da CEMG agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 30 de Junho de 2011 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até essa data. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 30 de Junho de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e *fair value option*) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os restantes activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. Os passivos sobre obrigações de benefícios definidos são reconhecidos ao valor presente dessa obrigação líquidos dos activos do fundo, deduzidos de perdas actuariais não reconhecidas.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na nota 1.23.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de Agosto de 2011.

1.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da CEMG e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à CEMG referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da CEMG, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a CEMG exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a CEMG detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a CEMG detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que a CEMG assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respectivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível à CEMG, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos da CEMG até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pela CEMG fossem recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a CEMG detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a CEMG exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a CEMG exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que a CEMG adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis à CEMG iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se a CEMG tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Entidades de finalidade especial (“SPE’s”)

A CEMG consolida pelo método integral determinados SPE’s, constituídos especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a CEMG exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não existem outros SPE’s que estejam abrangidos pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 - Consolidação de entidades de finalidade especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio da CEMG e para que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- A CEMG detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- A CEMG tem o direito de obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- A CEMG está exposta à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

A CEMG mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, os interesses que não controlam correspondem à respectiva proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a correspondente parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível ao accionista da CEMG.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da CEMG, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da CEMG nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

1.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5 Crédito a clientes

O Crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido em balanço quando (i) os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política da CEMG consiste na avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se com imparidade quando (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade numa óptica individual é determinada através de uma análise da exposição total de crédito cliente a cliente. Para cada cliente considerado individualmente significativo, a CEMG avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada cliente junto da CEMG e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade, numa óptica individual, o montante da perda a reconhecer, corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido de imparidade. Para um crédito com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva anual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (“IBNR”) em créditos para os quais não existem evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela CEMG de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite à CEMG o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos passou a ser efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.6 Outros activos financeiros

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação”, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 22 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pela CEMG, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A CEMG adoptou o *Fair value option* para certas emissões e depósitos a prazo efectuados que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados.

Os activos e passivos financeiros ao *Fair value option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras nos anos de 2010 e 2011.

v) Imparidade

A CEMG avalia, em cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.7 Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística 1.6.

1.8 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação e considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.9 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.10 Activos não correntes detidos para venda

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito, a CEMG incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, a CEMG procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (n.º 1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art. 114.º do RGICSF).

A CEMG tem como objectivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

1.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo de aquisição o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

1.12 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13 Locações

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

- Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14 Propriedades de investimento

A CEMG classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que eles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, a CEMG regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

1.15 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (“ACT”), para o pessoal admitido até 1 de Março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto – Lei n.º1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades líquidas da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, com referência a 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente; (ii) o custo dos juros; (iii) o rendimento esperado dos activos do Fundo; (iv) uma parte dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor; e (v) o efeito das reformas antecipadas.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao Fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento; e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do Fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.16 Impostos sobre lucros

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.17 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

1.18 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido vencido são considerados os seguintes aspectos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rédito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- a contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real é interrompida, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.19 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.20 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.21 Relato por segmentos

Desde 1 de Janeiro de 2009 a CEMG adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver nota 47).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

1.22 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.23 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.22 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na política contabilística 1.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (“SPE’s”)

A CEMG utiliza SPE’s com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

A CEMG não consolida os SPE’s em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se a CEMG está exposta aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (política contabilística 1.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pela CEMG requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da CEMG fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Impostos sobre lucros

As subsidiárias da CEMG encontram-se sujeitas ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelas subsidiárias da CEMG, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da CEMG, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Margem financeira	158.342	129.140
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	28.621	40.948
	<u>186.963</u>	<u>170.088</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
<i>Juros e rendimentos similares:</i>						
Juros de crédito	251.530	-	251.530	216.330	-	216.330
Juros de outras aplicações	4.951	-	4.951	10.929	-	10.929
Juros de depósitos	1.046	-	1.046	777	-	777
Juros de títulos disponíveis para venda	130.694	-	130.694	32.717	-	32.717
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1.133	-	1.133	1.214	-	1.214
Juros de derivados de cobertura	1.632	-	1.632	1.893	-	1.893
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	124.604	124.604	-	89.440	89.440
Outros juros e rendimentos similares	8.562	-	8.562	3.940	-	3.940
	<u>399.548</u>	<u>124.604</u>	<u>524.152</u>	<u>267.800</u>	<u>89.440</u>	<u>357.240</u>
<i>Juros e encargos similares:</i>						
Juros de depósitos	133.835	-	133.835	67.349	-	67.349
Juros de títulos emitidos	45.751	-	45.751	46.724	-	46.724
Juros de empréstimos	4.387	-	4.387	2.351	-	2.351
Juros de outros recursos	20.089	-	20.089	23.749	-	23.749
Juros de derivados de cobertura	1.218	-	1.218	973	-	973
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	-	112.020	112.020	-	64.768	64.768
Outros juros e encargos similares	48.510	-	48.510	22.186	-	22.186
	<u>253.790</u>	<u>112.020</u>	<u>365.810</u>	<u>163.332</u>	<u>64.768</u>	<u>228.100</u>
Margem financeira	<u>145.758</u>	<u>12.584</u>	<u>158.342</u>	<u>104.468</u>	<u>24.672</u>	<u>129.140</u>

4 Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 561.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 538.000) refere-se a dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados	37.174	30.557
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.673	4.502
Por garantias prestadas	3.477	2.963
Outros rendimentos de serviços e comissões	7.495	4.104
	<hr/> 52.819	<hr/> 42.126
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	7.700	6.869
Por operações realizadas com títulos	243	177
Outros encargos com serviços e comissões	1.151	222
	<hr/> 9.094	<hr/> 7.268
Resultados líquidos de serviços e comissões	<hr/> <hr/> 43.725	<hr/> <hr/> 34.858

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos e passivos financeiros detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	-	-	-	328	1.256	(928)
de outros emissores	151	-	151	177	256	(79)
Acções	270	265	5	54	257	(203)
Unidades de participação	2	19	(17)	-	-	-
	<u>423</u>	<u>284</u>	<u>139</u>	<u>559</u>	<u>1.769</u>	<u>(1.210)</u>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	141.563	141.920	(357)	147.360	148.532	(1.172)
Contratos sobre taxas de juro	241.118	279.649	(38.531)	230.577	195.691	34.886
Contratos sobre créditos (CDS)	1.425	1.616	(191)	2.886	3.717	(831)
Outros	93.272	28.872	64.400	46.514	45.101	1.413
	<u>477.378</u>	<u>452.057</u>	<u>25.321</u>	<u>427.337</u>	<u>393.041</u>	<u>34.296</u>
	<u>477.801</u>	<u>452.341</u>	<u>25.460</u>	<u>427.896</u>	<u>394.810</u>	<u>33.086</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	-	175	(175)	-	28	(28)
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	600	76	524	536	262	274
Recursos de clientes	896	403	493	298	263	35
Débitos representados por títulos	15	-	15	104	-	104
Outros passivos subordinados	11.131	11.344	(213)	15.600	17.103	(1.503)
	<u>12.642</u>	<u>11.823</u>	<u>819</u>	<u>16.538</u>	<u>17.628</u>	<u>(1.090)</u>
	<u>490.443</u>	<u>464.339</u>	<u>26.104</u>	<u>444.434</u>	<u>412.466</u>	<u>31.968</u>

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4.716	2.788	1.928	1.872	492	1.380
De outros emissores	11.595	11.160	435	5.531	670	4.861
Acções	57	1	56	2.660	-	2.660
Outros títulos de rendimento variável	105	7	98	85	6	79
	16.473	13.956	2.517	10.148	1.168	8.980

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000					
Reavaliação cambial	45.906	43.164	2.742	8.329	7.154	1.175

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1.3.

9 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Prestação de serviços	3.129	2.517
Reembolso de despesas	3.086	966
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	3.683	4.031
Dívida readquirida	8.505	3.650
Outros	2.373	1.135
	<u>20.776</u>	<u>12.299</u>
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Impostos	869	58
Donativos e quotizações	178	171
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1.078	845
Outros	6.658	2.211
	<u>8.783</u>	<u>3.285</u>
Outros resultados líquidos de exploração	<u><u>11.993</u></u>	<u><u>9.014</u></u>

10 Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Remunerações	62.055	53.498
Contribuições para o SAMS	2.592	3.143
Encargos sociais obrigatórios	15.791	4.148
Outros encargos com o fundo de pensões	10.607	11.831
Outros custos	1.441	1.564
	<u>92.486</u>	<u>74.184</u>

As contribuições para o SAMS incluem o montante de Euros 360.000 (30 de Junho de 2010: Euros 357.000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 47).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2011, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	898	2.608	3.506
Custos com pensões de reforma e SAMS	8	100	108
Remunerações variáveis	-	218	218
	<u>906</u>	<u>2.926</u>	<u>3.832</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2010, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	669	2.258	2.927
Custos com pensões de reforma e SAMS	3	80	83
Remunerações variáveis	-	75	75
	<u>672</u>	<u>2.413</u>	<u>3.085</u>

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 30 de Junho de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 4.770.000 e Euros 4.517.000 respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante o primeiro semestre de 2011 e o exercício de 2010, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Jun 2011	Dez 2010
Direcção e coordenação	224	127
Chefia e gerência	818	494
Técnicos	1.113	654
Específicos	217	139
Administrativos	1.865	1.362
Auxiliares	84	66
	<u>4.321</u>	<u>2.842</u>

11 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Rendas e alugueres	12.339	10.045
Serviços especializados		
Informática	5.723	5.059
Trabalho independente	2.558	1.527
Outros serviços especializados	7.228	5.443
Publicidade e publicações	4.047	2.405
Comunicações e expedição	5.108	4.367
Água, energia e combustíveis	2.654	2.090
Conservação e reparação	2.585	2.526
Transportes	1.524	1.733
Seguros	1.152	1.280
Deslocações, estadias e despesas de representação	837	539
Material de consumo corrente	1.310	691
Formação	132	339
Outros gastos administrativos	1.646	1.235
	<u>48.843</u>	<u>39.279</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 7.959.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 15.621.000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de inquilino.

12 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
Software	3.774	3.539
Outros activos intangíveis	426	-
	<u>4.200</u>	<u>3.539</u>
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	2.098	1.674
Equipamento:		
Mobiliário e material	892	284
Máquinas e ferramentas	25	29
Equipamento informático	3.456	3.166
Instalações interiores	32	600
Equipamento de transporte	11	2
Equipamento de segurança	1.130	178
Locação operacional – <i>Renting</i>	550	365
Outros activos tangíveis	48	-
	<u>8.242</u>	<u>6.298</u>
	<u>12.442</u>	<u>9.837</u>

13 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade do crédito:</i>		
Dotação do período	248.018	265.702
Reversão do período	(186.369)	(211.993)
Recuperações de crédito e juros	<u>(3.008)</u>	<u>(1.180)</u>
	<u>58.641</u>	<u>52.529</u>
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Dotação do período	103	54
Reversão do período	(116)	(72)
	<u>(13)</u>	<u>(18)</u>
	<u>58.628</u>	<u>52.511</u>

14 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda:		
Dotação do período	7.927	7.880
Reversão do período	-	(1.995)
	<u>7.927</u>	<u>5.885</u>
Imparidade para títulos:		
Dotação do período	7.703	1.371
Reversão do período	(946)	(202)
	<u>6.757</u>	<u>1.169</u>
	<u><u>14.684</u></u>	<u><u>7.054</u></u>

15 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos e riscos diversos:		
Dotação do período	894	235
Reversão do período	(375)	(210)
	<u>519</u>	<u>25</u>

16 Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(2.207)	(1.109)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1.048	1.064
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(181)	(85)
Prio Energie, S.G.P.S., S.A.	390	-
	<u>(950)</u>	<u>(130)</u>

17 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Caixa	146.030	95.641
Banco de Portugal	212.235	144.383
Disponibilidades sobre Bancos Centrais estrangeiros	42.526	-
	<u>400.791</u>	<u>240.024</u>

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 30 de Junho de 2011, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,25% (31 de Dezembro de 2010: 1%).

18 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Em instituições de crédito no país	33.972	16.372
Em instituições de crédito no estrangeiro	17.561	12.209
Valores a cobrar	61.414	45.772
	<u>112.947</u>	<u>74.353</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	205	205
Aplicações de muito curto prazo	100.000	260.003
Empréstimos	39.811	-
Outras aplicações	-	10.000
	<u>140.016</u>	<u>270.208</u>
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Bancos Centrais	3.734	-
Depósitos	143	112
Aplicações de muito curto prazo	70.000	-
Aplicações subordinadas	2.000	-
Outras aplicações	108.273	68.392
	<u>184.150</u>	<u>68.504</u>
	324.166	338.712
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(136)	(50)
	<u>324.030</u>	<u>338.662</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2011, vencem juros à taxa média anual de 2,25% (31 de Dezembro de 2010: 1,37%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são apresentados como segue:

	Jun 2011	Jun 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	50	66
Dotação do período	103	54
Reversão do período	(116)	(72)
Transferências	99	-
Saldo em 30 de Junho	136	48

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

20 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Crédito interno:</i>		
A empresas		
Empréstimo	1.987.202	1.388.583
Créditos em conta corrente	2.540.660	2.106.934
Locação financeira	409.700	229.348
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	187.925	87.087
<i>Factoring</i>	150.948	109.683
Descobertos em depósitos à ordem	126.961	9.134
Outros créditos	929.301	756.961
A particulares		
Habitação	9.124.404	8.937.169
Locação financeira	85.108	45.001
Consumo e outros créditos	1.279.633	828.554
	<u>16.821.842</u>	<u>14.498.454</u>
<i>Crédito ao exterior:</i>		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5.958	-
Outros créditos	2.708	-
A particulares		
Habitação	11.888	-
Consumo e outros	3.724	-
	<u>24.278</u>	<u>-</u>
	<u>16.846.120</u>	<u>14.498.454</u>
<i>Crédito e juros vencidos:</i>		
Menos de 90 dias	108.754	90.750
Mais de 90 dias	524.941	486.740
	<u>633.695</u>	<u>577.490</u>
	17.479.815	15.075.944
Imparidade para riscos de crédito	<u>(687.759)</u>	<u>(521.811)</u>
	<u>16.792.056</u>	<u>14.554.133</u>

Em 30 de Junho de 2011, o valor do crédito a clientes (líquido de imparidade), inclui o montante de Euros 266.895.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 285.895.000), referente a operações de securitização em que, e de acordo com a política contabilística 1.2, os SPE's consolidam na CEMG (ver nota 49). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representados por títulos (ver nota 39).

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Crédito a clientes inclui Euros 2.238.258.000 relativo a créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG, conforme nota 39.

A CEMG procedeu em Julho de 2009, à primeira emissão de obrigações hipotecárias, com um montante de Euros 1.000.000.000 e um prazo de 3 anos. A operação foi efectuada ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG. A taxa de juro da emissão é de 3,25%.

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Habitação incluía o montante de Euros 461.295.000 (2010: Euros 387.183.000) aproximadamente, relativo a créditos que foram objecto de securitização e que de acordo com a política contabilística 1.5 não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 39.

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados “créditos arrematados” no montante de Euros 1.532.000. Os “créditos arrematados” correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	521.811	493.913
Dotação do período	248.018	265.702
Reversão do período	(186.369)	(211.993)
Utilização de imparidade	(81.982)	(50.658)
Transferências	186.281	-
Saldo em 30 de Junho	<u>687.759</u>	<u>496.964</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política contabilística 1.5, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2011 e durante o exercício de 2010, ascendeu ao montante de Euros 3.008.000

e Euros 2.376.000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.5, apresenta-se como segue:

	Jun 2011						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfolio</i>		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	1.304.472	255.853	5.645.423	236.709	6.949.894	492.562	6.457.332
Crédito a particulares – habitação	1.236	661	9.258.083	94.659	9.259.319	95.320	9.163.999
Crédito a particulares – Outro	22.791	8.849	1.247.811	91.028	1.270.602	99.877	1.170.725
	1.328.499	265.363	16.151.317	422.396	17.479.815	687.759	16.792.056

	Dez 2010						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfolio</i>		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	925.863	176.451	4.031.149	209.744	4.957.012	386.195	4.570.817
Crédito a particulares – habitação	-	-	9.205.612	116.888	9.205.612	116.888	9.088.724
Crédito a particulares – Outro	-	-	913.320	18.728	913.320	18.728	894.592
	925.863	176.451	14.150.081	345.360	15.075.944	521.811	14.554.133

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Crédito com imparidade:</i>		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	87.029	62.233
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	9.982	4.802
Outros imóveis (Construção civil)	1.325.559	1.157.645
Outras garantias	88.910	19.003
	1.511.480	1.243.683
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	179.405	39.486
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	2.217.687	1.989.773
Outros imóveis (Construção civil)	1.149.406	850.227
Outras garantias	307.346	63.130
	3.853.844	2.941.622
<i>Crédito sem imparidade:</i>		
Títulos e outros activos financeiros	889.173	590.373
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	14.563.823	13.526.231
Outros imóveis (Construção civil)	3.765.616	3.666.371
Outras garantias	676.581	94.675
	19.895.193	17.877.650
	25.260.517	22.062.955

A CEMG utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

21 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Títulos		
Acções	5.869	2.805
Obrigações	-	3.192
	<u>5.869</u>	<u>5.997</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	139.694	124.868
	<u>145.563</u>	<u>130.865</u>
 <i>Passivos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	77.152	53.891
	<u>77.152</u>	<u>53.891</u>

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor de acordo com a política contabilística 1.6. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade. Os títulos da rubrica Activos financeiros detidos para negociação são cotados.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 30 de Junho de 2011, pode ser analisado como segue:

Jun 2011								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no período Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no período Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
<i>Swap</i> de taxa de juro	Emissão de obrigações	1.226.410	38.288	12.909	62.245	98.469	401.609	401.609
<i>Swap</i> de taxa de juro	Depósitos	3.026.245	3.868	(13.518)	(609)	(14.563)	1.504.117	1.504.117
<i>Swap</i> de taxa de juro	Recursos	450.782	7.019	(5.244)	14.859	17617	222.874	222.874
<i>Swap</i> de taxa de juro	Titularização	10.280.446	(7.584)	(5.750)	-	-	-	-
<i>Swap</i> de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	12.902.496	20.710	2.687	2.520	10.137	1.000.000	1.000.000
<i>Swap</i> de taxa de juro	-	400.000	(1.586)	1.586	-	-	-	-
<i>Swap</i> cambial	Emissão de dívida	1.411.295	(648)	(393)	-	-	-	-
CIRS	-	8.730	(177)	(177)	-	-	-	-
Futuros	-	91.621	102	103	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	103.859	799	46	-	-	-	-
<i>Credit Default Swaps</i>	-	153.278	(1.421)	(684)	-	-	-	-
		30.055.162	62.542	8.435	79.015	111.660	3.128.600	3.128.600

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2010, pode ser analisado como segue:

Dez 2010								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			Valor de reembolso na maturidade Euros '000
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	605.000	25.379	2.617	(36.223)	(48.475)	302.500	302.500
Swap de taxa de juro	Depósitos	3.609.775	17.386	13.230	12.954	11.593	2.013.304	2.013.304
Swap de taxa de juro	Recursos	490.052	12.263	(3.102)	(2.757)	(13.319)	247.113	247.113
Swap de taxa de juro	Titularização	10.717.877	(1.834)	(2.168)	-	-	-	-
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11.890.474	18.023	7.891	(7.617)	(8.061)	1.000.000	1.000.000
Swap cambial	Emissão de dívida	538.428	(255)	(1.672)	-	-	-	-
Futuros	-	14.298	(1)	(1)	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	70.586	753	169	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	89.710	(737)	(306)	-	-	-	-
		<u>28.026.200</u>	<u>70.977</u>	<u>16.658</u>	<u>(33.643)</u>	<u>(58.262)</u>	<u>3.562.917</u>	<u>3.562.917</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.3 no montante de Euros 5.881.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 6.276.000).

22 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3.685.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 3.952.000) refere-se na sua totalidade a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme política contabilística 1.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado dos *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

23 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011				
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1.603.565	1.803	(225.692)	-	1.379.676
Estrangeiros	160.232	698	(2.815)	(5.056)	153.059
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	670.435	677	(21.168)	(1.633)	648.311
Estrangeiros	534.701	1.034	(50.773)	(5.048)	479.914
Papel comercial	280.874	-	-	(998)	279.876
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	10.666	297	(33)	(4.124)	6.806
Estrangeiros	6.123	136	(242)	(1.040)	4.977
Unidades de participação	50.077	944	(1.054)	-	49.967
	<u>3.316.673</u>	<u>5.589</u>	<u>(301.777)</u>	<u>(17.899)</u>	<u>3.002.586</u>

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	Dez 2010				
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1.075.466	2.155	(30.457)	-	1.047.164
Estrangeiros	114.501	365	(4.468)	-	110.398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	465.122	487	(13.342)	(1.284)	450.983
Estrangeiros	622.608	1.336	(41.865)	(15.608)	566.471
Papel comercial	242.634	-	-	(997)	241.637
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	3.865	190	(31)	(279)	3.745
Estrangeiros	4.123	78	(124)	(947)	3.130
Unidades de participação	7.127	270	(300)	(57)	7.040
	<u>2.535.446</u>	<u>4.881</u>	<u>(90.587)</u>	<u>(19.172)</u>	<u>2.430.568</u>

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 39. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1.23.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para títulos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	19.172	23.658
Dotação do período	7.703	1.371
Reversão do período	(946)	(202)
Utilização de imparidade	(9.295)	(57)
Transferências	1.265	-
Saldo em 30 de Junho	17.899	24.770

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

Durante o primeiro semestre de 2011 e conforme referido na política contabilística 1.6, foram repostas/constituídas perdas por imparidade, no montante de Euros 1.273.000 (30 de Junho de 2010: Euros 1.112.000).

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística 1.6, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 296.188.000 e de Euros 17.899.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 87.706.00 e de Euros 19.172.000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	Jun 2011			Dez 2010		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1.379.676	-	1.379.676	1.047.164	-	1.047.164
Estrangeiros	147.464	5.595	153.059	110.398	-	110.398
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	176.280	472.031	648.311	423.667	27.316	450.983
Estrangeiros	479.914	-	479.914	562.081	4.390	566.471
Papel comercial	-	279.876	279.876	-	241.637	241.637
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	965	5.841	6.806	861	2.884	3.745
Estrangeiros	4.673	304	4.977	2.972	158	3.130
Unidades de participação	49.967	-	49.967	7.040	-	7.040
	2.238.939	763.647	3.002.586	2.154.183	276.385	2.430.568

24 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Activo:		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	1.955	2.810
Passivo:		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	1.120	1.408

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	525	864
Responsabilidades representadas por títulos	15	242
Recursos de clientes	227	271
	<u>767</u>	<u>1.377</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2011, é apresentada como segue:

	Jun 2011							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três Meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro: Swap de taxa de juro	-	40.000	115.000	155.000	-	553	282	835

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2010, é apresentada como segue:

	Dez 2010							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três Meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro: Swap de taxa de juro	20.000	80.000	115.000	215.000	147	1.394	(139)	1.402

As operações de cobertura de justo valor em 30 de Junho de 2011 podem ser analisadas como segue:

Jun 2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	40.000	553	(158)	144	(227)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	20.000	970	1.121	558	(539)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95.000	(688)	(254)	(220)	78
			155.000	835	709	482	(688)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010, podem ser analisadas como segue:

Dez 2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	40.000	396	(302)	371	(271)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	80.000	2.091	(1.995)	1.097	(1.106)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95.000	(1.085)	(812)	(298)	(212)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	-	-	-	-	-
			215.000	1.402	(3.109)	(1.170)	(1.589)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

25 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	37.135	44.111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	11.179	14.033
	48.314	58.144

A CEMG avaliou com referência a 30 de Junho de 2011, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2011, como segue:

Denominação	Data de Emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OT - Setembro_98/23-09-2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,45%	99
OT - Junho_02/15-06-2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,00%	30.930
OT - Outubro_05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	6.107
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,25%	5.075
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,50%	2.049
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2013	Taxa fixa de 3,75%	2.018
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio, 1998	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,75%	1.985
OT – Cabo Verde – Março 10/2013	Março, 2010	Março, 2013	Taxa fixa de 5,740%	51
				48.314

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística 1.6.

Durante o primeiro semestre de 2011 e o exercício de 2010, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

26 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Participações financeiras em associadas e outras</i>		
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	17.250	19.786
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	12.183	13.321
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3.719	3.953
Prio Foods - S.G.P.S., S.A.	18.999	-
Prio Energy - S.G.P.S., S.A.	5.250	-
Iberpartners	1.052	-
Pinto & Bulhosa	191	-
Navicer	150	-
	<u>58.794</u>	<u>37.060</u>
Imparidade para investimentos em associadas	(341)	-
	<u>58.453</u>	<u>37.060</u>
Não cotados	58.453	37.060

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros '000	Passivo Euros '000	Capital Próprio Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000	Custo da Participação Euros '000
30 de Junho de 2011						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	550.350	483.105	67.245	116.694	(8.604)	23.566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	509.578	478.611	30.967	24.909	2.663	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	48.191	29.597	18.594	3.399	(905)	3.200
Iberpartners	4.913	1.335	3.578	-	-	1.000
Prio Foods, SGPS, S.A.	217.950	169.987	47.963	-	-	21.018
Prio Energy, SGPS, S.A.	142.758	116.510	24.926	107.287	1.952	4.300
31 de Dezembro de 2010						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	573.023	495.884	77.139	218.277	897	23.566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	513.640	479.780	33.860	51.492	4.506	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	50.361	30.598	19.763	8.106	(246)	3.200

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível à CEMG	
	Jun 2011	Dez 2010	Jun 2011	Dez 2010	Jun 2011	Dez 2010
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	26,25%	26,25%	17.250	19.786	(2.207)	230
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	39,34%	39,34%	12.183	13.321	1.048	1.773
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	3.719	3.953	(181)	(49)
Iberpartners	29,41%	-	1.052	-	-	-
Prio Foods SGPS, S.A.	20%	-	18.999	-	-	-
Prio Energie SGPS, S.A.	20%	-	5.250	-	390	-

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos investimentos em associadas são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para investimentos em associadas:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Transferências	341	-
Saldo em 30 de Junho	341	-

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

27 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	282.331	201.710
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(47.262)	(39.336)
	235.069	162.374

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística 1.10.

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

Os referidos activos estão disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, tendo a CEMG uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às actuais condições de mercado não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 19.849.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 13.996.000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para activos não correntes detidos para venda</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	39.335	29.336
Dotação do período	7.927	7.880
Reversão do período	-	(1.995)
Utilização	-	(14)
Saldo em 30 de Junho	<u>47.262</u>	<u>35.207</u>

28 Propriedades de investimento

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Custo:</i>		
<i>Imóveis</i>	<u>20.824</u>	<u>-</u>
<i>Reavaliação de justo valor:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(891)	-
Relativas a exercícios anteriores	(624)	-
	<u>(1.515)</u>	<u>-</u>
	<u>19.309</u>	<u>-</u>

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o primeiro semestre de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Reavaliação Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
Imóveis	<u>22.585</u>	<u>24</u>	<u>(2.400)</u>	<u>(900)</u>	<u>19.309</u>

A determinação do justo valor das propriedades de investimento é baseada no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações efectuadas pela CEMG.

29 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
De serviço próprio	107.701	62.353
Obras em imóveis arrendados	55.563	24.225
Imobilizado em curso	355	33
Equipamento:		
Mobiliário e material	20.497	11.070
Máquinas e ferramentas	3.325	1.869
Equipamento informático	83.037	58.367
Instalações interiores	22.056	15.837
Equipamento de transporte	4.980	436
Equipamento de segurança	9.573	4.972
Outro equipamento	4	-
Património artístico	1.055	1.050
Activos em locação operacional	8.676	4.965
Outras imobilizações corpóreas	3.904	31
Imobilizações em curso	5.523	3.342
	<u>326.249</u>	<u>188.550</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(8.242)	(13.074)
Relativas a exercícios anteriores	(167.543)	(86.189)
	<u>(175.785)</u>	<u>(99.263)</u>
	<u><u>150.464</u></u>	<u><u>89.287</u></u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o primeiro semestre de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	62.353	-	-	45.348	107.701
Obras em imóveis arrendados	24.225	291	-	31.047	55.563
Imobilizado em curso	33	7	-	315	355
Equipamento:					
Mobiliário e material	11.070	1.110	(224)	8.541	20.497
Máquinas e ferramentas	1.869	9	(52)	1.499	3.325
Equipamento informático	58.367	3.852	(306)	21.124	83.037
Instalações interiores	15.837	214	(15)	6.020	22.056
Equipamento de transporte	436	204	(152)	4.492	4.980
Equipamento de segurança	4.972	155	(8)	4.454	9.573
Outro equipamento	-	-	-	4	4
Património artístico	1.050	5	-	-	1.055
Activos em locação operacional	4.965	2.118	(349)	1.942	8.676
Outras imobilizações corpóreas	31	835	(14)	3.052	3.904
Imobilizações em curso	3.342	1.791	-	390	5.523
	<u>188.550</u>	<u>10.591</u>	<u>(1.120)</u>	<u>128.228</u>	<u>326.249</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	16.055	934	-	9.699	26.688
Obras em imóveis arrendados	15.984	1.164	-	18.749	35.897
Equipamento:					
Mobiliário e material	8.014	892	(224)	6.511	15.193
Máquinas e ferramentas	1.771	-	(41)	1.589	1.548
Outros equipamentos	-	25	(286)	2.493	4.003
Equipamento informático	43.937	3.456	(41)	18.070	65.422
Instalações interiores	8.698	32	(115)	4.712	13.327
Equipamento de transporte	376	11	(19)	3.273	3.641
Equipamento de segurança	3.244	1.130	-	1.540	5.914
Locação operacional	1.184	550	(133)	210	1.811
Outros activos tangíveis	-	48	(14)	2.307	2.341
	<u>99.263</u>	<u>8.242</u>	<u>(873)</u>	<u>69.153</u>	<u>175.785</u>

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	65.808	-	(3.455)	-	62.353
Obras em imóveis arrendados	32.208	332	(8.373)	58	24.225
Imobilizado em curso	43	10	-	(20)	33
Equipamento:					
Mobiliário e material	10.507	988	(425)	-	11.070
Máquinas e ferramentas	1.971	10	(113)	1	1.869
Equipamento informático	51.773	6.839	(244)	(1)	58.367
Instalações interiores	28.416	337	(13.010)	94	15.837
Equipamento de transporte	676	58	(298)	-	436
Equipamento de segurança	3.978	1.009	(15)	-	4.972
Património artístico	986	64	-	-	1.050
Activos em locação operacional	4.084	1.632	(751)	-	4.965
Outras imobilizações corpóreas	31	-	-	-	31
Imobilizações em curso	550	2.947	-	(155)	3.342
	<u>201.031</u>	<u>14.226</u>	<u>(26.684)</u>	<u>(23)</u>	<u>188.550</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	15.837	1.042	(824)	-	16.055
Obras em imóveis arrendados	22.047	2.310	(8.373)	-	15.984
Equipamento:					
Mobiliário e material	7.807	573	(366)	-	8.014
Máquinas e ferramentas	1.825	57	(112)	1	1.771
Equipamento informático	37.874	6.307	(244)	-	43.937
Instalações interiores	20.125	1.585	(13.012)	-	8.698
Equipamento de transporte	670	9	(303)	-	376
Equipamento de segurança	2.823	434	(13)	-	3.244
Locação operacional	748	757	(321)	-	1.184
	<u>109.756</u>	<u>13.074</u>	<u>(23.568)</u>	<u>1</u>	<u>99.263</u>

30 *Goodwill* e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Custo:</i>		
<i>Software</i>	58.371	31.798
Adiantamentos por conta de imobilizações	6.921	6.106
Outros activos intangíveis	93	-
Activos intangíveis em curso	191	-
	<u>65.576</u>	<u>37.904</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(4.200)	(7.776)
Relativas a exercícios anteriores	(35.853)	(11.874)
	<u>(40.053)</u>	<u>(19.650)</u>
	<u>25.523</u>	<u>18.254</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação</i>		
<i>Goodwill</i> (ver Nota 53):		
Finibanco Holding, S.A.	54.619	-
	<u>80.142</u>	<u>18.254</u>

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o primeiro semestre de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Software</i>	31.798	5.007	490	21.076	58.371
Adiantamentos por conta de imobilizações	6.106	327	-	488	6.921
Outros activos intangíveis	-	-	-	93	93
Activos intangíveis em curso	-	179	(679)	691	191
	<u>37.904</u>	<u>5.513</u>	<u>(189)</u>	<u>22.348</u>	<u>65.676</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
<i>Software</i>	19.650	3.774	(179)	16.775	40.020
Outros activos intangíveis	-	426	-	(393)	33
	<u>19.650</u>	<u>4.200</u>	<u>(179)</u>	<u>16.382</u>	<u>40.053</u>

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do "Goodwill" deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo efectua anualmente avaliações em relação as participações financeiras para as quais existe "Goodwill" registado no activo que consideraram entre outros factores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado a incerteza pela detenção do activo;
- (v) outros factores associados a situação actual dos mercados financeiros.

As avaliações tem por base pressupostos razoáveis e suportáveis que representam a melhor estimativa do Conselho de Administração, a data do Balanço, sobre as condições económicas que afectarão cada entidade, os orçamentos e as projecções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
Software	52.375	8.430	(29.007)	-	31.798
Adiantamentos por conta de imobilizações	4.657	1.449	-	-	6.106
	<u>57.032</u>	<u>9.879</u>	<u>(29.007)</u>	<u>-</u>	<u>37.904</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Software	<u>40.881</u>	<u>7.776</u>	<u>(29.007)</u>	<u>-</u>	<u>19.650</u>

31 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	7.531	11.949
Outros devedores	85.883	29.071
Outros proveitos a receber	5.898	4.873
Despesas com custo diferido	10.527	1.740
Contas diversas	186.926	64.644
	<u>296.765</u>	<u>112.277</u>
Imparidade para outros activos	<u>(38)</u>	<u>(3.473)</u>
	<u>296.727</u>	<u>108.804</u>

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 7.531.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 11.949.000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2.317	7.120
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	1.829	1.716
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	3.385	3.113
	<u>7.531</u>	<u>11.949</u>

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2010, um montante de Euros 3.473.000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 30 de Junho de 2011, o montante de Euros 4.350.000 relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística 1.6, a aguardar liquidação.

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com benefícios a colaboradores, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	(689.058)	(597.140)
Valor do Fundo	612.755	545.097
	(76.303)	(52.043)
Perdas actuariais		
Corredor	69.948	59.714
Acima do corredor	40.064	38.636
	<u>110.012</u>	<u>98.350</u>
	<u>33.709</u>	<u>46.307</u>

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística 1.14.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para outros activos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	3.473	3.473
Utilização	(3.473)	-
Transferência	38	-
Saldo em 30 de Junho	<u>38</u>	<u>3.473</u>

32 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 2.220.044.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.540.266.000) referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

33 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011			Dez 2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	1.182	79.385	80.567	247.969	4.163	252.132
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	30.526	881.115	911.641	639.773	9.837	649.610
	<u>31.708</u>	<u>960.500</u>	<u>992.208</u>	<u>887.742</u>	<u>14.000</u>	<u>901.742</u>

34 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011			Dez 2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	539.523	1.892.142	2.431.665	16.157	2.001.904	2.018.061
Depósitos a prazo ^(*)	-	9.834.949	9.834.949	-	7.583.150	7.583.150
Depósitos de poupança ^(*)	-	327.914	327.914	-	391.530	391.530
Outros recursos	15.799	-	15.799	496	-	496
Correcções de valor por operações de cobertura	(465)	-	(465)	14.326	-	14.326
	<u>554.857</u>	<u>12.055.005</u>	<u>12.609.862</u>	<u>30.979</u>	<u>9.976.584</u>	<u>10.007.563</u>

Observações: ^(*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na política contabilística 1.4.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica inclui Euros 1.501.337.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.772.500.000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

35 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i>	1.700.726	2.437.249
Obrigações de Caixa	705.682	566.304
Obrigações Hipotecárias	1.019.780	832.690
	<u>3.426.188</u>	<u>3.836.243</u>

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 46.

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica inclui o montante de Euros 1.469.452.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.510.171.000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2011, a CEMG procedeu à emissão de Euros 248.011.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 741.798.000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 599.669.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 906.509.000).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000 milhões de euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 1.650 milhões de euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2011 são apresentadas como segue:

Designação	Valor Nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating (Moody's/Fitch)
Obrig. Hipotecárias	1.000.000	1.000.000	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	BAA2/BBB
Obrig. Hipotecárias	150.000	-	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	Eur 3m + 0,75%	BAA2/BBB
Obrig. Hipotecárias	500.000	-	Outubro 2010	Novembro 2015	Trimestral	Eur 3m + 2,50%	BAA2/BBB

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 30 de Junho de 2011, a Euros 2.238.258.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.000.000.000) de acordo com a nota 20.

Durante o primeiro semestre de 2011, a CEMG não procedeu à emissão de obrigações hipotecárias, no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2011 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos ^(a) Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	2.437.249	-	(500.000)	-	(236.523)	1.700.726
Obrigações de Caixa	566.304	248.011	(99.669)	-	(8.964)	705.682
Obrigações Hipotecárias	832.690	-	-	-	187.090	1.019.780
	<u>3.836.243</u>	<u>248.011</u>	<u>(599.669)</u>	<u>-</u>	<u>(58.397)</u>	<u>3.426.188</u>

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos ^(a) Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	3.142.351	-	(578.950)	(46.050)	(80.102)	2.437.249
Obrigações de Caixa	611.517	241.799	(281.509)	-	(5.503)	566.304
Obrigações Hipotecárias	1.161.047	-	-	(177.350)	(151.007)	832.690
	<u>4.914.915</u>	<u>241.799</u>	<u>(860.459)</u>	<u>(223.400)</u>	<u>(236.612)</u>	<u>3.836.243</u>

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

As emissões ocorridas no primeiro semestre de 2011, são apresentadas conforme segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obr. Caixa-MG Capital Certo 2010/2015-8ª Série	Jan. 2011	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,5%, 3.º ano taxa fixa de 4%, 4.º ano taxa fixa de 4,25% e 5.º ano taxa fixa de 5,25%)	10.000
Obr. Caixa-MG Capital Certo 2011/2016-1ª Série	Jan. 2011	Jan. 2016	Taxa fixa anual de 3,53% (no 2.º ano taxa fixa de 3,53%, 3.º ano taxa fixa de 4,03%, 4.º ano taxa fixa de 4,28% e 5.º ano taxa fixa de 5,28%)	25.000
Obr. Caixa -MG Taxa Fixa 2011-2015	Fev. 2011	Fev. 2015	Taxa fixa anual de 4%	19.918
Obr. Caixa -MG Taxa Fixa Crescente 2011-2016	Fev. 2011	Fev. 2015	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano taxa fixa de 4,2%, 4.º ano taxa fixa de 4,3% e 5.º ano taxa fixa de 5,6%)	5.000
Obr. Caixa -Montepio 1780 Dias-2011-201	Fev. 2011	Jan. 2016	Taxa fixa anual de 3,7% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano taxa fixa de 4,25%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	1.500
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-2ª Série	Fev. 2011	Jan. 2016	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano taxa fixa de 4,2%, 4.º ano taxa fixa de 4,3% e 5.º ano taxa fixa de 5,6%)	25.000
Obr. Caixa -MG Taxa Crescente 2011-2016	Mar. 2011	Fev. 2016	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano Taxa 4,2%, 4.º ano taxa fixa de 4,35% e 5.º ano taxa fixa de 5,6%)	15.000
Obr. Caixa -Montepio Top Europa - 2011/2015	Mar. 2011	Mar. 2015	Na maturidade o investidor recebe a taxa de juro indexada á evolução da performance do Índice Euro Stoxx50 e da cotação do Ouro	5.000
Obr. Caixa -MG Taxa Fixa 2011-2013	Mar. 2011	Mar. 2013	Taxa fixa anual de 3,25%	6.593
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-3ª Série	Mar. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 3,75% (no 2.º ano taxa fixa de 4%, 3.º ano taxa fixa de 4,25%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	20.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2019-1ª Série	Mar. 2011	Abr. 2019	Taxa fixa anual de 4,4% (no 2.º ano taxa fixa de 4,4%, 3.º e 4.º ano taxa fixa de 4,65%, 5.º e 6.º ano taxa fixa de 5%, 7.º e 8.º ano taxa fixa de 6,5%)	20.000
Obr. Caixa -MG Taxa Crescente 2011-2016	Abr. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 4% (no 2.º ano taxa fixa de 4,25%, 3.º ano taxa fixa de 4,5%, 4.º ano taxa fixa de 4,75% e 5.º ano taxa fixa de 5,75%)	10.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-4ª Série	Abr. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 3,75% (no 2.º ano taxa fixa de 4%, 3.º ano taxa fixa de 4,25%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	25.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-5ª Série	Mai. 2011	Mai. 2016	Taxa fixa anual 4,1% (no 2.º ano taxa fixa de 4,3%, 3.º ano taxa fixa de 4,6%, 4.º ano taxa fixa de 4,8% e 5.º ano taxa fixa de 5,75%)	20.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2019-2ª Série	Mai. 2011	Mai. 2019	Taxa fixa anual de 4,9% (no 2.º ano taxa fixa de 4,9%, 3.º e 4.º ano taxa fixa de 5,15%, 5.º e 6.º ano taxa fixa de 5,5%, 7.º ano taxa fixa de 6% e 8.º ano taxa fixa de 7%)	5.000
Obr. Caixa -MG Taxa Crescente 2011-2016	Jun. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 4,25% (no 2.º e 3.º ano taxa fixa de 4,5%, 4.º ano taxa fixa de 4,75% e 5.º ano taxa fixa de 5%)	15.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011-2016-6ª Série	Jun. 2011	Jul. 2016	Taxa fixa anual 4,1% (no 2.º ano taxa fixa de 4,3%, 3.º ano taxa fixa de 4,6%, 4.º ano taxa fixa de 4,8% e 5.º ano taxa fixa de 5,75%)	20.000
				248.011

Em 30 de Junho de 2011, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,5% e 7,25%.

36 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	1.495	1.189
Provisões para riscos diversos	2.815	122
	<u>4.310</u>	<u>1.311</u>

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Provisões para outros riscos e encargos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.189	1.396
Dotação do período	432	112
Reversão do período	(216)	(210)
Transferências	90	-
Saldo em 30 de Junho	<u>1.495</u>	<u>1.298</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Provisões para riscos diversos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	122	94
Dotação do período	462	-
Reversão do período	(159)	123
Utilização de provisões	(203)	(95)
Transferências	2.593	-
Saldo em 30 de Junho	<u>2.815</u>	<u>122</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holdings, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de Março de 2011.

37 Activos e passivos por impostos diferidos

As subsidiárias com sede em Portugal da CEMG estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O imposto corrente e diferido relativo ao exercício de 2010 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da CEMG e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2011 podem ser analisados como segue:

	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.11 Euros '000	31.12.10 Euros '000	30.06.11 Euros '000	31.12.10 Euros '000	30.06.11 Euros '000	31.12.10 Euros '000
Prejuízos fiscais reportáveis	803	-	-	-	803	-
Activos tangíveis	338	-	609	-	(271)	-
Benefícios de empregados	360	-	27	-	333	-
Provisões não aceites fiscalmente	3.425	-	-	-	3.425	-
Provisões, activos e passivos contingentes	-	-	386	-	(386)	-
Activos intangíveis	3	-	-	-	3	-
Instrumentos financeiros	4	-	-	-	4	-
Reservas de reavaliação do imobilizado	-	-	62	-	(62)	-
	<u>4.933</u>	<u>-</u>	<u>1.084</u>	<u>-</u>	<u>3.849</u>	<u>-</u>

A CEMG não efectua o registo de imposto diferido passivo relativamente às diferenças temporárias de subsidiárias e associadas em que controle o período de reversão de tais diferenças e as mesmas sejam materializadas através da distribuição de dividendos não tributáveis.

Adicionalmente, a CEMG não reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo. Um detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais não foi reconhecido imposto diferido activo apresenta-se como segue:

Ano limite Para dedução	30.06.11 Euros '000
2009	15.070
2010	28.724
	<u>43.794</u>

38 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 493.346.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 380.986.000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2011 são apresentadas como seguem:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de Emissão</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Valor de emissão Euros '000</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Valor de balanço Euros '000</u>
<i>Obrigações de prazo determinado:</i>					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50.000	Euribor 3 meses + 0,45%	50.179
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	151.256
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28.000	Euribor 12 meses + 0,10%	28.234
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	151.258
FNB Grandes empresas 07/16_ 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	6.450	Ver referência (i)	2.646
FNB Grandes empresas 07/16_ 2ª série	Jun.2007	Jun.2016	26.262	Ver referência (i)	21.391
FNB Grandes empresas 07/16_ 3ª série	Jun.2007	Jun.2016	3.988	Ver referência (i)	2.424
FNB Índices estratégicos07/17 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	14.947	Ver referência (ii)	11.914
FNB Índices estratégicos07/17 2ª série	Jun.2007	Jun.2016	31.333	Ver referência (ii)	25.891
FNB Índices estratégicos07/17 3ª série	Jun.2007	Jun.2016	7.667	Ver referência (ii)	6.238
FNB Rendimento Garantido 05/13	Mai.2007	Mai.2016	410	Ver referência (iii)	413
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2007	Jun.2016	238	Ver referência (iv)	238
FNB 08/18 1ª Série	Dez.2008	Dez.2018	8.438	Ver referência (v)	8.455
FNB 08/18 2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	1.924	Ver referência (v)	1.923
Obr. Caixa Subordinadas Finicrédito 07/17	Nov.2007	Nov.2017	17.660	Ver referência (vi)	15.850
Aqua SME 1 Classe B units	Jun.2007	Jun.2017	15.000	Euribor 1 mês + 0,1%	15.036
					493.346

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 46.

Em 30 de Junho de 2011, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,26% e 3,157%.

Referências:

- (i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

<u>Cupão</u>	<u>Taxa / Intervalo</u>
1.º cupão	5,50%
2.º cupão	5,50%
3.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)], onde,

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

- (ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1.º ano = 5,50% * valor nominal;

2.º ano = 5,50% * valor nominal;

3.º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se:

Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

- (iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde:

n é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

m é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;

N é o n.º de dias úteis do período respectivo.

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde:

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;

N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(v) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1.º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2.º ao 10.º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

(vi) - A remuneração será paga semestralmente. Os quatro primeiros cupões serão fixos (taxa anual de 5%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * (\text{Euribor 6 meses} + 0,90\%)$, onde:

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão.

Período	Data cupão	Taxa fixa	Intervalos
1º semestre	29-Mai-08	5%	-
2º semestre	29-Nov-08	5%	-
3º semestre	29-Mai-09	5%	-
4º semestre	29-Nov-09	5%	-
5º semestre	29-Mai-10	-	[3,00%; 5,50%]
6º semestre	29-Nov-10	-	[3,00%; 5,50%]
7º semestre	29-Mai-11	-	[3,00%; 5,50%]
8º semestre	29-Nov-11	-	[3,00%; 5,50%]
9º semestre	29-Mai-12	-	[2,50%; 5,35%]
10º semestre	29-Nov-12	-	[2,50%; 5,35%]
11º semestre	29-Mai-13	-	[2,50%; 5,25%]
12º semestre	29-Nov-13	-	[2,50%; 5,25%]
13º semestre	29-Mai-14	-	[2,50%; 5,25%]
14º semestre	29-Nov-14	-	[2,50%; 5,25%]
15º semestre	29-Mai-15	-	[2,50%; 5,00%]
16º semestre	29-Nov-15	-	[2,50%; 5,00%]
17º semestre	29-Mai-16	-	[2,50%; 5,00%]
18º semestre	29-Nov-16	-	[2,50%; 5,00%]
19º semestre	29-Mai-17	-	[2,50%; 5,00%]
20º semestre	29-Nov-17	-	[2,50%; 5,00%]

39 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	9.096	7.356
Outros credores	54.162	32.300
Sector público administrativo	16.017	7.944
Passivos financeiros associados a activos transferidos	461.295	387.183
Férias e subsídio de férias a pagar	34.749	25.825
Outros custos a pagar	1.927	375
Receitas antecipadas	758	546
Contas diversas	156.761	68.873
	<u>734.765</u>	<u>530.402</u>

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 46.

40 Capital

Em 29 de Março de 2011, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 345.000.000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 1.145.000.000 (31 de Dezembro de 2010: 800.000.000), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

41 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica contempla a emissão de Euros 15.000.000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da CEMG.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis aos accionistas e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

42 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 43.

43 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Outros instrumentos de capital</i>	<u>15.000</u>	<u>-</u>
<i>Reservas de justo valor</i>		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	<u>(296.188)</u>	<u>(85.706)</u>
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva geral	179.301	170.956
Reserva especial	66.519	64.444
Outras reservas	8.448	10.083
Resultados transitados	(13.546)	(15.706)
Interesses minoritários	<u>9.881</u>	<u>-</u>
	<u>250.603</u>	<u>229.777</u>

As reservas de justo valor reflectem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade, reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a política contabilística 1.6.

A movimentação durante o primeiro semestre de 2011 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(28.302)	(147.753)	(47.501)	(333)	-	(223.889)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(4.103)	7.614	(1.047)	475	(5.056)	(2.117)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12.855)	(7.359)	(254)	327	(350)	(20.491)
Estrangeiros	(40.529)	(20.454)	(845)	1.528	10.561	(49.739)
	<u>(87.789)</u>	<u>(167.952)</u>	<u>(49.647)</u>	<u>1.997</u>	<u>5.155</u>	<u>(296.236)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	159	1.334	29	7	(1.265)	264
Estrangeiras	(46)	94	(62)	2	(94)	(106)
Unidades de participação	(30)	86	(152)	(71)	57	(110)
	<u>83</u>	<u>1.514</u>	<u>(185)</u>	<u>(62)</u>	<u>(1.302)</u>	<u>48</u>
	<u><u>(85.706)</u></u>	<u><u>(166.438)</u></u>	<u><u>(49.832)</u></u>	<u><u>1.935</u></u>	<u><u>3.853</u></u>	<u><u>(296.188)</u></u>

A movimentação durante o ano de 2010 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos nacionais	-	(28.302)	-	-	(28.302)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	106	(4.199)	(10)	-	(4.103)
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1.471	(13.121)	(760)	(445)	(12.855)
Estrangeiros	(31.441)	(11.953)	1.355	1.510	(40.529)
	<u>(29.864)</u>	<u>(57.575)</u>	<u>585</u>	<u>1.065</u>	<u>(85.789)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	89	71	(42)	41	159
Estrangeiras	523	(239)	(129)	(201)	(46)
Unidades de participação	652	(2.564)	(898)	2.780	(30)
	<u>1.264</u>	<u>(2.732)</u>	<u>(1.069)</u>	<u>2.620</u>	<u>83</u>
	<u><u>(28.600)</u></u>	<u><u>(60.307)</u></u>	<u><u>(484)</u></u>	<u><u>3.685</u></u>	<u><u>(85.706)</u></u>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	3.316.673	2.535.446
Imparidade acumulada reconhecida	(17.899)	(19.172)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	3.298.774	2.516.274
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	3.002.586	2.430.568
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(296.188)	(85.706)

44 Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Garantias e avales prestados	519.433	424.361
Garantias e avales recebidos	32.782.031	29.158.640
Compromissos perante terceiros	1.600.453	1.299.227
Compromissos assumidos por terceiros	38.582	38.510
Activos cedidos em operações de titularização	277.102	292.135
Valores recebidos em depósito	6.169.633	5.152.178

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	504.690	420.181
Créditos documentários abertos	9.875	4.180
Fianças e indemnizações (contragarantias)	4.868	-
	<u>519.433</u>	<u>424.361</u>

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	341.388	252.535
Subscrição de títulos	172.050	185.150
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25.314	20.013
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2.174	1.699
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	1.059.527	839.470
	1.600.453	1.298.867

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente, todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

45 Distribuição de resultados

Em 28 de Março de 2011, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 23.085.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 20.300.000).

46 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

- 1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.
- 2 Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.
- 3 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes, Black, Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 6,57% em 30 de Junho de 2011 (31 de Dezembro de 2010: 5,73%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 4,52% em 30 de Junho de 2011 (31 de Dezembro de 2010: 3,90%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2011, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos, Libras Esterlinas, Iene Japonês e Franco Suíço utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	Dólar Norte - Americano	Libra Esterlina	Iene Japonês	Franco Suíço
1 dia	0,950%	0,180%	0,580%	0,095%	0,140%
7 dias	0,775%	0,130%	0,695%	0,070%	0,155%
1 mês	1,050%	0,130%	0,820%	0,100%	0,185%
2 meses	1,230%	0,320%	0,870%	0,130%	0,220%
3 meses	1,320%	0,410%	0,900%	0,190%	0,260%
6 meses	1,780%	0,350%	1,155%	0,430%	0,420%
9 meses	2,020%	0,710%	1,360%	0,540%	0,580%
1 ano	2,040%	0,870%	1,590%	0,620%	0,740%
2 anos	2,141%	0,658%	1,531%	0,370%	0,660%
3 anos	2,360%	1,078%	1,900%	0,409%	0,955%
5 anos	2,765%	1,917%	2,548%	0,567%	1,460%
7 anos	3,053%	2,556%	3,011%	0,812%	1,825%
10 anos	3,345%	3,142%	3,453%	1,201%	2,155%
15 anos	3,665%	3,630%	3,453%	1,201%	2,155%
20 anos	3,748%	3,820%	3,453%	1,201%	2,155%
30 anos	3,622%	3,962%	3,453%	1,201%	2,155%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2010, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte - Americanos, Libras Esterlinas, Coroas Checas e Dólares de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	Dólar Norte - Americano	Libra Esterlina
1 dia	0,400%	0,300%	0,550%
7 dias	0,350%	0,300%	0,550%
1 mês	0,810%	0,300%	0,680%
2 meses	0,910%	0,310%	0,720%
3 meses	1,010%	0,430%	0,820%
6 meses	1,230%	0,530%	1,260%
9 meses	1,370%	0,720%	1,415%
1 ano	1,510%	0,880%	1,520%
2 anos	1,561%	0,797%	1,505%
3 anos	1,945%	1,282%	1,945%
5 anos	2,481%	2,179%	2,630%
7 anos	2,893%	2,838%	3,103%
10 anos	3,305%	3,386%	3,535%
15 anos	3,638%	3,844%	3,535%
20 anos	3,697%	4,020%	3,535%
30 anos	3,496%	4,130%	3,535%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Jun 2011	Dez 2010	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,4453	1,3362	12,10	12,40	12,95	13,15	13,30
EUR/GBP	0,9025	0,8608	9,41	9,60	10,30	10,80	10,95
EUR/CHF	1,2071	1,2504	10,90	11,60	11,90	12,00	12,10
EUR/JPY	116,25	108,85	12,40	13,60	14,60	15,25	15,72

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

Negociação	Jun 2011							
	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	400.791	-	-	-	400.791	400.791
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	112.947	-	-	-	112.947	112.947
Aplicações em instituições de crédito	-	-	324.030	-	-	-	324.030	324.030
Crédito a clientes	-	-	16.792.521	-	-	-	16.792.521	15.887.436
Activos financeiros detidos para negociação	145.563	-	-	-	-	-	145.563	145.563
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.685	-	-	-	-	3.685	3.685
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	3.002.586	-	-	3.002.586	3.002.586
Derivados de cobertura	1.955	-	-	-	-	-	1.955	1.955
Investimentos detidos até à maturidade	-	48.314	-	-	-	-	48.314	44.598
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	58.453	58.453	58.453
	<u>147.518</u>	<u>3.685</u>	<u>17.630.289</u>	<u>3.002.586</u>	<u>-</u>	<u>58.453</u>	<u>20.890.845</u>	<u>19.982.044</u>
<i>Passivos financeiros:</i>								
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	2.220.044	-	2.220.044	2.220.044
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	992.208	-	992.208	992.208
Recursos de clientes	-	-	-	-	12.609.862	-	12.609.862	12.616.425
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	3.426.188	-	3.426.188	3.426.188
Passivos financeiros detidos para negociação	77.044	-	-	-	-	-	77.044	77.044
Derivados de cobertura	1.120	-	-	-	-	-	1.120	1.120
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	493.346	-	493.346	493.346
	<u>78.164</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.741.648</u>	<u>-</u>	<u>19.822.812</u>	<u>17.826.375</u>

Caixa Económica Montepio Geral
Notas às Demonstrações Financeiras
Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2011

Dez 2010

Negociação	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	240.024	-	-	-	240.024	240.024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	74.353	-	-	-	74.353	74.353
Aplicações em instituições de crédito	-	-	338.662	-	-	-	338.662	338.662
Crédito a clientes	-	-	14.554.133	-	-	-	14.554.133	13.528.145
Activos financeiros detidos para negociação	130.865	-	-	-	-	-	130.865	130.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.952	-	-	-	-	3.952	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	2.430.568	-	-	2.430.568	2.430.568
Derivados de cobertura	2.810	-	-	-	-	-	2.810	2.810
Investimentos detidos até à maturidade	-	58.144	-	-	-	-	58.144	57.590
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	37.060	37.060	37.060
	<u>133.675</u>	<u>3.952</u>	<u>58.144</u>	<u>15.207.172</u>	<u>2.430.568</u>	<u>-</u>	<u>17.870.571</u>	<u>16.844.029</u>
<i>Passivos financeiros:</i>								
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	1.540.266	-	1.540.266	1540.266
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	901.742	-	901.742	901.823
Recursos de clientes	-	-	-	-	10.007.563	-	10.007.563	9.970.687
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	3.836.243	-	3.836.243	4.735.077
Passivos financeiros detidos para negociação	53.891	-	-	-	-	-	53.891	53.891
Derivados de cobertura	1.408	-	-	-	-	-	1.408	1.408
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	380.986	-	380.986	369.748
	<u>55.299</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.666.800</u>	<u>-</u>	<u>16.722.099</u>	<u>17.572.900</u>

47 Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (“ACT”). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o “Fundo de Pensões” o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

No âmbito do novo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social (“RGSS”), que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários a serem integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

Não obstante, a integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades nesta data, devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

Desta forma, a CEMG não registou ao nível das demonstrações financeiras qualquer impacto no cálculo actuarial em 31 de Dezembro de 2010 decorrente da integração dos seus trabalhadores no Regime da Segurança Social.

No primeiro semestre de 2011, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 11.452.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 23.820.000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	Jun 2011				Dez 2010			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por Morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Custo dos serviços correntes	5.606	394	484	6.484	15.241	440	714	16.395
Custo dos juros	17.226	276	968	18.470	29.314	414	1.612	31.340
Rendimento esperado dos activos	(16.175)	(259)	(909)	(17.343)	(26.087)	(341)	(1.341)	(27.769)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1.219	-	-	1.219	1.680	-	-	1.680
Reformas antecipadas	2.622	-	-	2.622	2.174	-	-	2.174
Custo do exercício	10.498	411	543	11.452	22.322	513	985	23.820

48 Transacções com partes relacionadas

À data de 30 de Junho de 2011, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Crédito a clientes Euros '000	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	7.300	2.063	13.550	22.913
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.		35.352	3.250	38.602
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	147	-	147
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	1	-	1
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	-	61.239	-	61.239
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	92.747	-	92.747
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	-	3.153	-	3.153
Norfin – SGFI Imobiliários, S.A.	-	5.081	-	5.081
Germont – Emp. Imobiliários, S.A.	35.000	-	-	35.000
	42.300	199.783	16.800	258.883

À data de 31 de Dezembro de 2010, os débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	3.902	13.350	17.252
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	18.979	3.250	22.229
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	455	-	455
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3.006	-	3.006
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	58.654	-	58.654
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	80.707	-	80.707
	165.703	16.600	182.303

À data de 30 de Junho de 2011, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	125	1.728	1.853
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	4	1.858	1.862
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	13.618	13.618
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	-	865	865
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	1.421	1.421
	129	19.490	19.619

À data de 31 de Dezembro de 2010, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	47	6.890	6.937
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	4	3.213	3.217
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	28.158	28.158
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	-	3.017	3.017
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	1	12	13
	52	41.290	41.342

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 10.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2011 e o exercício de 2010, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

49 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2011, existem oito operações de titularização, das quais seis foram originadas na CEMG, e duas no Finibanco, S.A., agora integradas na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A e da transmissão da quase totalidade dos activos e passivos (trespasse) para a CEMG.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 14 de Junho de 2007, o Finibanco vendeu uma carteira de contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas à Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de EUR 250.000.000 (Aqua SME n.º 1). O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Finibanco vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de Euros 233.000.000 (*Aqua Mortgage n.º 1*). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em Junho de 2009, a Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. efectuou uma operação de titularização denominada por *Aqua Finance n.º 3*, no valor de Euros 207.000.000, de créditos ao consumo, aluguer de longa duração e leasing. O prazo total da operação é de 14 anos, com um *revolving period* de 3 anos.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican SME*. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.167.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1 PLC, Pelican Mortgages No. 2 PLC e Aqua SME n.º 1*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3, Pelican Mortgages No. 4, Pelican Mortgages No. 5 e Aqua Mortgages n.º 1 e Aqua Finance n.º 3*).

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2011, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros '000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650.000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700.000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750.000
Aqua SME No. 1	Junho de 2007	Euros	Pequenas empresas	250.000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1.000.000
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euros	Crédito à habitação	233.000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1.000.000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1.167.000
			Crédito ao consumo, ALD e Leasing	207.000
Aqua Finance No. 3	Junho de 2009	Euros		207.000
				<u>5.957.000</u>

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Pelican Mortgages No. 1	97.286	103.883
Pelican Mortgages No. 2	179.816	188.252
	<u>277.102</u>	<u>292.135</u>

Caixa Económica Montepio Geral
Notas às Demonstrações Financeiras
Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2011

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (Valor Nominal) Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (Inicial)				Rating das obrigações (Actual)				
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS	
Aqua SME n.º 1	Classe A	235.000.000	87.768.404	-	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Classe B	15.000.000	15.000.000	-	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Classe C	8.750.000	8.750.000	8.750.000	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aqua Mortgage n.º 1	Classe A	203.176.000	191.714.192	191.714.192	2063	-	-	AAA	-	-	-	-	AA	AA
	Classe B	29.824.000	29.824.000	29.824.000	2063	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	3.500.000	3.500.000	3.500.000	2063	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aqua Finance n.º 3	Classe A	110.020.000	110.020.000	110.020.000	2023	-	-	AAA	-	-	-	-	AA	AA
	Classe B	96.980.000	96.980.000	96.980.000	2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	6.210.000	6.210.000	6.210.000	2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-

50 Reporte por segmentos

No primeiro semestre de 2011, a CEMG adoptou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A actividade consolidada da CEMG é desenvolvida essencialmente no sector financeiro e direccionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à actividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do sector segurador. Adicionalmente, a CEMG realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito a CEMG conta com uma rede de 503 balcões em Portugal complementada com 236 promotores do projecto de *Assurfinance* Montepio-Lusitania, com uma sucursal em Cabo Verde, 6 escritórios de representação e 7 balcões em Angola, através da aquisição de um Banco em Angola.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio a CEMG considera os seguintes Segmentos Operacionais:

- (1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- (2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Sector Público Administrativo e
- (3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas da CEMG que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem como as unidades autónomas da CEMG cuja actividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos a CEMG, embora concentrando a sua actividade em Portugal, possui alguma actividade internacional desenvolvida pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI) e pelo Finibanco Angola, S.A., pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a actividade e resultados que são objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde e Angola (Área Internacional).

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas da CEMG:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a actividade desenvolvida pela CEMG, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais electrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a actividade da CEMG com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do sector financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a actividade desenvolvida de suporte às actividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a actividade de gestão financeira global da CEMG, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais à CEMG, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões da CEMG, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na política contabilística 1, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

A CEMG utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (banco MG Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas da CEMG dedicadas ao segmento

A actividade da CEMG abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

- (i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior a CEMG, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados;
- (ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de actividade directo e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;
- (iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos activos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;
- (iv) Da imputação dos custos directos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;
- (v) Da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos);
- (vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do BdP e com o modelo da imparidade;

As operações entre as unidades juridicamente autónomas da CEMG são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade consolidada da CEMG exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da actividade dos segmentos representar o negócio directo desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. Na CEMG, estes activos encontram-se afectos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Activos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do Fundo de Pensões da CEMG correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão, a CEMG considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por área geográfica, a unidade operacional que integra a Área Internacional é o Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospectiva

A CEMG, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação, de forma a torná-la consistente e comparável com as exigências da IFRS 8.

O reporte por segmentos operacionais em 30 de Junho de 2011, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	394.392	91.276	38.484	524.152
Juros e encargos similares	292.178	34.923	38.709	365.810
Margem financeira	102.214	56.353	(225)	158.342
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	561	561
Rendimentos de serviços e comissões	42.078	6.602	4.139	52.819
Encargos com serviços e comissões	(7.539)	(1.446)	(109)	(9.094)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			26.104	26.104
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			2.517	2.517
Resultados de reavaliação cambial			2.742	2.742
Resultados de alienação de outros activos			(12.431)	(12.431)
Outros resultados de exploração	5.348	2.796	3.849	11.993
Total de proveitos operacionais	142.101	64.305	27.147	233.533
Custos com o pessoal	58.183	25.122	9.181	92.486
Gastos gerais administrativos	29.371	14.838	4.634	48.843
Depreciações e amortizações	2.852	474	9.116	12.442
Total de custos operacionais	90.406	40.434	22.931	153.771
Total de provisões e imparidade	47.184	23.184	3.463	73.831
Resultado operacional	4.511	687	753	5.951
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(950)	(950)
Resultado antes de impostos	4.511	687	(197)	5.001
Impostos				
Correntes	-	-	(3.219)	(3.219)
Diferidos	-	-	4.256	4.256
Interesses minoritários	-	-	(970)	(970)
Resultado consolidado do período	4.511	687	(130)	5.068
Activo líquido	10.004.550	5.153.721	6.521.291	21.679.562
Passivo	8.953.114	2.209.542	9.397.423	20.560.079
Investimentos em associadas	-	-	58.453	58.453

O reporte por segmentos operacionais em 31 de Dezembro de 2010, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	627.432	104.296	29.460	761.188
Juros e encargos similares	418.716	43.848	27.676	490.240
Margem financeira	208.716	60.448	1.784	270.948
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	538	538
Rendimentos de serviços e comissões	66.746	14.354	8.075	89.175
Encargos com serviços e comissões	(10.297)	(2.426)	(2.482)	(15.205)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	45.857	45.857
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	12.692	12.692
Resultados de reavaliação cambial	-	-	2.344	2.344
Resultados de alienação de outros activos	2.943	275	(6.581)	(3.363)
Outros resultados de exploração	7.998	2.311	6.641	16.950
Total de proveitos operacionais	276.106	74.962	68.868	419.936
Custos com o pessoal	95.748	22.201	25.508	143.457
Gastos gerais administrativos	55.671	13.259	14.565	83.495
Depreciações e amortizações	13.961	3.319	3.570	20.850
Total de custos operacionais	165.380	38.779	43.643	247.802
Total de Provisões e Imparidade	85.337	27.553	9.791	122.681
Resultado operacional	25.389	8.630	15.434	49.453
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	1.954	1.954
Resultado consolidado do exercício	25.389	8.630	17.388	51.407
Activo líquido	9.013.324	3.062.231	6.173.735	18.249.290
Passivo	8.521.658	2.895.190	5.836.965	17.253.812
Investimentos em associadas	-	-	37.060	37.060

A CEMG desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e em Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a CEMG actua com especial enfoque nos mercados Português, Cabo Verdiano e Angolano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral. O segmento Cabo Verde inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI) e o segmento Angola inclui as operações desenvolvidas pelo Finibanco Angola, S.A.

Em 30 de Junho de 2011, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Doméstica	Internacional	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros e rendimentos similares	518.313	12.718	(6.879)	524.152
Juros e encargos similares	364.584	8.105	(6.879)	365.810
Margem financeira	153.729	4.613	-	158.342
Rendimentos de instrumentos de capital	1.000	-	(439)	561
Rendimentos de serviços e comissões	50.121	2.681	17	52.819
Encargos com serviços e comissões	(8.918)	(176)	-	(9.094)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	26.104	-	-	26.104
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.517	-	-	2.517
Resultados de reavaliação cambial	(1.917)	4.659	-	2.742
Resultados de alienação de outros activos	(12.431)	-	-	(12.431)
Outros resultados de exploração	12.369	451	(75)	11.993
Total de proveitos operacionais	221.822	12.228	(497)	233.553
Custos com o pessoal	91.258	1.228	-	92.486
Gastos gerais administrativos	47.137	1.781	(75)	48.843
Depreciações e amortizações	12.178	264	-	12.442
Total de custos operacionais	150.573	3.273	(75)	153.771
Imparidade do crédito	57.581	1.047	-	58.628
Imparidade de outros activos	14.684	-	-	14.684
Outras provisões	285	234	-	519
Resultado operacional	(1.301)	7.674	(422)	5.951
Resultados por equivalência patrimonial	(950)	-	-	(950)
Resultado antes de impostos				
Impostos				
Correntes	(652)	(2.567)	-	(3.219)
Diferidos	4.256	-	-	4.256
Interesses minoritários	(970)	-	-	(970)
Resultado consolidado do período	383	5.107	(422)	5.068

Indicadores de balanço	Doméstica	Internacional	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	350.924	49.867	-	400.791
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92.844	20.996	(893)	112.947
Aplicações em instituições de crédito	275.310	424.048	(375.328)	324.030
Crédito a clientes	16.306.012	486.509	-	16.792.521
Activos financeiros detidos para negociação	131.624	13.939	-	145.563
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.685	-	-	3.685
Activos financeiros disponíveis para venda	2.980.812	21.774	-	3.002.586
Derivados de cobertura	1.955	-	-	1.955
Activos por impostos correntes	9	2.529	-	2.538
Activos por impostos diferidos	383	4.550	-	4.933
Investimentos detidos até à maturidade	48.263	51	-	48.314
Investimentos em associadas e outras	40.153	25.301	(7.001)	58.453
Activos não correntes detidos para venda	200.634	34.434	-	235.068
Propriedades de investimento	-	19.309	-	19.309
Outros activos tangíveis	130.588	19.876	-	150.464
Goodwill e activos intangíveis	78.760	1.382	-	80.142
Outros activos	257.709	39.377	(823)	296.263
Total do Activo	20.899.665	1.163.942	(384.045)	21.679.562
Recursos de bancos centrais	2.220.044	-	-	2.220.044
Recursos de outras instituições de crédito	977.295	391.134	(376.221)	992.208
Recursos de clientes	12.120.148	489.714	-	12.609.862
Responsabilidades representadas por títulos	3.381.135	45.053	-	3.426.188
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(15.853)	15.853	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	73.727	3.317	-	77.044
Derivados de cobertura	1.120	-	-	1.120
Provisões	2.817	1.493	-	4.310
Outros passivos subordinados	493.346	-	-	493.346
Passivos por impostos diferidos	717	367	-	1.084
Outros passivos	713.318	22.378	(823)	734.873
Total do Passivo	19.967.814	969.309	(377.044)	20.560.079
Capital	970.000	182.001	(7.001)	1.145.000
Prémios de emissão	(30.000)	30.000	-	-
Outros instrumentos de capital	15.000	-	-	15.000
Reservas de justo valor	(292.073)	(4.115)	-	(296.188)
Outras reservas e resultados transitados	300.490	(60.190)	422	240.722
Resultado líquido do período	(31.566)	37.056	(422)	5.068
Interesses minoritários	-	9.881	-	9.881
Total da Situação Líquida	931.851	194.633	(7.001)	1.119.483
Total do Passivo e Situação Líquida	20.899.665	1.163.942	(384.045)	21.679.562

Em 31 de Dezembro de 2010, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Doméstica	Internacional	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros e rendimentos similares	761.185	8.459	(8.456)	761.188
Juros e encargos similares	490.764	7.932	(8.456)	490.240
Margem financeira	270.421	527	-	270.948
Rendimentos de instrumentos de capital	1.244	-	(706)	538
Rendimentos de serviços e comissões	89.175	-	-	89.175
Encargos com serviços e comissões	(15.205)	-	-	(15.205)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	45.857	-	-	45.857
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	12.692	-	-	12.692
Resultados de reavaliação cambial	2.320	24	-	2.344
Resultados de alienação de outros activos	(3.363)	-	-	(3.363)
Outros resultados de exploração	16.975	(25)	-	16.950
Total de proveitos operacionais	420.116	526	(706)	419.936
Custos com o pessoal	143.457	-	-	143.457
Gastos gerais administrativos	83.442	53	-	83.495
Depreciações e amortizações	20.846	4	-	20.850
Total de custos operacionais	247.745	57	-	247.802
Imparidade do crédito	110.599	-	-	110.599
Imparidade de outros activos	12.166	-	-	12.166
Outras provisões	(84)	-	-	(84)
Resultado operacional	49.690	469	(706)	49.453
Resultados por equivalência patrimonial	1.954	-	-	1.954
Resultado consolidado do exercício	51.644	469	(706)	51.407

Indicadores de balanço	Doméstica	Internacional	Ajustamentos	Consolidado
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240.024	-	-	240.024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74.344	249	(240)	74.353
Aplicações em instituições de crédito	338.662	362.564	(362.564)	338.662
Crédito a clientes	14.554.133	-	-	14.554.133
Activos financeiros detidos para negociação	130.865	-	-	130.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.952	-	-	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	2.430.568	-	-	2.430.568
Derivados de cobertura	2.810	-	-	2.810
Investimentos detidos até à maturidade	58.093	51	-	58.144
Investimentos em associadas e outras	44.061	-	(7.001)	37.060
Activos não correntes detidos para venda	162.374	-	-	162.374
Outros activos tangíveis	89.188	99	-	89.287
Activos intangíveis	18.254	-	-	18.254
Outros activos	108.804	-	-	108.804
Total do Activo	18.256.132	362.963	(369.805)	18.249.290
Recursos de bancos centrais	1.540.266	-	-	1.540.266
Recursos de outras instituições de crédito	899.742	2.000	-	901.742
Recursos de clientes	10.017.143	353.224	(362.804)	10.007.563
Responsabilidades representadas por títulos	3.836.243	-	-	3.836.243
Passivos financeiros detidos para negociação	53.891	-	-	53.891
Derivados de cobertura	1.408	-	-	1.408
Provisões	1.311	-	-	1.311
Outros passivos subordinados	380.986	-	-	380.986
Outros passivos	530.402	-	-	530.402
Total do Passivo	17.261.392	355.224	(362.804)	17.253.812
Capital	800.000	7.001	(7.001)	800.000
Reservas de justo valor	(85.706)	-	-	(85.706)
Outras reservas e resultados transitados	228.802	269	706	229.777
Resultado líquido do período	51.644	469	(706)	51.407
Total da Situação Líquida	994.740	7.739	(7.001)	995.478
Total do Passivo e Situação Líquida	18.256.132	362.963	(369.805)	18.249.290

51 Gestão de riscos

O Grupo Montepio (“CEMG”) está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos são efectuadas de um modo integrado, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos (DAGR), que integra quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respectiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas: integra os analistas de crédito, responsáveis pela apreciação de operações e atribuição de classificações internas de risco de crédito no segmento de empresas;

A DAGR assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios;
- Envolvimento na implementação de novos sistemas de *workflow* de crédito a empresas e de apuramento de grupos económicos;
- Participação no exercício de quantificação dos rácios de Basileia III realizado pelo Banco de Portugal e que abrangeu vários bancos;
- Continuação da actividade de reporte e controlo dos riscos.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (*ICAAP*), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco

Igualmente no âmbito de Basileia II, a CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard (TSA)* para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

A CEMG tem vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto. Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora publicados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para directivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos (“DAGR”), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspeção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspeção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes ENIs e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	112.947	74.353
Aplicações em instituições de crédito	324.030	338.662
Crédito a clientes	16.792.057	14.554.133
Activos financeiros detidos para negociação	145.563	130.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.685	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	3.002.586	2.416.653
Derivados de cobertura	1.955	2.810
Investimentos detidos até à maturidade	48.314	58.144
Investimentos em associadas e outras	58.453	37.060
Outros activos	285.736	107.064
Garantias e avales prestados	519.433	424.361
Compromissos irrevogáveis	341.388	252.535
<i>Credit default swaps</i> (nocionais)	153.278	96.000
	<u>21.789.425</u>	<u>18.496.592</u>

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o primeiro semestre de 2011, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emittentes *investment grade*, com o valor nominal das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do período 27,5 milhões de euros e 52,3 milhões de euros, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2010 representavam 92,6% do total da carteira, na qual se destaca a dívida soberana (60%).

A CEMG continua a calcular de forma regular o VaR da sua carteira de investimento de títulos sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica. Atendendo a que esta carteira é maioritariamente constituída por títulos de dívida de curto prazo e com taxa de juro variável.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final no primeiro semestre de 2011 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros (31 de Dezembro de 2010: Euros 461.488.000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

	Jun 2011				Dez 2010			
	Junho Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000
Gap de taxa de juro	28.532	28.532	28.532	28.532	461.488	388.650	461.488	315.813

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
30 de Junho de 2011					
Activo	11.991.388	4.508.889	809.821	1.605.866	723.813
Fora de balanço	9.847.300	144.503	357.552	4.593.505	-
Total	21.838.688	4.653.392	1.167.373	6.199.370	723.813
Passivo	8.714.828	2.087.215	2.328.431	6.278.317	202.200
Fora de balanço	11.838.475	656.192	14.500	2.433.945	-
Total	20.553.303	2.743.407	2.342.931	8.712.263	202.200
31 de Dezembro de 2010					
Activo	10.459.200	3.879.121	413.379	1.344.393	646.080
Fora de balanço	5.789.405	172.577	122.450	3.009.066	-
Total	16.248.605	4.051.698	535.829	4.353.459	646.080
Passivo	7.697.012	1.484.207	1.333.139	5.608.135	158.200
Fora de balanço	8.284.868	734.669	2.200	71.754	-
Total	15.981.880	2.218.876	1.335.339	5.679.889	158.200

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Junho de 2011, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 19.176.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 12.070.000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para o exercício findo em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

Produtos	Jun 2011			Dez 2010		
	Saldo médio do exercício	Taxa de juro	Proveitos / Custos	Saldo médio do exercício	Taxa de juro	Proveitos / Custos
	Euros '000	média (%)	Euros '000	Euros '000	média (%)	Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	16.674.531	3,74	308.974	15.018.012	3,01	451.424
Disponibilidades	172.807	1,15	989	159.355	0,93	1.488
Carteira de Títulos	2.756.616	5,96	81.410	2.152.396	4,26	91.798
Aplicações interbancárias	297.916	3,39	5.015	188.586	6,11	11.520
Swaps	-	-	126.084	-	-	196.074
Total Aplicações	<u>19.901.870</u>		<u>522.472</u>	<u>17.518.349</u>	4,29	<u>752.304</u>
Recursos						
Depósitos de clientes	11.575.319	2,33	133.834	9.342.301	1,62	151.654
Recursos interbancários	2.522.445	1,45	18.143	6.202.026	2,65	164.662
Recursos titulados	4.978.386	3,93	96.999	1.299.076	1,03	13.440
Outros recursos	345	0,68	1	480	0,79	4
Outros juros	-	-	1.915	-	-	-
Swaps	-	-	113.239	-	-	151.596
Total Recursos	<u>19.076.495</u>		<u>364.131</u>	<u>16.843.883</u>	2,86	<u>481.356</u>

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução nº13/2009):

Risco Operacional

A CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* (TSA) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (“FPB”): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares (“FPC”): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC’s/NCA’s, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do primeiro semestre de 2011, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base consolidada, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 62.431.000, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 19.061.000 levados a resultados transitados e outros desvios de Euros 57.310.704, compensados por uma variação positiva de mais Euros 13.941.000 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001).

O valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014. No final do período, as diferenças apuradas no Fundo de Pensões terão sido totalmente absorvidas pelas reservas estatutárias.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade - representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios - igual ou superior ao mínimo regulamentar de 8%. Adicionalmente, o Banco de Portugal efectuou uma recomendação no sentido de, até 30 de Setembro de 2009, os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada, bem como as respectivas empresas-mãe, reforçarem os seus rácios de adequação dos fundos próprios de base (rácio *Tier 1*) para valores não inferiores a 8%.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresenta-se como segue:

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Fundos Próprios de Base</i>		
Capital realizado	1.145.000	800.000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	232.274	219.694
Outros ajustamentos regulamentares	(201.232)	(95.828)
Compensação do impacto na transição para as IFRS	13.941	15.792
	<u>1.189.984</u>	<u>939.658</u>
<i>Fundos Próprios Complementares</i>		
<i>Upper Tier 2</i>	59.607	27.506
<i>Lower Tier 2</i>	478.452	378.000
Deduções	(14.812)	(16.554)
	<u>523.247</u>	<u>388.952</u>
Deduções aos fundos próprios totais	(14.807)	(4.562)
<i>Fundos próprios totais</i>	<u><u>1.698.424</u></u>	<u><u>1.324.048</u></u>
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>		
Risco de crédito	973.680	767.097
Riscos de mercado	3.960	1.721
Risco operacional	75.981	55.495
	<u><u>1.053.621</u></u>	<u><u>824.313</u></u>
<i>Rácios Prudenciais</i>		
Rácio <i>Core Tier 1</i>	9,0%	9,3%
Rácio <i>Tier 1</i>	9,0%	9,1%
Rácio de Solvabilidade	12,9%	12,9%

52 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2011, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1.379.634	1.379.634	(223.889)	-	4,31%	2,37	1
Investimentos detidos até à maturidade	37.135	32.940	-	-	4,72%	0,88	n.a.
	<u>1.416.769</u>	<u>1.412.574</u>	<u>(223.889)</u>	<u>-</u>			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	33.223	33.223	-	(5.056)	4,01%	1,06	1
Irlanda							
Activos financeiros disponíveis para venda	8.536	8.536	(885)	-	4,60%	4,8	1
	<u>1.458.528</u>	<u>1.454.333</u>	<u>(224.774)</u>	<u>(5.056)</u>			

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	1.047.164	1.047.164	(28.302)	4,10	2,95	1
Investimentos detidos até à maturidade	44.112	42.900	-	4,56	1,79	n.a.
	<u>1.091.276</u>	<u>1.090.064</u>	<u>(28.302)</u>			
Grécia						
Activos financeiros disponíveis para venda	44.470	44.470	(2.523)	3,96	0,79	1
	<u>1.135.746</u>	<u>1.134.534</u>	<u>(30.825)</u>			

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 quaisquer reclassificações entre carteiras.

Relativamente à exposição à dívida soberana da Grécia, e na sequência das diversas conversações que foram mantidas ao nível da UE, face à actual situação económica internacional, à posição da Grécia no contexto Europeu e ainda à actual crise da dívida soberana na União Europeia, o Conselho Europeu aprovou no passado dia 21 de Julho, um conjunto de condições de reestruturação aplicáveis à dívida soberana da Grécia.

De acordo com a informação pública disponível, as condições de reestruturação estabelecem uma troca voluntária dos títulos da actual dívida pública da Grécia por um conjunto de novas obrigações a emitir com maturidades entre 15 e 30 anos, parcialmente colateralizadas, e com um ajustamento da taxa de juro aplicável.

Face a estas condições de reestruturação e à opção de adesão voluntária ao esquema de conversão definido, o Conselho de Administração Executivo avaliou os seus efeitos, ao nível das demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2011, tendo em consideração os diferentes cenários de adesão ao programa de reestruturação e os termos e condições aprovados.

Depois da referida avaliação, e considerando as opções existentes, o Conselho de Administração da CEMG decidiu não avançar para a opção de conversão tendo em consideração os diversos aspectos, nomeadamente:

- (i) a adesão ao programa da reestruturação ser voluntário sendo a expectativa do Conselho Europeu que haja uma adesão até 90% dos detentores da dívida soberana da Grécia;
- (ii) não ser expectável que após o novo pacote de ajuda à Grécia possa haver um *default* em relação aos bancos não participantes porque isso seria equivalente a um incumprimento que poderia ter consequências severas para a dívida da Grécia no seu todo;
- (iii) o facto de Portugal ser um país em *bailout*; e
- (iv) ausência de uma decisão regulamentar para uma adesão pelos Bancos portugueses ao programa de reestruturação aprovado pelo Conselho Europeu.

Desta forma a dívida soberana da Grécia está valorizada, com referência a 30 de Junho de 2011 de acordo com os critérios valorimétricos definidos nas políticas contabilísticas nota 1. d) de acordo com o parágrafo AG 84 do IAS 39, tendo a esta data sido reconhecida imparidade.

No que diz respeito à exposição aos restantes países em situação de *bailout* o Conselho de Administração da CEMG considera igualmente que a esta data não existe qualquer evidência objectiva de imparidade.

53 Aquisição de subsidiárias

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista única da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG pelo montante de Euros 341.250.000, pelo que a partir desta data, a CEMG passou a deter uma participação de 100% na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.

A aquisição da Finibanco Holding pela CEMG permitiu completar o nível de serviços prestados na área financeira através da aquisição de uma participação no Finibanco, S.A. (banco universal), Finicrédito, S.A. (instituição financeira de crédito especializado), Finibanco Angola (banco universal em Angola) e Finivalor (Sociedade Gestora de Fundos de Investimento).

A referida aquisição permite igualmente a complementaridade das redes comerciais e a entrada em mercados nos quais a CEMG não estava presente.

O valor de aquisição pela CEMG ao Montepio Geral – Associação Mutualista foi realizado na sua totalidade em dinheiro.

Os principais activos e passivos assumidos no âmbito da aquisição são analisados conforme segue:

	<u>Euros '000</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	129.508
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.380
Activos financeiros detidos para negociação	30.650
Outros activos financeiros ao justo	
valor através de resultados	9.848
Activos financeiros disponíveis para venda	425.136
Aplicações em instituições de crédito	108.035
Crédito a clientes	2.538.303
Activos não correntes detidos para venda	45.811
Propriedades de investimento	20.186
Outros activos tangíveis	62.150
Activos intangíveis	6.130
Investimentos em associadas e outras	24.876
Activos por impostos correntes	2.572
Activos por impostos diferidos	21.498
Outros activos	97.525
Recursos de bancos centrais	(410.016)
Passivos financeiros detidos para negociação	(20.337)
Outros passivos financeiros ao justo	
valor através de resultados	(117.345)
Recursos de outras instituições de crédito	(286.279)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.232.196)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.840)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(115.095)
Provisões	(2.506)
Passivos por impostos correntes	(269)
Passivos por impostos diferidos	(19.937)
Outros passivos subordinados	(11.108)
Outros passivos	(45.995)
Outros instrumentos de capital	(15.000)
Reservas e resultados transitados	(4.054)
	<hr/>
Activos líquidos identificáveis	286.631
	<hr/>

O “goodwill” reconhecido em activos intangíveis e sujeito a testes de imparidade em base anual, conforme descrito na política contabilística nota 1.2) é analisado conforme segue:

	Euros '000
Valor total pago pela CEMG	341.250
Justo valor dos activos e passivos adquiridos	286.631
“Goodwill”	54.619

O crédito sobre clientes adquirido, corresponde a um valor bruto de Euros 2.835.838.000 com perdas por imparidade reconhecidas no montante de 191.338.000 e um ajustamento líquido de justo valor, baseado na componente de taxa fixa de uma parcela da carteira e no nível de provisionamento estatutário associados a uma carteira com garantias reais hipotecárias que ascende a Euros 19.139.000.

O “goodwill” resulta essencialmente da complementaridade das redes comerciais e da presença do Grupo Finibanco em mercados onde a CEMG não opera actualmente.

A CEMG incorreu em custos associados com a transacção no montante de Euros 564.000, e que correspondem essencialmente a custos com consultores em matérias legais, fiscais e contabilísticas no âmbito da transacção.

54 Empresas subsidiárias

Em 30 de Junho de 2011 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Empresa subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade	% detida
Finibanco Holding, SGPS, S.A.	Porto	Euros 175.000.000	Gestão de participações sociais	100%
Finibanco, S.A.	Porto	Euros 180.000.000	Banca	100%
Finicrédito, S.A.	Porto	Euros 30.000.000	Locação Financeira	100%
Finivalor, S.A.	Porto	Euros 1.550.000	Gestão de fundos de investimento	100%
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	KWZ 1.332.000.000	Banca	61,04%

Caixa Económica Montepio Geral

**Demonstrações Financeiras
Individuais Intercalares**

30 de Junho de 2011 e 2010



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO PELO AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ('CVM'), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 da Caixa Económica Montepio Geral as quais compreendem o Balanço (que evidencia um total de 24.211.399 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.128.804 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 13.107 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e correspondentes notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação da IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita;
 - b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante no Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira da Caixa Económica Montepio Geral em 30 de Junho de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 26 de Agosto de 2011

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por



Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC N.º 1081)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 5 a 107)

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Resultados para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2011	30 de Junho 2010
Juros e rendimentos similares	3	508.698	346.994
Juros e encargos similares	3	360.528	218.149
		<hr/>	<hr/>
Margem financeira		148.170	128.845
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1.785	2.104
Rendimentos de serviços e comissões	5	50.066	42.126
Encargos com serviços e comissões	5	(8.144)	(7.268)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	27.216	31.638
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	2.726	8.334
Resultados de reavaliação cambial	8	711	1.137
Resultados de alienação de outros activos		(2.244)	(1.986)
Outros resultados de exploração	9	10.522	9.016
		<hr/>	<hr/>
Total de proveitos operacionais		230.808	213.946
		<hr/>	<hr/>
Custos com pessoal	10	89.651	73.731
Gastos gerais administrativos	11	45.256	39.251
Depreciações e amortizações	12	12.040	9.835
		<hr/>	<hr/>
Total de custos operacionais		146.947	122.817
		<hr/>	<hr/>
Imparidade do crédito	13	55.923	58.029
Imparidade de outros activos	14	14.684	7.054
Outras provisões	15	147	25
		<hr/>	<hr/>
Resultado operacional		13.107	26.021
		<hr/>	<hr/>
Resultado líquido do período		13.107	26.021
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Balanço em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	30 de Junho 2011	31 de Dezembro 2010
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	350.923	240.024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	79.973	58.405
Aplicações em instituições de crédito	18	594.483	338.662
Crédito a clientes	19	16.229.348	14.352.766
Activos financeiros detidos para negociação	20	118.918	130.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21	3.685	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	22	5.683.623	5.256.811
Derivados de cobertura	23	1.955	2.810
Investimentos detidos até à maturidade	24	48.263	58.093
Investimentos em associadas e outras	25	384.547	43.297
Activos não correntes detidos para venda	26	195.634	162.374
Outros activos tangíveis	27	119.588	89.188
Activos intangíveis	28	110.413	18.254
Activos por impostos correntes		9	-
Outros activos	29	290.037	128.519
Total do Activo		24.211.399	20.884.020
Passivo			
Recursos de bancos centrais	30	2.220.044	1.540.266
Recursos de outras instituições de crédito	31	1.406.099	1.262.546
Recursos de clientes	32	12.259.863	9.654.340
Responsabilidades representadas por títulos	33	3.182.842	3.578.677
Passivos financeiros detidos para negociação	20	85.515	53.814
Derivados de cobertura	23	1.120	1.408
Provisões	34	121.857	101.499
Outros passivos subordinados	35	471.401	380.986
Outros passivos	36	3.333.854	3.316.465
Total do Passivo		23.082.595	19.890.001
Situação Líquida			
Capital	37	1.145.000	800.000
Outros instrumentos de capital	38	15.000	-
Reservas de justo valor	40	(293.696)	(82.973)
Outras reservas e resultados transitados	39 e 40	249.393	235.501
Resultado líquido do período		13.107	41.491
Total da Situação Líquida		1.128.804	994.019
		24.211.399	20.884.020

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho 2011	30 de Junho 2010
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	483.753	333.610
Comissões recebidas	54.854	37.448
Pagamento de juros	(300.274)	(204.609)
Pagamento de comissões	(6.708)	166
Despesas com pessoal e fornecedores	(116.324)	(111.725)
Recuperação de crédito e juros	1.824	1.180
Outros pagamentos e recebimentos	145.216	77.531
	262.341	133.601
<i>(Aumentos) / diminuições de activos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(2.279.062)	1.371.845
Outros activos	(190.244)	(79.170)
	(2.469.306)	1.292.675
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para com clientes	2.557.304	123.345
Recursos para com instituições de crédito	(1.397.003)	(483.246)
Recursos de bancos centrais	2.220.000	900.000
	3.380.301	540.099
	1.173.336	1.966.375
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Dividendos recebidos	1.785	2.104
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	19.918	(122.400)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	267	121
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(644.793)	(1.779.288)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	213	1.514
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	9.160	(24.347)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(429.522)	-
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(67.852)	119.388
Alienação de imobilizações	200	605
Aquisição de imobilizações	14.810	(11.955)
	(1.095.814)	(1.814.258)
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Distribuição de resultados	(23.085)	(20.300)
Aumento de capital	360.000	-
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	248.011	4.637
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(629.535)	(111.071)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	31.701	1.977
	(12.908)	(124.757)
Variação líquida em caixa e equivalentes	64.614	27.360
Caixa e equivalentes no início do período	154.046	150.873
Caixa (nota 16)	95.641	99.128
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17)	58.405	51.745
Caixa e equivalentes no fim do período	218.660	178.233

Caixa Económica Montepio Geral

Mapa de alterações na Situação Líquida para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2010	995.234	760.000	-	225.685	8.404	(28.600)	29.745
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Alterações de justo valor	(19.374)	-	-	-	-	(19.374)	-
Distribuição de resultados	(20.300)	-	-	-	-	-	(20.300)
Impacto da aplicação da IAS 19	(4.016)	-	-	-	-	-	(4.016)
Resultado líquido do período	26.021	-	-	-	-	-	26.021
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	977.565	760.000	-	225.685	8.404	(47.974)	31.450
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	7.556	-	-	(7.556)
Reserva especial	-	-	-	1.889	-	-	(1.889)
Saldos em 30 de Junho de 2010	977.565	760.000	-	235.130	8.404	(47.974)	22.005
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Alterações de justo valor	(34.999)	-	-	-	-	(34.999)	-
Aumento de capital	40.000	40.000	-	-	-	-	-
Impacto da aplicação da IAS 19	(4.017)	-	-	-	-	-	(4.017)
Resultado líquido do período	15.470	-	-	-	-	-	15.470
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	994.019	800.000	-	235.130	8.404	(82.973)	33.458
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:							
Alterações de justo valor	(210.723)	-	-	-	-	(210.723)	-
Aumento de capital	345.000	345.000	-	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	15.000	-	15.000	-	-	-	-
Distribuição de resultados	(23.085)	-	-	-	-	-	(23.085)
Impacto da aplicação da IAS 19	(4.514)	-	-	-	-	-	(4.514)
Resultado líquido do período	13.107	-	-	-	-	-	13.107
Total de ganhos e perdas reconhecidos no período	1.128.804	1.145.000	15.000	235.130	8.404	(293.696)	18.966
Constituição de reservas							
Reserva geral	-	-	-	8.298	-	-	(8.298)
Reserva especial	-	-	-	2.075	-	-	(2.075)
Saldos em 30 de Junho de 2011	1.128.804	1.145.000	15.000	245.503	8.404	(293.696)	8.593

Caixa Económica Montepio Geral

Demonstração Individual do Rendimento Integral para os períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	30 de Junho 2011	30 de Junho 2010
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	40	(210.723)	(19.374)
Impacto da aplicação da IAS 19	40	(4.514)	(4.016)
Resultado líquido do período		13.107	26.021
Total de rendimento integral do período		(202.130)	2.631

Caixa Económica Montepio Geral

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais 30 de Junho de 2011

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por “CEMG”) é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro). Desta forma, as demonstrações financeiras individuais da CEMG com referência a 30 de Junho de 2011 incluem o efeito desta aquisição, pelo que este facto deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA’s”), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA’s traduzem-se na aplicação, às demonstrações financeiras individuais, das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição, conforme definido no n.º 2 e n.º 3 do Aviso n.º 1/2005 e do n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da CEMG agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 e foram preparadas de acordo com as NCA's, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 30 de Junho de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 30 de Junho de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e *fair value option*) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os restantes activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. Os passivos sobre obrigações de benefícios definidos são reconhecidos ao valor presente dessa obrigação líquidos dos activos do fundo, deduzidos de perdas actuariais não reconhecidas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na política contabilística 1.22.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de Agosto de 2011.

1.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.3 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a CEMG executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

iv) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.4 Crédito a clientes

O Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal, não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1.1, a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela CEMG, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

iii) Provisão para risco - país

A provisão para risco – país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim Oficial do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida Instrução.

iv) Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta-Circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.5 Outros activos financeiros

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação”, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 21 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pela CEMG, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A CEMG adoptou o *Fair Value Option* para certas emissões e depósitos a prazo efectuados que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados.

Os activos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras no ano de 2010 e no primeiro semestre de 2011.

v) Imparidade

Em conformidade com as NCA's, a CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6 Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística 1.5.

1.7 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação e considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.8 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.9 Activos não correntes detidos para venda

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito, a CEMG incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, a CEMG procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (n.º 1 do artigo 112.º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art. 114.º do RGICSF).

A CEMG tem como objectivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

1.10 Investimentos em associadas

Os investimentos em associadas, nos quais a CEMG exerce influência significativa mas não exerce controlo, são valorizados ao custo de aquisição. Estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

1.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA's, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo de aquisição o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA's, ajustado de forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

1.12 Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Outros activos intangíveis

O valor recuperável do activos intangíveis sem vida útil finita registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

1.13 Locações

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

- Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (“ACT”), para o pessoal admitido até 1 de Março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto – Lei n.º1-A /2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a CEMG aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuarias acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi inicialmente definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Subsequentemente, com a alteração introduzida no ponto 2 do Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que, a 31 de Dezembro de 2009, ainda se encontra por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração inicialmente prevista.

Nesta base, para os Benefícios de Saúde, faltavam 42 meses para 30 de Junho de 2008 que acrescidos de 36 meses ficaram com um período de amortização de 78 meses (6 anos e 6 meses). Para as Outras Responsabilidades, o prazo de diferimento passou a ser de 54 meses (4 anos e 6 meses).

O diferimento do impacto contabilístico decorrente desta alteração é analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	10 anos
Abatimento de perdas actuariais diferidas, corredor e decrementos de invalidez	8 anos
Aumento de responsabilidades	8 anos

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's, o acréscimo de responsabilidades resultantes das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor, e (v) o efeito das reformas antecipadas.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15 Fiscalidade

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

1.17 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido vencido são considerados os seguintes aspectos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 – Rédito no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- a contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real é interrompida, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 4 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, a CEMG está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as consolidadas.

1.21 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA's estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na política contabilística 1.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da CEMG. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Margem financeira	148.170	128.845
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	29.942	39.972
	<u>178.112</u>	<u>168.817</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
<i>Juros e rendimentos similares:</i>						
Juros de crédito	230.544	-	230.544	205.793	-	205.793
Juros de outras aplicações	5.033	-	5.033	687	-	687
Juros de depósitos	995	-	995	776	-	776
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	126.030	-	126.030	32.717	-	32.717
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1.131	-	1.131	1.213	-	1.213
Juros de derivados de cobertura	1.632	-	1.632	1.893	-	1.893
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	124.420	124.420	-	89.437	89.437
Outros juros e rendimentos similares	18.913	-	18.913	14.478	-	14.478
	384.278	124.420	508.698	257.557	89.437	346.994
<i>Juros e encargos similares:</i>						
Juros de depósitos	126.547		126.547	63.755	-	63.755
Juros de títulos emitidos	44.466		44.466	46.724	-	46.724
Juros de empréstimos	2.471		2.471	2.351	-	2.351
Juros de outros recursos	26.253		26.253	9.882	-	9.882
Juros de derivados de cobertura	1.218		1.218	973	-	973
Juros de passivos financeiros detidos para negociação		111.683	111.683	-	64.764	64.764
Outros juros e encargos similares	47.890		47.890	29.700	-	29.700
	248.845	111.683	360.528	153.385	64.764	218.149
Margem financeira	135.433	12.737	148.170	104.172	24.673	128.845

4 Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	534	467
Dividendos de empresas associadas	1.224	1.637
Outros instrumentos de capital	27	-
	<u>1.785</u>	<u>2.104</u>

A rubrica Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Rendimentos de serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados	34.826	30.557
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.672	2.963
Por garantias prestadas	3.267	4.502
Outros rendimentos de serviços e comissões	7.301	4.104
	<u>50.066</u>	<u>42.126</u>
<i>Encargos com serviços e comissões:</i>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	7.587	6.869
Por operações realizadas com títulos	243	177
Outros encargos com serviços e comissões	314	222
	<u>8.144</u>	<u>7.268</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>41.922</u>	<u>34.858</u>

6 Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos e passivos financeiros detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	328	1.256	(928)
De outros emissores	151	-	151	177	256	(79)
Acções	270	265	5	54	257	(203)
Unidades de participação	2	19	(17)	-	-	-
	<u>423</u>	<u>284</u>	<u>139</u>	<u>559</u>	<u>1.769</u>	<u>(1.210)</u>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	141.563	141.920	(357)	147.360	148.532	(1.172)
Contratos sobre taxas de juro	240.132	278.174	(38.042)	230.238	195.682	34.556
Contratos sobre créditos (CDS)	1.425	1.616	(191)	2.886	3.717	(831)
Outros	93.070	28.047	65.023	46.514	45.101	1.413
	<u>476.190</u>	<u>449.757</u>	<u>26.433</u>	<u>426.998</u>	<u>393.032</u>	<u>33.966</u>
	<u>476.613</u>	<u>450.041</u>	<u>26.572</u>	<u>427.557</u>	<u>394.801</u>	<u>32.756</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	-	175	(175)	-	28	(28)
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	600	76	524	536	262	274
Recursos de clientes	896	403	493	298	263	35
Débitos representados por títulos	15	-	15	104	-	104
Outros passivos subordinados	11.131	11.344	(213)	15.600	17.103	(1.503)
	<u>12.642</u>	<u>11.823</u>	<u>819</u>	<u>16.538</u>	<u>17.628</u>	<u>(1.090)</u>
	<u>489.255</u>	<u>462.039</u>	<u>27.216</u>	<u>444.095</u>	<u>412.457</u>	<u>31.638</u>

O resultado de recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística 1.3.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pela CEMG, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transacção do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

A CEMG reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflecte o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4.716	2.788	1.928	1.872	492	1.380
De outros emissores	11.592	10.948	644	3.755	670	3.085
Acções	57	1	56	2.660	-	2.660
Outros títulos de rendimento variável	105	7	98	1.215	6	1.209
	<u>16.470</u>	<u>13.744</u>	<u>2.726</u>	<u>9.502</u>	<u>1.168</u>	<u>8.334</u>

8 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011			Jun 2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Reavaliação cambial	<u>41.070</u>	<u>40.359</u>	<u>711</u>	<u>5.759</u>	<u>4.622</u>	<u>1.137</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1.2.

9 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Outros proveitos de exploração:</i>		
Prestação de serviços	2.998	2.517
Reembolso de despesas	1.433	966
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	3.683	4.031
Dívida readquirida	8.505	3.650
Outros	2.809	1.135
	<u>19.428</u>	<u>12.299</u>
<i>Outros custos de exploração:</i>		
Impostos	631	58
Donativos e quotizações	159	171
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1.078	845
Outros	7.038	2.209
	<u>8.906</u>	<u>3.283</u>
Outros resultados líquidos de exploração	<u><u>10.522</u></u>	<u><u>9.016</u></u>

10 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Remunerações	59.949	53.498
Contribuições para o SAMS	2.592	3.143
Encargos sociais obrigatórios	15.188	4.148
Outros encargos com fundo de pensões	10.319	11.377
Outros custos	1.603	1.565
	<u>89.651</u>	<u>73.731</u>

As contribuições para o SAMS incluem o montante de Euros 360.000 (30 de Junho de 2010: Euros 357.000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver nota 44).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2011, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios			
a curto prazo	677	2.322	2.999
Custos com pensões de reforma e SAMS	3	78	81
Remunerações variáveis	-	218	218
	680	2.618	3.298

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o primeiro semestre de 2010, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios			
a curto prazo	669	2.258	2.927
Custos com pensões de reforma e SAMS	3	80	83
Remunerações variáveis	-	75	75
	672	2.413	3.085

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 30 de Junho de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 4.770.000 e Euros 3.085.000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante o primeiro semestre de 2011 e 2010, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Jun 2011	Jun 2010
Direcção e coordenação	208	125
Chefia e gerência	789	499
Técnicos	1.062	645
Específicos	176	144
Administrativos	1.734	1.383
Auxiliares	74	69
	4.043	2.865

11 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Rendas e alugueres	12.223	10.045
Serviços especializados		
Informática	5.538	5.059
Trabalho independente	1.920	1.514
Outros serviços especializados	6.642	5.434
Publicidade e publicações	3.674	2.405
Comunicações e expedição	4.643	4.367
Água, energia e combustíveis	2.267	2.090
Conservação e reparação	2.473	2.526
Transportes	1.420	1.733
Seguros	1.125	1.280
Deslocações, estadias e despesas de representação	689	534
Material de consumo corrente	1.283	691
Formação	130	339
Outros gastos administrativos	1.229	1.234
	<u>45.256</u>	<u>39.251</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 7.811.000 (30 de Junho de 2010: Euros 7.809.000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de inquilino.

12 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
<i>Software</i>	4.068	3.539
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	2.006	1.672
Equipamento:		
Mobiliário e material	316	284
Outros equipamentos	1.414	-
Máquinas e ferramentas	25	29
Equipamento informático	3.456	3.166
Instalações interiores	32	600
Equipamento de transporte	11	2
Equipamento de segurança	200	178
Locação operacional – <i>Renting</i>	466	365
Outros activos tangíveis	46	-
	<u>7.972</u>	<u>6.296</u>
	<u>12.040</u>	<u>9.835</u>

13 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Crédito vencido concedido a clientes:</i>		
Dotação do período	237.501	265.702
Reversão do período	(179.740)	(206.475)
Recuperações de crédito e juros	<u>(1.825)</u>	<u>(1.180)</u>
	<u>55.936</u>	<u>58.047</u>
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Dotação do período	103	54
Reversão do período	(116)	(72)
	<u>(13)</u>	<u>(18)</u>
	<u>55.923</u>	<u>58.029</u>

14 Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do período	7.927	7.880
Reversão do período	-	(1.995)
	<u>7.927</u>	<u>5.885</u>
Imparidade para títulos:		
Dotação do período	7.703	1.371
Reversão do período	(946)	(202)
	<u>6.757</u>	<u>1.169</u>
	<u><u>14.684</u></u>	<u><u>7.054</u></u>

15 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do período	432	235
Reversão do período	(285)	(210)
	<u>147</u>	<u>25</u>

16 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Caixa	138.688	95.641
Banco de Portugal	212.235	144.383
	<u>350.923</u>	<u>240.024</u>

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 30 de Junho de 2011, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1,25% (31 de Dezembro de 2010: 1%).

17 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Em instituições de crédito no país	21.771	424
Em instituições de crédito no estrangeiro	17.550	12.209
Valores a cobrar	40.652	45.772
	<u>79.973</u>	<u>58.405</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

18 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	205	205
Aplicações de muito curto prazo	100.000	260.003
Outras aplicações	313.997	10.000
	<u>414.202</u>	<u>270.208</u>
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	143	112
Aplicações de muito curto prazo	70.000	-
Outras aplicações	110.274	68.392
	<u>180.417</u>	<u>68.504</u>
	594.619	338.712
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(136)	(50)
	<u>594.483</u>	<u>338.662</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2011, vencem juros à taxa média anual de 2,25% (31 de Dezembro de 2010: 1,37%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Até 3 meses	514.850	301.495
3 meses até 6 meses	71.170	-
6 meses até 1 ano	-	34.900
1 ano até 5 anos	4.310	-
Mais de 5 anos	2.205	2.205
Duração indeterminada	2.084	112
	<u>594.619</u>	<u>338.712</u>

Os movimentos ocorridos no primeiro semestre de 2011 e 2010 como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito, são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	50	66
Dotação do período	103	54
Reversão do período	(116)	(72)
Transferências	99	-
Saldo em 30 de Junho	<u>136</u>	<u>48</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

19 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Crédito interno:</i>		
A empresas		
Empréstimo	2.001.485	1.388.583
Créditos em conta corrente	2.529.503	2.106.934
Locação financeira	235.380	229.348
Desconto e outros créditos titulados por efeitos <i>Factoring</i>	187.222	87.087
Descobertos em depósitos à ordem	150.947	109.683
Outros créditos	167.363	9.134
	898.481	756.961
A particulares		
Habitação	8.830.585	8.651.320
Locação financeira	46.393	45.001
Consumo e outros créditos	1.069.978	828.554
	<u>16.117.337</u>	<u>14.212.605</u>
<i>Crédito ao exterior:</i>		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5.958	-
Outros créditos	2.375	-
A particulares		
Habitação	16.422	-
Consumo e outros	3.198	-
	<u>27.953</u>	<u>-</u>
	<u>16.145.290</u>	<u>14.212.605</u>
<i>Crédito e juros vencidos:</i>		
Menos de 90 dias	99.816	90.750
Mais de 90 dias	517.984	486.740
	<u>617.800</u>	<u>577.490</u>
	16.673.090	14.790.095
Imparidade para riscos de crédito	<u>(533.742)</u>	<u>(437.329)</u>
	<u><u>16.229.348</u></u>	<u><u>14.352.766</u></u>

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Crédito a clientes inclui Euros 2.238.258.000 relativo a créditos afectos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG, conforme nota 33.

Conforme referido no parágrafo anterior, a CEMG procedeu em Julho de 2009, à primeira emissão de obrigações hipotecárias, com um montante de Euros 1.000.000.000 e um prazo de 3 anos. A operação foi efectuada ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG. A taxa de juro da emissão é de 3,25%.

A partir de 2009, na sequência da carta-circular n.º 15/2009, de 28 de Janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação.

Em 30 de Junho de 2011, a rubrica Habitação incluía cerca de Euros 3.081.982.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 3.182.375.000) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística 1.4, não foram objecto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 36.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 43.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro 2010, inclui os designados “créditos arrematados” no montante de Euros 1.532.000, respectivamente. Os “créditos arrematados” correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	437.329	401.579
Dotação do período	213.546	241.994
Reversão do período	(154.914)	(181.355)
Utilização de imparidade	(61.654)	(50.658)
Transferências	99.435	-
Saldo em 30 de Junho	<u>533.742</u>	<u>411.560</u>

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Adicionalmente, a CEMG tem em 30 de Junho de 2011, Euros 119.040.000 de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2010: Euros 100.188.000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 34.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Em conformidade com a política contabilística 1.4, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A análise da recuperação de créditos e juros, efectuada no decorrer do período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2011 e durante o exercício de 2010, ascendeu ao montante de Euros 1.825.000 e Euros 2.376.000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Crédito com imparidade:</i>		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros activos financeiros	68.560	62.233
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	5.867	4.802
Outros imóveis (Construção civil)	1.159.619	1.157.645
Outras garantias	3.979	19.003
	1.238.025	1.243.683
Análise paramétrica:		
Títulos e outros activos financeiros	57.548	39.486
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	2.102.060	1.989.773
Outros imóveis (Construção civil)	906.483	850.042
Outras garantias	73.159	62.321
	3.139.250	2.941.622
<i>Crédito sem imparidade:</i>		
Títulos e outros activos financeiros	570.984	590.373
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	14.164.019	13.526.231
Outros imóveis (Construção civil)	3.382.209	3.666.371
Outras garantias	105.180	94.675
	18.222.392	17.877.650
	22.599.667	22.062.955

A CEMG utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a reflectir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efectuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflectem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respectiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respectivos activos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a reflectir a sua volatilidade.

20 Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Activos financeiros detidos para negociação:</i>		
Títulos		
Acções	5.869	2.805
Obrigações	-	3.192
	<u>5.869</u>	<u>5.997</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	113.049	124.868
	<u>118.918</u>	<u>130.865</u>
<i>Passivos financeiros detidos para negociação:</i>		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	85.515	53.814
	<u>85.515</u>	<u>53.814</u>

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1.5. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 30 de Junho de 2011 é apresentada como segue:

	Jun 2011				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	932	932
Estrangeiros	-	-	-	4.937	4.937
	-	-	-	5.869	5.869
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações					
De outros emissores	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Cotados	-	-	-	5.869	5.869

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2010 é apresentada como segue:

	Dez 2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	464	464
Estrangeiros	-	-	-	2.341	2.341
	-	-	-	2.805	2.805
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações					
De outros emissores	-	-	3.192	-	3.192
	-	-	3.192	-	5.997
Cotados	-	-	3.192	2.805	5.997

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 30 de Junho de 2011, pode ser analisado como segue:

Jun 2011								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor	Justo valor	Varição de justo valor	Valor de balanço	Valor de reembolso
		Euros '000	Euros '000	no ano	Euros '000	no ano	Euros '000	na maturidade
		Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Swap</i> taxa de juro	Emissão de obrigações	790.606	577	14.861	24.455	69.500	401.609	401.609
<i>Swap</i> taxa de juro	Depósitos	3.026.245	3.868	13.517	(609)	(14.563)	1.504.117	1.504.117
<i>Swap</i> taxa de juro	Recursos	450.782	7.019	5.244	(5.694)	(2.937)	222.874	222.874
<i>Swap</i> taxa de juro	Titularização	10.280.446	(4.883)	3.126	-	-	-	-
<i>Swap</i> taxa de juro	Obrigações hipotecárias	12.902.496	20.710	(2.687)	2.520	10.137	1.000.000	1.000.000
<i>Swap</i> taxa de juro	Depósitos	400.000	1.586	(1.586)	-	-	-	-
<i>Swap</i> cambial	Emissão de dívida	1.411.295	(647)	230	-	-	-	-
CIRS	-	8.730	(177)	310	-	-	-	-
Futuros	-	91.621	102	(103)	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	103.859	799	(46)	-	-	-	-
<i>Credit default swaps</i>	-	153.278	(1.420)	683	-	-	-	-
		29.619.358	27.534	33.549	20.672	62.137	3.128.600	3.128.600

O valor de balanço dos activos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2010, pode ser analisado como segue:

Dez 2010								
Produto derivado	Activo / Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	605.000	25.379	2.617	(36.223)	(48.475)	302.500	302.500
Swap taxa de juro	Depósitos	3.609.775	17.386	13.230	12.954	10.593	2.013.304	2.013.304
Swap taxa de juro	Recursos	490.052	12.263	(3.102)	(2.757)	(13.319)	247.113	247.113
Swap taxa de juro	Titularização	10.717.877	(1.757)	(2.470)	-	-	-	-
Swap taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11.890.474	18.023	7.891	(7.617)	(8.061)	1.000.000	1.000.000
Swap cambial	Emissão de dívida	538.428	(255)	(1.672)	-	-	-	-
Futuros	-	14.298	(1)	(1)	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	70.586	753	169	-	-	-	-
Credit default swaps	-	89.710	(737)	(306)	-	-	-	-
		<u>28.026.200</u>	<u>71.054</u>	<u>16.356</u>	<u>(33.643)</u>	<u>(59.262)</u>	<u>3.562.917</u>	<u>3.562.917</u>

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.3 no montante de Euros 5.881.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 6.276.000).

21 Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3.685.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 3.952.000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme política contabilística 1.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 30 de Junho de 2011 e a 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

22 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011				
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1.603.523	1.803	(225.692)	-	1.379.634
Estrangeiros	154.637	698	(2.815)	(5.056)	147.464
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	3.330.210	927	(21.167)	(5.195)	3.304.775
Estrangeiros	569.216	3.311	(50.773)	(11.288)	510.466
Papel comercial	280.873	-	-	(998)	279.875
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	7.563	297	(33)	(1.544)	6.283
Estrangeiros	5.985	136	(242)	(1.040)	4.839
Unidades de participação	50.433	306	(452)	-	50.287
	6.002.440	7.478	(301.174)	(25.121)	5.683.623

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	Dez 2010				
	Custo ⁽¹⁾ Euros '000	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
		Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1.075.466	2.155	(30.457)	-	1.047.164
Estrangeiros	114.501	365	(4.468)	-	110.398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	3.261.069	751	(13.342)	(3.588)	3.244.890
Estrangeiros	658.715	3.805	(41.865)	(21.848)	598.807
Papel comercial	242.634	-	-	(998)	241.636
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	3.866	190	(31)	(279)	3.746
Estrangeiros	4.123	78	(124)	(947)	3.130
Unidades de participação	7.127	270	(300)	(57)	7.040
	5.367.501	7.614	(90.587)	(27.717)	5.256.811

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística 1.5, a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 40. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1.22.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para títulos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	27.717	29.899
Dotação do período	7.703	1.371
Reversão do período	(946)	(202)
Utilização de imparidade	(10.617)	(57)
Transferências	1.264	-
Saldo em 30 de Junho	25.121	31.011

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Durante o primeiro semestre de 2011 e conforme referido na política contabilística 1.5, foram repostas/constituídas perdas por imparidade, no montante de Euros 2.596.000 (30 de Junho de 2010: Euros 1.112.000).

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística 1.5, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 293.696.000 e de Euros 25.121.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 82.973.000 e de Euros 27.717.000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	Jun 2011			Dez 2010		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1.379.634	-	1.379.634	1.047.164	-	1.047.164
Estrangeiros	147.464	-	147.464	110.398	-	110.398
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	189.785	3.114.990	3.304.775	3.218.614	26.276	3.244.890
Estrangeiros	507.856	2.610	510.466	591.807	7.000	598.807
Papel comercial	-	279.875	279.875	-	241.636	241.636
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	965	5.318	6.283	862	2.884	3.746
Estrangeiros	4.672	167	4.839	2.972	158	3.130
Unidades de participação	50.287	-	50.287	7.040	-	7.040
	2.280.663	3.402.960	5.683.623	4.978.857	277.954	5.256.811

23 Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Activo:</i>		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	1.955	2.810
<i>Passivo:</i>		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	1.120	1.408

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	525	864
Responsabilidades representadas por títulos	15	242
Recursos de clientes	227	271
	767	1.377

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2011, é apresentada como segue:

	Jun 2011							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três Meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro: Swap de taxa de juro	-	40.000	115.000	155.000	-	553	282	835

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2010, é apresentada como segue:

	Dez 2010							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três Meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro: Swap de taxa de juro	20.000	80.000	115.000	215.000	147	1.394	(139)	1.402

As operações de cobertura de justo valor em 30 de Junho de 2011 podem ser analisadas como segue:

Jun 2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	40.000	553	(158)	144	(227)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	20.000	970	1.121	558	(539)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95.000	(688)	(254)	(220)	78
			155.000	835	709	482	(688)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisadas como segue:

Dez 2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado ⁽²⁾ Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾ Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾ Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	40.000	396	(302)	371	(271)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	80.000	2.091	(1.995)	1.097	(1.106)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95.000	(1.085)	(812)	(298)	(212)
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	-	-	-	-	-
			215.000	1.402	(3.109)	(1.170)	(1.589)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

24 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>		
Obrigações de emissores públicos nacionais	37.135	44.111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	11.128	13.982
	<u>48.263</u>	<u>58.093</u>

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 43.

A CEMG avaliou com referência a 30 de Junho de 2011, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2011, como segue:

Denominação	Data de Emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OT - Setembro_98/23-09-2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,45%	99
OT - Junho_02/15-06-2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,00%	30.930
OT - Outubro_05/15-10-2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35%	6.107
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,25%	5.075
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,50%	2.049
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março, 2005	Setembro, 2013	Taxa fixa de 3,75%	2.018
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio, 1998	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,75%	1.985
				<u>48.263</u>

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística 1.5.

Durante o primeiro semestre de 2011 e o exercício de 2010, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

Em 30 de Junho de 2011, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	Junho 2011				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais:	-	30.929	6.206	-	37.135
Obrigações de emissores públicos estrangeiros:	-	-	11.128	-	11.128
	<u>-</u>	<u>30.929</u>	<u>17.334</u>	<u>-</u>	<u>48.263</u>
Cotados	-	30.929	17.334	-	48.263

Em 31 de Dezembro de 2010, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	Dezembro 2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais:	-	5.962	38.149	-	44.111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros:	3.026	-	10.956	-	13.982
	<u>3.026</u>	<u>5.962</u>	<u>49.105</u>	<u>-</u>	<u>58.093</u>
Cotados	3.026	5.962	49.105	-	58.093

25 Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Participações financeiras em associadas e outras:</i>		
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7.001	7.001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	23.566	23.566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9.530	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3.200	3.200
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	341.250	-
	<u>384.547</u>	<u>43.297</u>
Não cotados	384.547	43.297

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Número de acções	Participação directa no capital	Valor nominal unitário Euros	Custo da participação Euros '000
30 de Junho de 2011				
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	175.000.000	100,00%	1,95	341.250
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77.200	100,00%	90,69	7.001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1.333.928	25,65%	5,00	23.566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314.736	39,34%	25,00	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400.000	20,00%	5,00	3.200
				<u>384.547</u>
31 de Dezembro de 2010				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77.200	100,00%	90,69	7.001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1.333.928	25,65%	5,00	23.566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314.736	39,34%	25,00	9.530
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400.000	20,00%	5,00	3.200
				<u>43.297</u>

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista única da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG pelo montante de Euros 341.250.000, pelo que a partir desta data, a CEMG passou a deter uma participação de 100% na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. Em 4 de Abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de activos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro) pelo montante de Euros 216.484.000.

A aquisição da Finibanco Holding pela CEMG permitiu completar o nível de serviços prestados na área financeira através da aquisição de uma participação no Finibanco, S.A. (banco universal), Finicrédito, S.A. (instituição financeira de crédito especializado), Finibanco Angola (banco universal em Angola) e Finivalor (Sociedade Gestora de Fundos de Investimento).

A referida aquisição permite igualmente a complementaridade das redes comerciais e a entrada em mercados nos quais a CEMG não estava presente.

26 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	242.896	201.710
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	(47.262)	(39.336)
	<u>195.634</u>	<u>162.374</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística 1.9.

A rubrica Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação prosolvendo).

Os referidos activos estão disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, tendo a CEMG uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às actuais condições de mercado não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 18.238.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 13.996.000).

Os movimentos da imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para activos não correntes detidos para venda:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	39.335	29.336
Dotação do período	7.927	7.880
Reversão do período	-	(1.995)
Utilização	-	(14)
Saldo em 30 de Junho	<u>47.262</u>	<u>35.207</u>

Os movimentos dos activos não correntes detidos para venda no primeiro semestre de 2011, são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Activos não correntes detidos para venda:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	201.710	157.935
Aquisições	54.046	66.715
Alienações	(16.888)	(24.740)
Outros movimentos	4.028	1.800
Saldo em 30 de Junho	<u>242.896</u>	<u>201.710</u>

27 Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
De serviço próprio	77.800	62.250
Obras em imóveis arrendados	54.690	24.225
Imobilizado em curso	35	33
Equipamento:		
Mobiliário e material	19.848	11.065
Máquinas e ferramentas	3.090	1.869
Equipamento informático	81.063	58.365
Instalações interiores	21.486	15.832
Equipamento de transporte	3.967	436
Equipamento de segurança	9.261	4.972
Património artístico	1.055	1.050
Activos em locação operacional	5.970	4.965
Outras imobilizações corpóreas	3.778	31
Imobilizações em curso	5.522	3.342
	<u>287.565</u>	<u>188.435</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(11.746)	(13.070)
Relativas a exercícios anteriores	(156.231)	(86.177)
	<u>(167.977)</u>	<u>(99.247)</u>
	<u>119.588</u>	<u>89.188</u>

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o primeiro semestre de 2011, são analisados como segue:

Jun 2011					
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	62.250	-	-	15.550	77.800
Obras em imóveis arrendados	24.225	291	-	30.174	54.690
Imobilizado em curso	33	2	-	-	35
Equipamento:					
Mobiliário e material	11.065	1.019	(207)	7.971	19.848
Máquinas e ferramentas	1.869	3	(10)	1.228	3.090
Equipamento informático	58.365	3.303	(29)	19.424	81.063
Instalações interiores	15.832	132	-	5.522	21.486
Equipamento de transporte	436	33	(17)	3.515	3.967
Equipamento de segurança	4.972	111	-	4.178	9.261
Património artístico	1.050	5	-	-	1.055
Activos em locação operacional	4.965	1.330	(325)	-	5.970
Outros activos tangíveis	31	811	-	2.936	3.778
Imobilizações em curso	3.342	1.767	-	413	5.522
	188.435	8.807	(588)	90.911	287.565
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
De serviço próprio	16.042	650	-	5.165	21.857
Obras em imóveis arrendados	15.984	1.356	-	18.406	35.746
Equipamento:					
Mobiliário e material	8.010	316	(207)	6.730	14.849
Outros equipamentos	-	1.414	-	-	1.414
Máquinas e ferramentas	1.771	25	(10)	885	2.671
Equipamento informático	43.935	3.456	(28)	17.934	65.297
Instalações interiores	8.700	32	-	4.044	12.776
Equipamento de transporte	379	11	(15)	3.226	3.601
Equipamento de segurança	3.244	200	-	2.467	5.911
Activos em locação operacional	1.182	466	(128)	4	1.524
Outros activos tangíveis	-	46	-	2.285	2.331
	99.247	7.972	(388)	61.146	167.977

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

Dez 2010					
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Imóveis:</i>					
De serviço próprio	65.706	-	(3.456)	-	62.250
Obras em imóveis arrendados	32.208	332	(8.373)	58	24.225
Imobilizado em curso	43	10	-	(20)	33
<i>Equipamento:</i>					
Mobiliário e material	10.502	988	(425)	-	11.065
Máquinas e ferramentas	1.971	10	(113)	1	1.869
Equipamento informático	51.772	6.838	(244)	(1)	58.365
Instalações interiores	28.414	334	(13.010)	94	15.832
Equipamento de transporte	676	58	(298)	-	436
Equipamento de segurança	3.978	1.009	(15)	-	4.972
Património artístico	986	64	-	-	1.050
Activos em locação operacional	4.084	1.632	(751)	-	4.965
Outras imobilizações corpóreas	31	-	-	-	31
Imobilizações em curso	550	2.947	-	(155)	3.342
	<u>200.921</u>	<u>14.222</u>	<u>(26.685)</u>	<u>(23)</u>	<u>188.435</u>
<i>Depreciações acumuladas:</i>					
<i>Imóveis:</i>					
De serviço próprio	15.831	1.039	(828)	-	16.042
Obras em imóveis arrendados	22.047	2.310	(8.373)	-	15.984
<i>Equipamento:</i>					
Mobiliário e material	7.804	572	(366)	-	8.010
Máquinas e ferramentas	1.825	57	(112)	1	1.771
Equipamento informático	37.871	6.307	(243)	-	43.935
Instalações interiores	20.126	1.585	(13.011)	-	8.700
Equipamento de transporte	673	9	(303)	-	379
Equipamento de segurança	2.823	434	(13)	-	3.244
Activos em locação operacional	748	757	(323)	-	1.182
	<u>109.748</u>	<u>13.070</u>	<u>(23.572)</u>	<u>1</u>	<u>99.247</u>

28 Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Custo:</i>		
<i>Software</i>	52.775	31.798
Adiantamentos por conta de imobilizações	6.921	6.106
Outros activos intangíveis	93	-
	<u>59.789</u>	<u>37.904</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao exercício corrente	(4.068)	(7.776)
Relativas a exercícios anteriores	(33.580)	(11.874)
	<u>(37.648)</u>	<u>(19.650)</u>
	<u>22.141</u>	<u>18.254</u>
Outros activos intangíveis	<u>88.272</u>	<u>-</u>
	<u><u>110.413</u></u>	<u><u>18.254</u></u>

A rubrica Outros activos intangíveis corresponde ao diferencial entre os activos e passivos do Finibanco, S.A. adquiridos pela CEMG em 4 de Abril de 2011 e o seu valor contabilístico e tem em conta o justo valor dos referidos activos e passivos bem como o potencial de geração de negócio associado aos referidos activos e passivos bem como à rede do Finibanco, S.A. adquirida.

Este activo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.12, o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o primeiro semestre de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Software</i>	31.798	4.921	-	16.056	52.775
Adiantamentos por conta de imobilizações	6.106	327	-	488	6.921
Outros activos intangíveis	-	-	-	93	93
	<u>37.904</u>	<u>5.248</u>	<u>-</u>	<u>16.637</u>	<u>59.789</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
<i>Software</i>	19.650	4.068	-	13.898	37.616
Outros activos intangíveis	-	-	-	32	32
	<u>19.650</u>	<u>4.068</u>	<u>-</u>	<u>13.930</u>	<u>37.648</u>

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos da rubrica activos intangíveis, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Custo:</i>					
<i>Software</i>	52.375	8.430	(29.007)	-	31.798
Adiantamentos por conta de imobilizações	4.657	1.449	-	-	6.106
	<u>57.032</u>	<u>9.879</u>	<u>(29.007)</u>	<u>-</u>	<u>37.904</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
<i>Software</i>	40.881	7.776	(29.007)	-	19.650

29 Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	7.531	11.949
Outros devedores	70.120	29.071
Outros proveitos a receber	4.354	4.873
Despesas com custo diferido	29.445	20.801
Contas diversas	178.587	65.298
	<u>290.037</u>	<u>131.992</u>
Imparidade para bonificações	-	(3.473)
	<u><u>290.037</u></u>	<u><u>128.519</u></u>

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 7.531.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 11.949.000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2.317	7.120
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	1.829	1.716
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	3.385	3.113
	<u>7.531</u>	<u>11.949</u>

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2010, um montante de Euros 3.473.000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2011, o montante de Euros 15.045.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 19.061.000) referente ao valor ainda não registado na situação líquida do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de dez anos ou oito anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, de acordo com a política contabilística 1.14.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 30 de Junho de 2011, o montante de Euros 4.351.000 relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística 1.5, a aguardar liquidação.

Em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com benefícios a colaboradores (ver nota 44), incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	(684.974)	(597.140)
Valor do Fundo	605.270	545.097
	(79.704)	(52.043)
Perdas actuariais		
Corredor	88.091	77.148
Acima do corredor	27.594	24.053
	115.685	101.201
	35.981	49.158

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística 1.14.

Os movimentos da imparidade para bonificações são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Imparidade para bonificações:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	3.473	3.473
Utilização do período	(3.473)	-
Saldo em 30 de Junho	-	3.473

30 Recursos de bancos centrais

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 2.220.044.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.540.266.000) referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Até 3 meses	1.270.044	460.026
3 meses até 6 meses	950.000	1.080.240
	<u>2.220.044</u>	<u>1.540.266</u>

31 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011			Dez 2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	3.262	76.888	80.150	247.969	4.163	252.132
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	17.636	1.308.313	1.325.949	1.000.337	10.077	1.010.414
	<u>20.898</u>	<u>1.385.201</u>	<u>1.406.099</u>	<u>1.248.306</u>	<u>14.240</u>	<u>1.262.546</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Até 3 meses	719.934	526.133
3 meses até 6 meses	57.676	155.594
6 meses a 1 ano	20.135	255.553
1 ano até 5 anos	459.535	59.025
Mais de 5 anos	167.931	272.830
	1.425.211	1.269.135
Correcções de valor por operações de cobertura	(19.112)	(6.589)
	1.406.099	1.262.546

32 Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011			Dez 2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	349.667	2.075.487	2.425.154	16.157	2.001.904	2.018.061
Depósitos a prazo ^(*)	-	9.493.474	9.493.474	-	7.229.927	7.229.927
Depósitos de poupança ^(*)	-	328.089	328.089	-	391.530	391.530
Outros recursos	13.611	-	13.611	496	-	496
Correcções de valor por operações de cobertura	(465)	-	(465)	14.326	-	14.326
	362.813	11.897.050	12.259.863	30.979	9.623.361	9.654.340

Observações: ^(*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 20 e na política contabilística 1.3.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica inclui Euros 1.497.165.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.772.500.000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Depósitos à ordem</i>	2.425.153	2.018.061
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	1.946.990	1.271.892
3 meses até 6 meses	3.147.703	2.637.009
6 meses até 1 ano	1.952.789	1.029.173
1 ano até 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	2.774.082	2.683.383
	<u>12.246.717</u>	<u>9.639.518</u>
Correcções de valor por operações de cobertura	<u>(465)</u>	<u>14.326</u>
	12.246.252	9.653.844
<i>Outros recursos:</i>		
Até 3 meses	<u>13.611</u>	<u>496</u>
	<u><u>12.259.863</u></u>	<u><u>9.654.340</u></u>

33 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	1.423.962	2.179.683
Obrigações de Caixa	739.100	566.304
Obrigações Hipotecárias	<u>1.019.780</u>	<u>832.690</u>
	<u><u>3.182.842</u></u>	<u><u>3.578.677</u></u>

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 43.

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica inclui o montante de Euros 1.469.452.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.510.171.000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2011, a CEMG procedeu à emissão de Euros 248.011.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 241.799.000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 629.535.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 860.459.000).

A duração residual da rubrica Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de Junho de 2011 e a 31 de Dezembro de 2010, é como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Até 6 meses	799.822	858.289
6 meses até 1 ano	806.549	631.766
1 ano até 5 anos	1.279.542	1.930.905
Mais de 5 anos	362.137	183.492
	3.248.050	3.604.452
Correcções de valor por operações de cobertura	(65.208)	(25.775)
	3.182.842	3.578.677

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000 milhões de euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 1.650 milhões de euros. As características das emissões vivas a 30 de Junho de 2011 são apresentadas como segue:

Designação	Valor Nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating (Moody's/Fitch)
Obrig. Hipotecárias	1.000.000	1.000.000	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	BAA2/BBB
Obrig. Hipotecárias	150.000	-	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	Eur 3m + 0,75%	BAA2/BBB
Obrig. Hipotecárias	500.000	-	Outubro 2010	Novembro 2015	Trimestral	Eur 3m + 2,50%	BAA2/BBB

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 30 de Junho de 2011, a Euros 2.238.258.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 1.000.000.000) de acordo com a nota 19.

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2011 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos ^(a) Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	2.179.683	-	(500.000)	-	(255.721)	1.423.962
Obrigações de Caixa	566.304	248.011	(129.535)	-	54.320	739.100
Obrigações Hipotecárias	832.690	-	-	-	187.090	1.019.780
	3.578.677	248.011	(629.535)	-	(14.311)	3.182.842

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos ^(a) Euros '000	Saldo em 31 de Dezembro Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	2.810.743	-	(578.950)	(46.050)	(6.060)	2.179.683
Obrigações de Caixa	611.517	241.799	(281.509)	-	(5.503)	566.304
Obrigações Hipotecárias	1.161.047	-	-	(177.350)	(151.007)	832.690
	4.583.307	241.799	(860.459)	(223.400)	(162.570)	3.578.677

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial.

As emissões ocorridas no primeiro semestre de 2011, são apresentadas conforme segue:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Valor de balanço Euros '000</u>
Obr. Caixa-MG Capital Certo 2010/2015-8ª Série	Jan. 2011	Dez. 2015	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,5%, 3.º ano taxa fixa de 4%, 4.º ano taxa fixa de 4,25% e 5.º ano taxa fixa de 5,25%)	10.000
Obr. Caixa-MG Capital Certo 2011/2016-1ª Série	Jan. 2011	Jan. 2016	Taxa fixa anual de 3,53% (no 2.º ano taxa fixa de 3,53%, 3.º ano taxa fixa de 4,03%, 4.º ano taxa fixa de 4,28% e 5.º ano taxa fixa de 5,28%)	25.000
Obr. Caixa -MG Taxa Fixa 2011-2015	Fev. 2011	Fev. 2015	Taxa fixa anual de 4%	19.918
Obr. Caixa -MG Taxa Fixa Crescente 2011-2016	Fev. 2011	Fev. 2015	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano taxa fixa de 4,2%, 4.º ano taxa fixa de 4,3% e 5.º ano taxa fixa de 5,6%)	5.000
Obr. Caixa -Montepio 1780 Dias-2011-201	Fev. 2011	Jan. 2016	Taxa fixa anual de 3,7% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano taxa fixa de 4,25%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	1.500
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-2ª Série	Fev. 2011	Jan. 2016	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano taxa fixa de 4,2%, 4.º ano taxa fixa de 4,3% e 5.º ano taxa fixa de 5,6%)	25.000
Obr. Caixa -MG Taxa Crescente 2011-2016	Mar. 2011	Fev. 2016	Taxa fixa anual de 3,5% (no 2.º ano taxa fixa de 3,9%, 3.º ano Taxa 4,2%, 4.º ano taxa fixa de 4,35% e 5.º ano taxa fixa de 5,6%)	15.000
Obr. Caixa -Montepio Top Europa - 2011/2015	Mar. 2011	Mar. 2015	Na maturidade o investidor recebe a taxa de juro indexada á evolução da performance do Índice Euro Stoxx50 e da cotação do Ouro	5.000
Obr. Caixa -MG Taxa Fixa 2011-2013	Mar. 2011	Mar. 2013	Taxa fixa anual de 3,25%	6.593
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-3ª Série	Mar. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 3,75% (no 2.º ano taxa fixa de 4%, 3.º ano taxa fixa de 4,25%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	20.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2019-1ª Série	Mar. 2011	Abr. 2019	Taxa fixa anual de 4,4% (no 2.º ano taxa fixa de 4,4%, 3.º e 4.º ano taxa fixa de 4,65%, 5.º e 6.º ano taxa fixa de 5%, 7.º e 8.º ano taxa fixa de 6,5%)	20.000
Obr. Caixa -MG Taxa Crescente 2011-2016	Abr. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 4% (no 2.º ano taxa fixa de 4,25%, 3.º ano taxa fixa de 4,5%, 4.º ano taxa fixa de 4,75% e 5.º ano taxa fixa de 5,75%)	10.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-4ª Série	Abr. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 3,75% (no 2.º ano taxa fixa de 4%, 3.º ano taxa fixa de 4,25%, 4.º ano taxa fixa de 4,5% e 5.º ano taxa fixa de 5,5%)	25.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2016-5ª Série	Mai. 2011	Mai. 2016	Taxa fixa anual 4,1% (no 2.º ano taxa fixa de 4,3%, 3.º ano taxa fixa de 4,6%, 4.º ano taxa fixa de 4,8% e 5.º ano taxa fixa de 5,75%)	20.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011/2019-2ª Série	Mai. 2011	Mai. 2019	Taxa fixa anual de 4,9% (no 2.º ano taxa fixa de 4,9%, 3.º e 4.º ano taxa fixa de 5,15%, 5.º e 6.º ano taxa fixa de 5,5%, 7.º ano taxa fixa de 6% e 8.º ano taxa fixa de 7%)	5.000
Obr. Caixa -MG Taxa Crescente 2011-2016	Jun. 2011	Abr. 2016	Taxa fixa anual 4,25% (no 2.º e 3.º ano taxa fixa de 4,5%, 4.º ano taxa fixa de 4,75% e 5.º ano taxa fixa de 5%)	15.000
Obr. Caixa -MG Capital Certo 2011-2016-6ª Série	Jun. 2011	Jul. 2016	Taxa fixa anual 4,1% (no 2.º ano taxa fixa de 4,3%, 3.º ano taxa fixa de 4,6%, 4.º ano taxa fixa de 4,8% e 5.º ano taxa fixa de 5,75%)	20.000
				248.011

Em 30 de Junho de 2011, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 0,5% e 7,25%.

34 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	119.040	100.188
Provisões para outros riscos e encargos	2.817	1.311
	<u>121.857</u>	<u>101.499</u>

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Provisões para riscos gerais de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	100.188	101.310
Dotação do período	23.955	23.708
Reversão do período	(24.826)	(25.120)
Transferências	19.723	-
Saldo em 30 de Junho	<u>119.040</u>	<u>99.898</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1.4. A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Jun 2010 Euros '000
<i>Provisões para outros riscos e encargos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.311	1.490
Dotação do período	432	235
Reversão do período	(285)	(210)
Utilização de provisões	-	(95)
Transferências	1.359	-
Saldo em 30 de Junho	<u>2.817</u>	<u>1.420</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento. A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de activos e passivos ocorrida em 4 de Abril de 2011.

35 Outros passivos subordinados

Em 30 de Junho de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 471.401.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 380.986.000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 30 de Junho de 2011 são apresentadas como seguem:

<u>Descrição da emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Valor de emissão Euros '000</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Valor de balanço Euros '000</u>
<i>Obrigações de prazo determinado:</i>					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50.000	Euribor 3 meses + 0,45%	50.179
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	151.256
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28.000	Euribor 12 meses + 0,10%	28.234
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150.000	Euribor 6 meses + 0,13%	151.258
FNB Grandes empresas 07/16_1ª série	Mai.2007	Mai.2016	6.450	Ver referência (i)	5.599
FNB Grandes empresas 07/16_2ª série	Jun.2007	Jun.2016	26.262	Ver referência (i)	22.680
FNB Grandes empresas 07/16_3ª série	Jun.2007	Jun.2016	3.988	Ver referência (i)	3.444
FNB Indices estratégicos07/17 1ª série	Mai.2007	Mai.2016	14.947	Ver referência (ii)	13.254
FNB Indices estratégicos07/17 2ª série	Jun.2007	Jun.2016	31.333	Ver referência (ii)	27.688
FNB Indices estratégicos07/17 3ª série	Jun.2007	Jun.2016	7.667	Ver referência (ii)	6.775
FNB Rendimento Garantido 05/13	Mai.2007	Mai.2016	410	Ver referência (iii)	413
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2007	Jun.2016	238	Ver referência (iv)	238
FNB 08/18 1ª Série	Dez.2008	Dez.2018	8.438	Ver referência (v)	8.455
FNB 08/18 2ª Série	Dez.2008	Dez.2018	1.924	Ver referência (v)	1.928
					471.401

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 43.

Em 30 de Junho de 2011, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,26% e 3,157%.

Referências:

- (i) - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

<u>Cupão</u>	<u>Taxa / Intervalo</u>
1.º cupão	5,50%
2.º cupão	5,50%
3.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9.º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)], onde,

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

- (ii) - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1.º ano = 5,50% * valor nominal;

2.º ano = 5,50% * valor nominal;

3.º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se:

Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

- (iii) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde:

n é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

m é o n.º de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;

N é o n.º de dias úteis do período respectivo.

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

(iv) - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde:

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;

N é o nº de dias úteis do período respectivo;

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(v) - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1.º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2.º ao 10.º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

36 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	6.787	7.356
Outros credores	43.922	24.195
Sector público administrativo	12.827	7.944
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3.081.982	3.182.375
Férias e subsídio de férias a pagar	32.578	25.824
Outros custos a pagar	1.775	375
Receitas com rendimento diferido	758	546
Operações sobre títulos a liquidar	5.001	-
Contas diversas	148.224	67.850
	<u>3.333.854</u>	<u>3.316.465</u>

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na nota 45.

37 Capital

Em 29 de Março de 2011, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 345.000.000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 1.145.000.000 (31 de Dezembro de 2010: 800.000.000), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

38 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica contempla a emissão de Euros 15.000.000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efectuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar as responsabilidades da CEMG.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano, com início em 2 de Agosto de 2010 e será igual a:

1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais acções preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores susceptíveis de serem distribuíveis aos accionistas e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às acções ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10ª data de pagamento de juros, inclusive (5º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respectiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

39 Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 40.

40 Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Outro rendimento integral:</i>		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(293.696)	(82.973)
<i>Reservas e resultados transitados:</i>		
Reserva geral	178.984	170.686
Reserva especial	66.519	64.444
Outras reservas	8.404	8.404
Resultados transitados	(4.514)	(8.033)
	<u>249.393</u>	<u>235.501</u>

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística 1.5.

A movimentação durante o primeiro semestre de 2011 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 30 de Junho Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(28.302)	(147.753)	(47.501)	(333)	-	(223.889)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(4.103)	7.614	(1.047)	475	(5.056)	(2.117)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12.591)	(6.115)	(254)	327	(1.607)	(20.240)
Estrangeiros	(38.060)	(20.636)	(845)	1.518	10.561	(47.462)
	<u>(83.056)</u>	<u>(116.890)</u>	<u>(49.647)</u>	<u>1.987</u>	<u>3.898</u>	<u>(293.708)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Acções de empresas						
Nacionais	159	1.333	29	8	(1.265)	264
Estrangeiras	(46)	95	(63)	2	(94)	(106)
Unidades de participação	(30)	86	(188)	(71)	57	(146)
	<u>83</u>	<u>1.514</u>	<u>(222)</u>	<u>(61)</u>	<u>(1.302)</u>	<u>12</u>
	<u>(82.973)</u>	<u>(165.376)</u>	<u>(49.869)</u>	<u>1.926</u>	<u>2.596</u>	<u>(293.696)</u>

A movimentação durante o ano de 2010 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos nacionais	-	(28.302)	-	-	(28.302)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	106	(4.199)	(10)	-	(4.103)
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1.471	(11.354)	(760)	(1.948)	(12.591)
Estrangeiros	(31.441)	(9.483)	1.355	1.509	(38.060)
	<u>(29.864)</u>	<u>(53.338)</u>	<u>585</u>	<u>(439)</u>	<u>(83.056)</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Acções de empresas					
Nacionais	89	71	(42)	41	159
Estrangeiras	523	(239)	(129)	(201)	(46)
Unidades de participação	652	(2.564)	(898)	2.780	(30)
	<u>1.264</u>	<u>(2.732)</u>	<u>(1.069)</u>	<u>2.620</u>	<u>83</u>
	<u>(28.600)</u>	<u>(56.070)</u>	<u>(484)</u>	<u>2.181</u>	<u>(82.973)</u>

A rubrica Reservas e resultados transitados inclui em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o montante de Euros 4.514.000 e Euros 8.033.000, respectivamente, referente à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1.14.

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	6.002.440	5.367.501
Imparidade acumulada reconhecida	(25.121)	(27.717)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	5.977.319	5.339.784
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	5.683.623	5.256.811
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(293.696)	(82.973)

41 Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Garantias e avales prestados	522.645	424.361
Garantias e avales recebidos	32.670.098	29.158.640
Compromissos perante terceiros	1.611.597	1.299.227
Compromissos assumidos por terceiros	38.582	38.510
Activos cedidos em operações de titularização	277.102	292.135
Valores recebidos em depósito	6.169.633	5.152.178

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	510.915	420.181
Créditos documentários abertos	11.730	4.180
	<u>522.645</u>	<u>424.361</u>

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	352.528	252.535
Subscrição de títulos	172.050	185.150
Responsabilidades a prazo de contribuições		
anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25.314	20.013
Responsabilidade potencial para com o Sistema		
de Indemnização aos Investidores	2.178	1.699
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	1.059.527	839.470
	1.611.597	1.298.867

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística 1.4 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pela CEMG na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

42 Distribuição de resultados

Em 28 de Março de 2011, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 23.085.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 20.300.000).

43 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Activos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

- 1 Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.
- 2 Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

- 3 Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano.

- *Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os *indexantes*.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 6,59% em Junho de 2011 (31 de Dezembro de 2010: 5,73%) assumindo a projecção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

- *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* actual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano

A taxa média de desconto foi de 4,52% em Junho de 2011 (31 de Dezembro de 2010: 3,9%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respectivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de Junho de 2011, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos, Libras Esterlinas, Iene Japonês e Franco Suíço utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	Dólar Norte - Americano	Libra Esterlina	Iene Japonês	Franco Suíço
1 dia	0,950%	0,180%	0,580%	0,095%	0,140%
7 dias	0,775%	0,130%	0,695%	0,070%	0,155%
1 mês	1,050%	0,130%	0,820%	0,100%	0,185%
2 meses	1,230%	0,320%	0,870%	0,130%	0,220%
3 meses	1,320%	0,410%	0,900%	0,190%	0,260%
6 meses	1,780%	0,350%	1,155%	0,430%	0,420%
9 meses	2,020%	0,710%	1,360%	0,540%	0,580%
1 ano	2,040%	0,870%	1,590%	0,620%	0,740%
2 anos	2,141%	0,658%	1,531%	0,370%	0,660%
3 anos	2,360%	1,078%	1,900%	0,409%	0,955%
5 anos	2,765%	1,917%	2,548%	0,567%	1,460%
7 anos	3,053%	2,556%	3,011%	0,812%	1,825%
10 anos	3,345%	3,142%	3,453%	1,201%	2,155%
15 anos	3,665%	3,630%	3,453%	1,201%	2,155%
20 anos	3,748%	3,820%	3,453%	1,201%	2,155%
30 anos	3,622%	3,962%	3,453%	1,201%	2,155%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2010, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos e Libras Esterlinas utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	Dólar Norte - Americano	Libra Esterlina
1 dia	0,400%	0,300%	0,550%
7 dias	0,350%	0,300%	0,550%
1 mês	0,810%	0,300%	0,680%
2 meses	0,910%	0,310%	0,720%
3 meses	1,010%	0,430%	0,820%
6 meses	1,230%	0,530%	1,260%
9 meses	1,370%	0,720%	1,415%
1 ano	1,510%	0,880%	1,520%
2 anos	1,561%	0,797%	1,505%
3 anos	1,945%	1,282%	1,945%
5 anos	2,481%	2,179%	2,630%
7 anos	2,893%	2,838%	3,103%
10 anos	3,305%	3,386%	3,535%
15 anos	3,638%	3,844%	3,535%
20 anos	3,697%	4,020%	3,535%
30 anos	3,496%	4,130%	3,535%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Jun 2011	Dez 2010	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,4453	1,3362	12,10	12,40	12,95	13,15	13,30
EUR/GBP	0,9025	0,8608	9,41	9,60	10,30	10,80	10,95
EUR/CHF	1,2071	1,2504	10,90	11,60	11,90	12,00	12,10
EUR/JPY	116,25	108,85	12,40	13,60	14,60	15,25	15,72

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	Jun 2011								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	350.923	-	-	-	350.923	350.923
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	79.973	-	-	-	79.973	79.973
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	594.483	-	-	-	594.483	594.483
Crédito a clientes	-	-	-	16.229.348	-	-	-	16.229.348	15.335.848
Activos financeiros detidos para negociação	118.918	-	-	-	-	-	-	118.918	118.918
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.685	-	-	-	-	-	3.685	3.685
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5.683.623	-	-	5.683.623	5.683.623
Derivados de cobertura	1.955	-	-	-	-	-	-	1.955	1.955
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	48.263	-	-	-	-	48.263	44.547
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	384.547	384.547	384.547
	<u>120.873</u>	<u>3.685</u>	<u>48.263</u>	<u>17.254.727</u>	<u>5.683.623</u>	<u>-</u>	<u>384.547</u>	<u>23.495.718</u>	<u>22.598.502</u>
<i>Passivos financeiros:</i>									
Recursos de bancos Centrais	-	-	-	-	-	2.220.044	-	2.220.044	2.220.044
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	1.406.099	-	1.406.099	1.406.099
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	12.259.863	-	12.259.863	12.266.971
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	3.182.842	-	3.182.842	3.205.960
Passivos financeiros detidos para negociação	85.515	-	-	-	-	-	-	85.515	85.515
Derivados de cobertura	1.120	-	-	-	-	-	-	1.120	1.120
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	380.986	-	380.986	369.748
	<u>86.635</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.449.834</u>	<u>-</u>	<u>19.536.469</u>	<u>19.555.457</u>

Caixa Económica Montepio Geral
Notas às Demonstrações Financeiras
Individuais Intercalares
30 de Junho de 2011

Dez 2010

	Negociação	Designado ao	Detido até a	Empréstimos e	Disponíveis	Outros ao	Outros	Valor	Justo
	Euros '000	justo valor	maturidade	aplicações	para venda	custo	Euros '000	contabilístico	valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	amortizado	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Activos financeiros:</i>									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	240.024	-	-	-	240.024	240.024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	58.405	-	-	-	58.405	58.405
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	338.662	-	-	-	338.662	338.662
Crédito a clientes	-	-	-	14.352.766	-	-	-	14.352.766	13.340.521
Activos financeiros detidos para negociação	130.865	-	-	-	-	-	-	130.865	130.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3.952	-	-	-	-	-	3.952	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5.256.811	-	-	5.256.811	5.256.811
Derivados de cobertura	2.810	-	-	-	-	-	-	2.810	2.810
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	58.093	-	-	-	-	58.093	57.539
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	43.297	43.297	43.297
	<u>133.675</u>	<u>3.952</u>	<u>58.093</u>	<u>14.989.857</u>	<u>5.256.811</u>	<u>-</u>	<u>43.297</u>	<u>20.485.685</u>	<u>19.473.226</u>
<i>Passivos financeiros:</i>									
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1.540.266	-	1.540.266	1.540.266
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	1.262.546	-	1.262.546	1.262.627
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	9.654.340	-	9.654.340	9.618.614
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	3.578.677	-	3.578.677	3.554.679
Passivos financeiros detidos para negociação	53.814	-	-	-	-	-	-	53.814	53.814
Derivados de cobertura	1.408	-	-	-	-	-	-	1.408	1.408
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	380.986	-	380.986	369.748
	<u>55.222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.416.815</u>	<u>-</u>	<u>16.472.037</u>	<u>16.401.156</u>

44 Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (“ACT”). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o “Fundo de Pensões” o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

No âmbito do novo Acordo Tripartido celebrado entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, a partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social (“RGSS”), que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

O referido acordo estabelece que nenhum empregado bancário integrado na Segurança Social verá o valor da sua pensão de reforma diminuído em relação ao actualmente previsto nas convenções colectivas. As pensões de reforma dos bancários a serem integrados na Segurança Social continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da segurança social. Nesta base, a exposição ao risco actuarial e financeiro associado aos benefícios com reforma mantém-se.

Não obstante, a integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades nesta data, devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

Desta forma, a CEMG não registou ao nível das demonstrações financeiras qualquer impacto no cálculo actuarial em 31 de Dezembro de 2010 decorrente da integração dos seus trabalhadores no Regime da Segurança Social.

No primeiro semestre de 2011, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 11.078.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 10.383.000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	Jun 2011				Jun 2010			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Custo dos serviços correntes	5.533	382	471	6.386	7.621	220	357	8.198
Custo dos juros	17.067	272	957	18.296	14.657	207	806	15.670
Rendimento esperado dos activos	(15.990)	(255)	(897)	(17.142)	(13.043)	(171)	(670)	(13.884)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	916	-	-	916	399	-	-	399
Reformas antecipadas	2.622	-	-	2.622	-	-	-	-
Custo do exercício	10.148	399	531	11.078	9.634	256	493	10.383

45 Transacções com partes relacionadas

À data de 30 de Junho de 2011, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Crédito a clientes, Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Crédito a clientes Euros '000	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	7.300	2.063	13.550	22.913
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.		35.352	3.250	38.602
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	147	-	147
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	1	-	1
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	-	61.239	-	61.239
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	92.747	-	92.747
Finibanco, S.A.	42.763	-	-	42.763
Finibanco, Holding S.G.P.S., S.A.	-	19.178	-	19.178
Finivalor - S.G.F.M., S.A.	-	5	-	5
Finicrédito - Inst. Financ. Créditos, S.A.	-	31	-	31
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	-	3.153	-	3.153
Norfin - SGFI Imobiliários, S.A.	-	5.081	-	5.081
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	35.000	-	-	35.000
	85.063	218.997	16.800	320.860

À data de 31 de Dezembro de 2010, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Crédito a clientes, Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Crédito a clientes Euros '000	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	-	3.902	13.350	17.252
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	-	18.979	3.250	22.229
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	455	-	455
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	3.006	-	3.006
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	-	58.654	-	58.654
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	80.707	-	80.707
	-	165.703	16.600	182.303

À data de 30 de Junho de 2011, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	125	1.728	1.853
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	4	1.858	1.862
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	13.618	13.618
MG Gestão de Activos Financeiros - - S.G.F.I.M., S.A.	-	865	865
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	-	1.421	1.421
Finicrédito, Inst. Financeira Crédito SA	33	-	33
	162	19.490	19.652

À data de 31 de Dezembro de 2010, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	47	6.890	6.937
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	4	3.213	3.217
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	-	-	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	-	28.158	28.158
MG Gestão de Activos Financeiros - S.G.F.I.M., S.A.	-	3.017	3.017
Futuro - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	1	12	13
	52	41.290	41.342

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transacções efectuadas com os mesmos, constam na nota 10.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante o primeiro semestre de 2011 e o exercício de 2010, não se efectuaram transacções com o fundo de pensões da CEMG.

46 Securitização de activos

Em 30 de Junho de 2011, existem oito operações de titularização, das quais seis foram originadas na CEMG, e duas no Finibanco, S.A., agora integradas na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as acções representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A e da transmissão da quase totalidade dos activos e passivos (trespasse) para a CEMG.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* (“SPV”) – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 14 de Junho de 2007, o Finibanco vendeu uma carteira de contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas à Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de EUR 250.000.000 (Aqua SME n.º 1). O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de Dezembro de 2008, o Finibanco vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de Euros 233.000.000 (Aqua Mortgage n.º 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de Março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.000.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 22 de Junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican SME*. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1.167.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do respectivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1 PLC, Pelican Mortgages No. 2 PLC e Aqua SME n.º 1*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3, Pelican Mortgages No. 4, Pelican Mortgages No. 5 e Aqua Mortgages n.º 1*).

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 30 de Junho de 2011, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros '000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650.000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700.000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750.000
Aqua SME No. 1	Junho de 2007	Euros	Pequenas empresas	250.000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1.000.000
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euros	Crédito à habitação	233.000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1.000.000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1.167.000
				<u>5.750.000</u>

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	Jun 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Pelican Mortgages No. 1	97.286	103.883
Pelican Mortgages No. 2	179.816	188.252
	<u>277.102</u>	<u>292.135</u>

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2011, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG		Rating das obrigações (Inicial)				Rating das obrigações (Actual)			
				(Valor Nominal) Euros	Data de reembolso	Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611.000.000	52,020,859.18	234.136-	2037	AAA	Aaa	--	--	A+	Aa2	--	--
	Classe B	16.250.000	16.250.000	-	2037	AA-	A2	--	--	A+	A2	--	--
	Classe C	22.750.000	22.750.000	-	2037	BBB+	Baa2	--	--	BBB+	Baa2	--	--
	Classe D	3.250.000	3.250.000	3.250.000	2037	--	--	--	--	--	--	--	--
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659.750.000	137,316,048.10	27.706.726-	2036	AAA	Aaa	AAA	--	A+	Aa2	AA-	--
	Classe B	17.500.000	17.500.000	-	2036	AA+	A1	AA-	--	A+	A1	AA-	--
	Classe C	22.750.000	22.750.000	-	2036	A-	Baa2	BBB	--	A-	Baa2	A-	--
	Classe D	5.600.000	5.600.000	5.600.000	2036	--	--	--	--	--	--	--	--
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	701.315.365	361,499,082	13.505.036-	2054	AAA	Aaa	AAA	--	A+	A1	AA-	--
	Classe B	14.250.000	9,333,394	-	2054	AA-	Aa2	AA-	--	A+	A1	AA-	--
	Classe C	12.000.000	7,859,701	-	2054	A	A3	A	--	A	A3	A	--
	Classe D	6.375.000	4,175,466	-	2054	BBB	Baa3	BBB	--	BBB	Baa3	BBB	--
	Classe E	7.361.334	0	-	2054	BBB-	--	BBB-	--	--	--	--	--
	Classe F	4.125.000	4.125.000	4.125.000	2054	--	--	--	--	--	--	--	--
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832.000.000	683,440,741	683,440,741	2056	AAA	--	--	--	A+	--	--	A
	Classe B	55.500.000	55.500.000	55.500.000	2056	AA	--	--	--	A+	--	--	--
	Classe C	60.000.000	60.000.000	60.000.000	2056	A-	--	--	--	A-	--	--	--
	Classe D	25.000.000	25.000.000	25.000.000	2056	BBB	--	--	--	BBB	--	--	--
	Classe E	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2056	BB	--	--	--	BB	--	--	--
	Classe F	28.600.000	28.600.000	28.600.000	2056	--	--	--	--	--	--	--	--
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750.000.000	636,647,019	636,647,019	2061	AAA	--	--	AAA	A+	--	--	AAH
	Classe B	195.000.000	195.000.000	195.000.000	2061	BBB-	--	--	--	BBB-	--	--	--
	Classe C	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	B	--	--	--	B	--	--	--
	Classe D	27.500.000	27.500.000	27.500.000	2061	--	--	--	--	--	--	--	--
	Classe E	4.500.000	2.887.976	3.961.974	2061	--	--	--	--	--	--	--	--
	Classe F	23.000.000	23.000.000	23.000.000	2061	--	--	--	--	--	--	--	--
Pelican SME	Classe A	577.500.000	577.500.000	577.500.000	2036	AAA	--	--	AAA	A+	--	--	AAH
	Classe B	472.500.000	472.500.000	472.500.000	2036	--	--	--	--	--	--	--	--
	Vert. Notes	117.000.000	117.000.000	117.000.000	2036	--	--	--	--	--	--	--	--
	Classe C	7.294.000	0	7.294.000	2036	--	--	--	--	--	--	--	--
	Resid. Notes	31.500.000	31.500.000	31.500.000	2036	--	--	--	--	--	--	--	--

Caixa Económica Montepio Geral
Notas às Demonstrações Financeiras
Individuais Intercalares
30 de Junho de 2011

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Interesse retido pela CEMG (Valor Nominal) Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (Inicial)				Rating das obrigações (Actual)			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Aqua SME n.º 1	Classe A	235.000.000	87.768.404	-	2017	--	--	--	--	--	--	--	--
	Classe B	15.000.000	15.000.000	-	2017	--	--	--	--	--	--	--	--
	Classe C	8.750.000	8.750.000	8.750.000	2017	--	--	--	--	--	--	--	--
Aqua Mortgage n.º 1	Classe A	203.176.000	191.714.192	191.714.192	2063	--	--	AAA	--	--	--	AA	AA
	Classe B	29.824.000	29.824.000	29.824.000	2063	--	--	--	--	--	--	--	--
	Classe C	3.500.000	3.500.000	3.500.000	2063	--	--	--	--	--	--	--	--

47 Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas

À data de 30 de Junho de 2011, os Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	415.395
Finibanco Angola, S.A.	3.947
	<hr/> 419.342 <hr/>

48 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

49 Gestão de riscos

A CEMG está sujeita a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A Direcção de Análise e Gestão de Riscos (“DAGR”) assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam:

- Implementação de novos modelos de *scoring* para o segmento de pequenos negócios;
- Envolvimento na implementação de novos sistemas de *workflow* de crédito a empresas e de apuramento de grupos económicos;
- Participação no exercício de quantificação dos rácios de Basileia III realizado pelo Banco de Portugal e que abrangeu vários bancos;

- Continuação da actividade de reporte e controlo dos riscos.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (“ICAAP”), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na actividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco

Igualmente no âmbito de Basileia II, a CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* (“TSA”) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

A CEMG tem vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respectivo impacto.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DAGR, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Activos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Informática.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das

diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reactivo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a actuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scoring* comportamental.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de actividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (“ENI’s”) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.973	58.405
Aplicações em instituições de crédito	594.483	338.662
Crédito a clientes	16.229.348	14.352.766
Activos financeiros detidos para negociação	118.918	128.060
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.685	3.952
Activos financeiros disponíveis para venda	5.622.214	5.242.895
Derivados de cobertura	1.955	2.810
Investimentos detidos até à maturidade	48.263	58.093
Investimentos em associadas e outras	384.547	43.297
Outros activos	260.592	107.718
Garantias e avales prestados	522.645	424.361
Compromissos irrevogáveis	352.528	252.535
<i>Credit default swaps</i> (nocionais)	153.278	96.000
	<u>24.372.429</u>	<u>21.109.554</u>

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites por emitente, por tipo/classe de activo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que em Junho de 2011 representavam 92,5% do total da carteira, na qual se destaca a dívida soberana (71%).

O risco de mercado da carteira própria mantém-se em nível controlado. O VaR é calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem maioritariamente em níveis de *investment grade*.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final do primeiro semestre 2011 atingiam, em termos estáticos, cerca de

Euros 28.532.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 448.894.000) considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

	Jun 2011				Dez 2010			
	Junho	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Gap de taxa de juro</i>	28.352	28.352	28.352	28.352	448.894	377.076	448.894	305.259

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses	3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
30 de Junho de 2010					
Activo	11.991.388	4.508.889	809.821	1.605.866	723.813
Fora de balanço	9.847.300	144.503	357.552	4.593.505	-
Total	21.838.688	4.653.392	1.167.373	6.199.371	723.813
Passivo	8.714.828	2.087.215	2.328.431	6.278.317	202.200
Fora de balanço	11.838.475	656.192	14.500	2.433.945	-
Total	20.553.303	2.743.407	2.342.931	8.712.262	202.200
GAP (Activos – Passivos)	1.285.385	1.909.984	(1.175.558)	(2.512.893)	521.613
31 de Dezembro de 2010					
Activo	10.459.200	3.879.121	413.379	1.344.393	646.080
Fora de balanço	5.789.405	172.577	122.450	3.009.066	-
Total	16.248.605	4.051.698	535.829	4.353.459	646.080
Passivo	7.899.866	1.370.302	1.263.605	5.601.314	158.200
Fora de balanço	8.284.868	734.669	2.200	71.754	-
Total	16.184.734	2.104.971	1.265.805	5.673.068	158.200
Gap (Activos – Passivos)	63.871	1.946.727	(729.976)	(1.319.609)	487.880

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Junho de 2011, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 19.175.582 (31 de Dezembro de 2010: Euros 12.806.000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para os exercícios findos em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

Produtos	Jun 2011			Dez 2010		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	15.615.622	3,83	296.513	14.714.941	3,07	451.424
Disponibilidades	158.719	1,26	989	159.355	0,93	1.488
Carteira de títulos	5.939.246	2,69	79.263	4.502.962	2,04	91.795
Aplicações interbancárias	474.665	2,14	5.039	188.578	0,68	1.278
Swaps	-	-	125.961	-	-	196.071
Total Aplicações	22.188.252		507.765	19.565.836		742.056
Recursos						
Depósitos de clientes	10.947.265	2,46	133.417	9.352.816	1,52	141.937
Recursos de titularização	8.262.693	2,34	95.840	8.132.786	2,02	164.662
Recursos interbancários	2.586.157	1,36	17.435	1.299.157	1,03	13.440
Outros recursos	345	0,68	1	480	0,77	4
Swaps	-	-	112.902	-	-	151.591
Total Recursos	21.796.460		359.595	18.785.239		471.634

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º13/2009).

Risco Operacional

A CEMG obteve a autorização do Banco de Portugal com efeitos a partir de 30 de Junho de 2010, para a adopção do Método *Standard* (TSA) para efeitos de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional.

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (“FPB”): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, activos intangíveis, desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e as perdas e ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio.
- Fundos Próprios Complementares (“FPC”): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e provisões para riscos gerais de crédito até ao montante que não seja necessário para cobertura de perdas esperadas associadas ao crédito. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Simultaneamente, através do Aviso n.º 7/2008, o Banco de Portugal prolongou por três anos o plano de amortização dos impactos diferidos da transição para as normas de contabilidade actualmente aplicáveis que ainda não se encontravam reconhecidos nos fundos próprios de 30 de Junho de 2008, associados a cuidados médicos pós-emprego e a responsabilidades do fundo de pensões. Por outro lado, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 11/2008 que permitiu, para efeitos prudenciais, o alargamento do corredor do fundo de pensões pelo montante das perdas actuariais de 2008, excluindo o rendimento esperado dos activos do fundo relativamente ao mesmo ano de 2008, sujeito, em sede de tratamento prudencial, a uma amortização constante ao longo dos quatro anos seguintes.

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC’s / NCA’s, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do primeiro semestre de 2011, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base individual, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 45.763.323, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 20.423.410 registados em encargos diferidos e outros desvios de Euros 43.031.759, compensados por uma variação positiva de mais Euros 17.691.846 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001).

O valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014. No final do período, as diferenças apuradas no Fundo de Pensões terão sido totalmente absorvidas pelas reservas estatutárias.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respectivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, reflectida num rácio de solvabilidade - representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios - igual ou superior ao mínimo regulamentar de 8%. Adicionalmente, o Banco de Portugal através do Aviso 3/2011 estipula que em base consolidada, o rácio *core tier 1* deverá atingir um valor mínimo de 9% até 31 de Dezembro de 2011 e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

	Jun 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Fundos Próprios de Base</i>		
Capital realizado	1.145.000	800.000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	240.989	227.097
Outros ajustamentos regulamentares	(423.832)	(106.480)
Impacto na transição para as NIC/NCA	17.692	15.792
	<u>979.849</u>	<u>936.409</u>
<i>Fundos Próprios Complementares</i>		
<i>Upper Tier 2</i>	59.744	27.506
<i>Lower Tier 2</i>	460.902	378.000
Deduções	(191.674)	(21.049)
	<u>328.972</u>	<u>384.457</u>
Deduções aos fundos próprios totais	<u>(3.756)</u>	<u>(4.562)</u>
Fundos próprios totais	<u>1.305.065</u>	<u>1.316.304</u>
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>		
Risco de crédito (Aviso n.º 5/2007)	917.192	760.346
Risco de mercado (Aviso n.º 8/2007)	3.960	1.721
Risco operacional (Aviso n.º 9/2007)	55.441	55.441
	<u>976.593</u>	<u>817.508</u>
<i>Rácios Prudenciais</i>		
Rácio <i>Core Tier 1</i>	9,6%	9,4%
Rácio <i>Tier 1</i>	8,0%	9,2%
Rácio de Solvabilidade	10,7%	12,9%

50 Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de Junho de 2011, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Activos financeiros disponíveis para venda	1.379.634	1.379.634	(223.889)	-	4,31%	2,37	1
Investimentos detidos até à maturidade	37.135	32.940	-	-	4,72%	0,88	n.a.
	<u>1.416.769</u>	<u>1.412.574</u>	<u>(223.889)</u>	<u>-</u>			
Grécia							
Activos financeiros disponíveis para venda	33.223	33.223	-	(5.056)	4,01%	1,06	1
Irlanda							
Activos financeiros disponíveis para venda	8.536	8.536	(885)	-	4,60%	4,8	1
	<u>1.458.528</u>	<u>1.454.333</u>	<u>(224.774)</u>	<u>(5.056)</u>			

Com referência a 31 de Dezembro de 2010, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Activos financeiros disponíveis para venda	1.047.164	1.047.164	(28.302)	4,10	2,95	1
Investimentos detidos até à maturidade	44.112	42.900	-	4,56	1,79	n.a.
	<u>1.091.276</u>	<u>1.090.064</u>	<u>(28.302)</u>			
Grécia						
Activos financeiros disponíveis para venda	44.470	44.470	(2.523)	3,96	0,79	1
	<u>1.135.746</u>	<u>1.134.534</u>	<u>(30.825)</u>			

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2011 quaisquer reclassificações entre carteiras.

Relativamente à exposição à dívida soberana da Grécia, e na sequência das diversas conversações que foram mantidas ao nível da UE, face à actual situação económica internacional, à posição da Grécia no contexto Europeu e ainda à actual crise da dívida soberana na União Europeia, o Conselho Europeu aprovou no passado dia 21 de Julho, um conjunto de condições de reestruturação aplicáveis à dívida soberana da Grécia.

De acordo com a informação pública disponível, as condições de reestruturação estabelecem uma troca voluntária dos títulos da actual dívida pública da Grécia por um conjunto de novas obrigações a emitir com maturidades entre 15 e 30 anos, parcialmente colateralizadas, e com um ajustamento da taxa de juro aplicável.

Face a estas condições de reestruturação e à opção de adesão voluntária ao esquema de conversão definido, o Conselho de Administração Executivo avaliou os seus efeitos, ao nível das demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2011, tendo em consideração os diferentes cenários de adesão ao programa de reestruturação e os termos e condições aprovados.

Depois da referida avaliação, e considerando as opções existentes, o Conselho de Administração da CEMG decidiu não avançar para a opção de conversão tendo em consideração os diversos aspectos, nomeadamente:

- (i) a adesão ao programa da reestruturação ser voluntário sendo a expectativa do Conselho Europeu que haja uma adesão até 90% dos detentores da dívida soberana da Grécia;
- (ii) não ser expectável que após o novo pacote de ajuda à Grécia possa haver um *default* em relação aos bancos não participantes porque isso seria equivalente a um incumprimento que poderia ter consequências severas para a dívida da Grécia no seu todo;
- (iii) o facto de Portugal ser um país em *bailout*; e
- (iv) ausência de uma decisão regulamentar para uma adesão pelos Bancos portugueses ao programa de reestruturação aprovado pelo Conselho Europeu.

Desta forma a dívida soberana da Grécia está valorizada, com referência a 30 de Junho de 2011 de acordo com os critérios valorimétricos definidos nas políticas contabilísticas nota 1. d) de acordo com o parágrafo AG 84 do IAS 39, tendo a esta data sido reconhecida imparidade.

No que diz respeito à exposição aos restantes países em situação de *bailout* o Conselho de Administração da CEMG considera que a esta data não existe qualquer evidência objectiva de imparidade.